**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz – ESALQ-USP
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Que os parques possam ser a nossa casa - a luta pela
recategorização da Estação Ecológica da Juréia-Itatins.**

Léo Eduardo de Campos Ferreira

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em
Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2011

Léo Eduardo de Campos Ferreira
Biólogo com habilitação em Gerenciamento Costeiro

Que os parques possam ser a nossa casa - a luta pela recategorização da Estação Ecológica da Juréia-Itatins.

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 5890 de 2010

Orientadora:
Prof^a. Dra. **SILVIA MARIA GUERRA MOLINA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - ESALQ/ USP

Ferreira, Léo Eduardo de Campos

Que os parques possam ser a nossa casa - a luta pela recategorização da Estação Ecológica da Juréia-Itatins. / Léo Eduardo de Campos Ferreira. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 5890 de 2010. - - Piracicaba, 2011.
201 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2011.

1. Áreas de conservação 2. Ecologia 3. Educação ambiental 4. Gestão ambiental
5. Gestão participativa 6. Juréia-Itatins (SP) 7. Parques 8. Sustentabilidade I. Título

CDD 333.72
F383q

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte - O autor"

Dedico este trabalho a todos os povos da floresta. Que possamos consolidar formas sustentáveis de relação com a natureza, garantindo a permanência humana e a conservação nas áreas naturais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao bom Deus, a todos os espíritos de luz e entidades do bem, pela proteção e pela vida a cada dia.

Agradeço a toda minha família pelo incentivo, torcida e expectativa nessa etapa final do trabalho. Em especial a minha mãe e tias. A minha irmã agradeço ainda pelo amor e pensamentos positivos.

Aos meus filhos agradeço por trazerem luz à minha vida. Ao Francisco meu filho mais velho, agradeço a paciência e sofrida compreensão pela ausência do pai nas brincadeiras e bagunças desses últimos meses em que tenho passado todo o tempo em frente ao computador e livros. Ao Natan meu filho mais novo, agradeço por estar conosco nessa jornada e por todas as alegrias e superações que em seus poucos meses de vida já nos fez passar.

Como um grande homem não é ninguém sem uma grande mulher. Agradeço a minha grande mulher, querida companheira Iara. A quem sou grato pelo amor, carinho e companheirismo não só neste trabalho, mas na vida. Nesta pesquisa agradeço especialmente sua atenção, revisão e constante diálogo ao longo da construção de meu pensamento.

À minha orientadora Silvia Molina, agradeço pela carinhosa acolhida no Laboratório de Ecogenética e Ecologia Humana, pelo olhar atento na revisão do trabalho, incentivo, reflexões e críticas e por todo aprendizado ao longo desses anos de convívio. A vida cruzou nossos caminhos e a isso sou eternamente grato.

Aos queridos amigos do Laboratório de Ecogenética e Ecologia Humana, em especial Mari, Laila e Gabriel, agradeço pela vivência, aprendizado conjunto e companheirismo.

Ao professor e amigo Marcos Sorrentino, agradeço por tantas lições e esclarecimentos de vida. Os anos de convívio com suas idéias influenciaram significativamente as reflexões deste trabalho.

Aos amig@s e companheir@s da OCA – Laboratório de Educação e Política Ambiental - agradeço pela alegria, energia positiva e pelo compartilhamento dos ideais transformadores.

À querida Lucia da Costa Ferreira agradeço pela sugestão do tema da pesquisa, pelos sábios conselhos e orientações ao longo do desenvolvimento da mesma. E ainda pelos estímulos e entusiasmo nos diálogos para finalização e organização do trabalho.

À Gabriela Narezi agradeço a companhia nas pesquisas de campo, as reflexões e diálogos ao longo da interação com a Juréia e pela troca de informações pertinentes ao trabalho.

Aos moradores da Juréia, em especial aos companheiros da UMJ, Adriana, Dauro e Arnaldo, agradeço a confiança e todo aprendizado ao longo do convívio em torno desta calorosa arena de disputa.

Aos técnicos da Fundação Florestal agradeço pela receptividade e cooperação ao longo do trabalho de campo.

Aos companheiros e amigos do Imaflora, agradeço pelas vivências e aprendizados, em especial à equipe de Unidades de Conservação, pelas reflexões, aprendizados e por segurarem as pontas em nossas constantes atividades, quando minha mente nem sempre esteve junto ao meu corpo presente, enquanto finalizava este trabalho.

Ao amigo Kupim (Roberto Palmieri), agradeço por todo incentivo e ensinamentos. Pelas constantes idéias e reflexões que se iniciaram ainda quando eu elaborava o projeto de pesquisa e me candidatava para o mestrado.

À amiga Kátia Pisciotta agradeço pelo aprendizado ao longo de outra experiência com UC, que foi para mim uma verdadeira escola e contribuíram significativamente para a construção de algumas das reflexões presentes neste trabalho.

Agradeço à amiga Talia, pela tradução de meu abstract e ao amigo-irmão Brunão, pela leitura e discussão de alguns textos em inglês para consolidação da metodologia.

À CAPES agradeço pela bolsa concedida durante 12 meses de realização dessa pesquisa.

Agradeço à FAPESP pela concessão da bolsa de pesquisa, embora não tenha utilizado. Pois o frutífero diálogo com o (a) parecerista foi de extrema importância para consolidação da proposta final da pesquisa.

DESPREZATÓRIA

A todo inimigo da fauna, da flora
Àquele que promove a poluição
Aos donos do dinheiro e a quem nos devora
Aos ratos e gatunos de toda nação
Sim, vai pra toda essa gente ruim
Meu desprezo, e será sempre assim
Já não temos nenhuma ilusão
Aos donos da verdade pobres criaturas
Aos pulhas e covardes sem opinião
A todo populista, traidor do povo
A todo demagogo, todo mau patrão
Sim, vai pra toda essa gente ruim
Meu desprezo, e será sempre assim
Já não temos nenhuma ilusão
Aos sete justiceiros do Planeta Terra
Os mesmos agiotas desse mundo cão
Os grandes predadores dessa nossa era
Vetores da miséria eu lhes digo não!
Sim, vai pra toda essa gente ruim
Meu desprezo e será sempre assim
Já não temos nenhuma ilusão

(Desprezo - Alceu Valença)

SUMÁRIO

RESUMO	11
ABSTRACT	13
LISTA SIGLAS	15
1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Apresentação	17
1.2 Antecedentes às áreas naturais protegidas - A relação humanos/natureza	20
1.3 Um longo debate: Preservacionismo X Conservacionismo	27
1.4 Conservação e Preservação no Brasil	32
1.5 Áreas e recursos de uso comum.	43
1.6 Ambientalismo e Áreas Naturais Protegidas.	47
1.7 Educação Ambiental e Unidades de Conservação	59
1.8 Objetivo	65
1.9 Hipótese	65
2 METODOLOGIA	67
2.1 A arena e seus atores	67
2.2 As situações de Ação	68
2.3 Os Sujeitos da pesquisa e a relação pesquisador-pesquisado	72
2.4 A pesquisa como um ato político - subjetividade e participação	74
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	77
3.1 O Vale do Ribeira	77
3.2 Voltas, revoltas e reviravoltas na Juréia-Itatins	79
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	97
4.1 Questões sobre a tradicionalidade:	97
4.1.1 Alianças e cisões em torno do direito de permanência na área	97
4.1.2 Tradicionalidade estática versus modernidade dinâmica	103
4. 2 Diferentes saberes, olhares e demandas.	108
4.2.1 Diferentes saberes	108
4.2.2 Diferentes olhares	110
4.2.3 Diferentes demandas	113
4.2.4 Algumas considerações	115
4.3 Poder de decisão	120
4. 4 Legitimidade do movimento pela recategorização	132
4.5 Iniciativas locais e a demanda por novos modelos de conservação	145
5 CONCLUSÃO	157
Referências	165
ANEXOS	173
ANEXO A	174
ANEXO B	179
ANEXO C	187
ANEXO D	191
ANEXO E	198

RESUMO

Que os parques possam ser a nossa casa - a luta pela recategorização da Estação Ecológica da Juréia-Itatins.

O debate entre preservacionistas e conservacionistas sempre esteve presente na definição de estratégias de conservação baseadas na criação e gestão de áreas naturais protegidas. No Brasil, as Unidades de Conservação apresentam, desde suas origens até os dias atuais, muitas mudanças de orientação, principalmente na relação entre órgãos gestores e populações locais. Tais mudanças vão desde as medidas violentas em nome da preservação até a gestão participativa dessas áreas. No entanto, em muitos casos os atores locais têm dificuldades de exercer uma participação efetiva, sobretudo na tomada de decisão, pelo predomínio da perspectiva preservacionista no debate. A área de estudo desta pesquisa é a Estação Ecológica da Juréia Itatins, Unidade de Conservação de Proteção Integral, localizada entre o litoral sul paulista e o Vale do Ribeira, com a presença de populações humanas em seu interior. Estas populações há mais de 20 anos lutam contra o modelo preservacionista, buscando a recategorização de algumas áreas para Reservas de Desenvolvimento Sustentável, que permitiriam conciliar a permanência humana e a conservação dos recursos naturais. A presente pesquisa teve por objetivo acompanhar a arena dessa disputa em torno da implantação do primeiro mosaico da Juréia Itatins, e as articulações que se seguiram após sua anulação judicial, para a criação do novo mosaico, principalmente relacionadas à participação social na tomada de decisão. Dentre os métodos de pesquisa foi utilizada a abordagem da Análise Situacional, tendo o conceito de arena como eixo para integração dos dados. Também foram aplicadas entrevistas e realizada observação participante. Constatou-se que posturas preservacionistas ainda prevalecem na tomada de decisão. O conseqüente não envolvimento efetivo dos atores locais na definição do traçado das UCs do novo mosaico, pode perpetuar alguns conflitos que impedem a real conservação da área. As Unidades de Conservação podem exercer um significativo papel em nosso contexto de sociedade rumo à re-apropriação social da natureza e construção de sociedades sustentáveis, aliando conhecimento técnico e popular em torno de um objetivo comum.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; ambientalismo; gestão participativa

ABSTRACT

Let the parks be our homes: the fight for the re-categorization of Ecological Station of Jureia-Itatins

The definition of conservation strategies based on the creation and management of protected natural areas has always been influenced by the debate between preservationists and conservationists. Since their beginning the conservation units in Brazil show many changes in posture, especially in the relationship between government agencies and local community. These changes sort from the violent actions in the name of preservation until the participative management of these areas. However, in many cases, local actors find it difficult to exercise effective participation, especially in decision-making process, due to the dominance of the preservationist perspective in the debate. The study area of this research is Juréia Itatins Ecological Station, Integral Protection Conservation Unit, located between the southern coast of São Paulo and Vale do Ribeira, in which there are human populations. These populations are fighting against the preservationist model for more than 20 years; they are trying a re-categorization of some areas into Sustainable Development Reserves, which combine human permanence and conservation of natural resources. This research aimed to study the process of the dispute scenery over the implementation of the first Juréia Itatins mosaic, and the articulations that followed its judicial. These articulations were held to create a new mosaic, mainly about social participation in decision making process. The research methods used were: the Situational Analysis, with the arena concept as an axis for data integration. Interviews were also held and participant observation was conducted. It was found that preservationist attitudes still prevail in the decision making process. The consequent non effective involvement of the local stakeholders in the definition of the new mosaic project could perpetuate some conflicts that prevent the real conservation of this area. Conservation units can play a significant role in the context of our society towards the social re-appropriation of nature and the construction of sustainable societies; inter aligning both technical and people knowledge toward a common goal.

Keywords: Conservation Units; environmentalism; participative management.

LISTA SIGLAS

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

APA – Área de Proteção Ambiental

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CPRN - Coordenadoria de Proteção dos Recursos Naturais

EA – Educação Ambiental

EEJI – Estação Ecológica da Juréia-Itatins

ESEC – Estação Ecológica

FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

OG – Órgão Gestor

OMJ – Organização dos Moradores da Juréia

PI – Proteção Integral

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

SUDELPA – Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista

TS – Terceiro Setor

UC – Unidade de Conservação

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A forma com que os seres humanos se relacionam com a natureza mudou muito ao longo da existência da humanidade. Até o século XVIII o pensamento hegemônico, nas sociedades ocidentais, era dominar a natureza. No entanto, desde os tempos remotos, as ações voltadas à proteção de recursos naturais como florestas, peixes, animais de caça, água entre outros “recursos” da natureza, também estiveram presentes em diferentes sociedades.

As motivações que levaram à proteção da natureza variaram entre questões de ordem utilitária à ideológica, assim como variaram as diferentes estratégias adotadas para se buscar tal proteção. Na atualidade, na tentativa de minimizar os efeitos destrutivos que nosso modelo de sociedade causa aos ambientes naturais, recorre-se à criação de Áreas Naturais Protegidas. Estas são submetidas a legislações específicas a fim de se garantir a proteção da natureza e a conservação dos recursos naturais.

Esta é uma tendência observada em escala mundial, sendo que neste trabalho abordaremos com mais detalhes as Áreas Naturais Protegidas cujo principal objetivo é a preservação e conservação dos recursos e ambientes naturais que, no Brasil, recebem o nome de Unidades de Conservação (UC) (BRITO, 2003).

A motivação para a criação destas áreas, as posturas que orientam a gestão das mesmas e as estratégias para a conservação da biodiversidade, vêm ao longo dos anos, no Brasil e no mundo, passando por algumas transformações. Estas são fruto do intenso debate entre pesquisadores, ambientalistas e atores locais nas interações em arenas que têm sido palco de disputas conceituais, ideológicas e pessoais a cerca da apropriação das áreas e recursos naturais.

Uma das principais disputas, travadas nessas arenas, refere-se à presença humana em tais áreas, sendo esta, uma questão que divide técnicos, pesquisadores e ambientalistas. De um lado preservacionistas, de outro, conservacionistas.

Tanto a corrente preservacionista quanto a conservacionista, apresentam mudanças em suas trajetórias. No entanto, os preservacionistas, em linhas gerais, defendem que as áreas naturais não devem sofrer interferência da ação humana,

enquanto os conservacionistas defendem a possibilidade de manejo sustentável dos recursos naturais.

A área de estudo do presente trabalho corresponde a um destes palcos de disputa sobre a presença humana em áreas naturais protegidas. A Estação Ecológica da Juréia-Itatins (EEJI), UC de Proteção Integral criada em área que continha populações locais, apresenta conflitos históricos entre seus moradores, técnicos do governo, ambientalistas e pesquisadores. Tais conflitos muitas vezes dificultam os objetivos de conservação da UC e prejudicam o modo de vida das populações locais.

Na Juréia, desde o início da década de 1990, organizou-se um movimento de moradores que, após mais de vinte anos de luta, alcançou articulação suficiente para promover a recategorização de algumas áreas da EEJI para Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), onde se permite a presença dos moradores. Esta recategorização originou um mosaico de UCs que foi anulado judicialmente três anos após sua criação.

A presente pesquisa acompanhou o momento em que se elaboravam os planos de manejo das UCs que compunham esse mosaico, as articulações que se seguiram para que o mesmo fosse criado novamente, por parte dos moradores que tinham a expectativa que desta vez, as RDSs abrangessem todas as comunidades.

Por se tratar de uma área considerada de extrema relevância para a preservação, muitos defendem a não permanência dos moradores na UC. No entanto, a Juréia possui um movimento que luta pela permanência dos moradores e sendo assim, as situações de ação acompanhadas estiveram repletas de embates entre lógicas opostas, a partir de diferentes perspectivas para a conservação da sociobiodiversidade.

Estrutura do trabalho:

O presente trabalho está organizado em 5 capítulos, sendo eles, introdução, metodologia, área de estudo, resultados e discussão, e conclusão.

O primeiro capítulo contém o referencial teórico do trabalho, objetivo e hipótese da pesquisa. O referencial teórico aborda as mudanças de postura frente ao mundo natural, que antecederam às áreas naturais protegidas, a disputa ideológica entre

preservacionistas e conservacionistas sobre as UCs, o debate sobre as áreas e recursos de uso comum, o desenvolvimento do ambientalismo e a Educação Ambiental como estratégia de envolvimento individual e coletivo na gestão e proteção das áreas naturais.

O segundo capítulo traz a abordagem metodológica, a relação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, a participação do pesquisador no processo e o posicionamento político da pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta a área de estudo, com uma breve contextualização e caracterização do Vale do Ribeira, realizada a partir de revisão bibliográfica, e uma contextualização mais detalhada da Juréia. Na contextualização da Juréia, são apresentados levantamentos bibliográficos e resultados da pesquisa. Optou-se por apresentar alguns dados nesta seção a fim de subsidiar a compreensão do leitor sobre questões abordadas nas discussões.

No quarto capítulo a pesquisa se desenvolve com apresentação e discussão dos resultados que são agrupados em cinco temas, sendo eles: *Questões da Tradicionalidade*, onde são abordadas as alianças e cisões sobre a permanência na área e a visão de tradicionalidade estática, demonstrada por alguns pesquisadores; *Diferentes Saberes, Olhares e Demandas*, onde são abordadas as diferenças entre os saberes e expectativas dos moradores locais e dos pesquisadores; *Poder de Decisão*, onde é apresentado e discutido o anseio da população local em ter poder de decisão nos processos que lhes afetam; *Legitimidade do Movimento pela Recategorização*, onde os questionamentos externos ao movimento dos moradores são apresentados e discutidos; e *Iniciativas Locais e a Demanda por Novos Modelos de Conservação*, em que são abordadas algumas ações dos moradores e as demandas das lideranças locais por novos modelos de conservação.

O quinto capítulo traz a conclusão do trabalho e a esperança de um novo começo, para consolidarmos mais um passo rumo a estratégias efetivas que garantam a conservação dos recursos naturais, o bem estar social e a possibilidade das UCs assumirem um papel de protagonistas na transformação de nosso modelo de sociedade.

1.2 Antecedentes às áreas naturais protegidas - A relação humanos/natureza

Em tempos passados muitos pensadores defenderam a tese de que a natureza deveria ser dominada e submetida às necessidades dos seres humanos. Boff (2004) aponta que os pais desse paradigma moderno seriam Galileu Galilei, René Descartes, Francis Bacon, Isaac Newton entre outros. O autor comenta que Descartes ensinava que a intervenção dos homens na natureza tinha por objetivo tornar o ser humano *“Mestre e proprietário da Natureza”* e que Bacon dizia que devemos *“subjugar a natureza, pressioná-la para nos entregar seus segredos, amarrá-la a nosso serviço e fazê-la nossa escrava”* (BOFF, 2004: 22-3).

Esse pensamento predominou na sociedade até os anos de 1800, quando a maior parte das pessoas tinha como meta o domínio humano sobre a natureza (THOMAS, 1988).

Segundo Thomas (1988), a destruição de florestas ocorre desde a era mesolítica, quando as árvores cobriam a maior parte do globo terrestre. E, de acordo com o mesmo autor, na era neolítica esta destruição intensificou-se devido à invenção do machado de pedra que permitiu que as árvores fossem destruídas não apenas pela pastagem animal e queimadas, mas também pela derrubada. Certamente, com o contínuo avanço da tecnologia, por meio da fabricação de ferramentas de aço, a intervenção humana sobre as áreas naturais intensificou-se ainda mais.

Uma das primeiras ações dos portugueses ao chegar ao Brasil foi derrubar uma árvore. Com o tronco da mesma teriam confeccionado, com o machado de aço, uma cruz rústica (DEAN, 1996).

Após alguns anos da chegada dos portugueses, a exploração e comércio desenfreado de produtos da floresta já estavam instituídos. Inicialmente, o principal recurso explorado foi a madeira que produzia um corante vermelho, chamada pelos nativos de Ibirapitanga. Os portugueses chamaram-na de pau-brasil que possivelmente era uma expressão já utilizada no mercado para denominar outra madeira asiática do mesmo gênero que também produzia um corante (DEAN, 1996).

Dean (1996) aponta que no ano de 1588, 4700 toneladas de pau-brasil teriam sido registradas e enviadas para Portugal. Esse volume, se somado ao comércio e

extração clandestina praticado por espanhóis, ingleses e franceses pode ter sido de até 12 mil toneladas por ano. Esse grande volume de exploração teria causado os primeiros alarmes e indícios de que o recurso se esgotaria já no início do século XVII, levando a coroa portuguesa, no ano de 1605, a tomar medidas de controle do corte do pau-brasil, com a criação da função de guardas florestais e o regimento do pau-brasil (Dean, 1996; Medeiros, 2006).

O pau-brasil não foi a única forma de vida transformada em produto com a conquista do “novo mundo”. Os animais da floresta logo começaram a ser capturados e levados para a Europa, vivos ou mortos, para ornamentos de palácios ou exposições em zoológicos. Tanto para extração do pau-brasil quanto para a matança e captura de animais da floresta, os portugueses contaram com a participação ativa dos Tupis (Dean, 1996).

Os tupis também se prontificavam a capturar animais vivos e peles para seus hospedes insaciáveis. Além da madeira corante, o manifesto de carga do Bretoa no ano de 1511 registra 23 periquitos, dezesseis felinos, dezenove macacos e quinze papagaios; o de 1532, do navio Pelerine, 3mil peles de “leopardos etc.”, trezentos macacos e seiscentos papagaios (DEAN, 1996: 66).

A escassez de madeira na Europa certamente intensificou as explorações nas florestas de todo o continente Americano.

Na Inglaterra,

... a extinção de parques, o cercamento para fins agropecuários de áreas antes reservadas à caça, a apropriação privada de terras comunais, a administração pouco rigorosa das florestas reais e a inexorável redução de seu tamanho: tudo isso significou a eliminação de florestas e árvores (THOMAS, 1988: 231).

Entre os anos de 1483 e 1585, o parlamento inglês, motivado pela percepção de que o recurso estava sendo mal utilizado e por vezes desperdiçado, adotou diversas medidas para controlar o uso das madeiras de construção, como a proibição da conversão de áreas de reflorestamento e mata rasteira em pasto ou lavoura, a manutenção de um número determinado de árvores por área e a proibição de seu uso na indústria siderúrgica em alguns locais críticos (THOMAS, 1988).

No Brasil, as madeiras para construção naval também foram alvo de fortes investidas e em 1698 algumas ordens reais começaram a surgir, quando foram proibidas sesmarias em áreas com reservas dessa matéria prima. Na capitania de São Paulo as árvores presentes entre a linha do mar e a escarpa costeira estavam declaradas passíveis de expropriação real e cinco reservas foram criadas e demarcadas entre Paranaguá e Santos (DEAN, 1996).

No entanto, essas ações de proteção desses recursos não conseguiram garantir sua real manutenção. Além disso, a criação das reservas, em geral, ainda estava muito fundamentada pelo aspecto utilitário dos recursos nestas existentes, como uma reserva de algo que poderia ser utilizado mais tarde. De forma geral, a dominação das áreas selvagens e a conversão para pastagens ou áreas cultivadas era o destino mais comum das áreas de florestas nativas.

A Coroa portuguesa, com suas medidas de proteção, em geral pretendia garantir que o recurso não fosse utilizado por outros, e sim por ela mesma. No entanto, a falta de fiscalização e o não reconhecimento dessas áreas pelo restante da sociedade dificultaram no Brasil e em outros países do mundo que as reservas fossem respeitadas e seus recursos efetivamente resguardados.

E em finais do Século XVIII na Inglaterra e em outros países da Europa ocorreu uma crescente procura pelas cidades e pela vida urbana com o abandono do campo e depreciação da vida rural, intensificando a distinção entre esse dois modos de vida (THOMAS, 1988).

Nos tempos da Renascença, a cidade fora sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade. Tirar os homens da floresta e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los (THOMAS, 1988: 290).

No entanto, com o crescimento das cidades, em pouco tempo pode se notar os efeitos destrutivos dessa equivocada concepção de progresso. O ambiente urbano fora deteriorado, as grandes cidades da Inglaterra industrializada tornaram-se locais insalubres, envoltas por fumaças tóxicas e fuligem de carvão utilizado para fins domésticos e industriais (THOMAS, 1988).

A queima do carvão utilizado no início do período moderno nas cidades industrializadas da Europa gerava efeito muito mais letal comparado ao que utilizamos

hoje, pelo teor de enxofre que possuía. A fumaça, além de sujar roupas, manchar estátuas, matar árvores e flores chegava ao ponto de corroer a estrutura de prédios (BRINBLECOMBE, 1978 apud THOMAS, 1988).

No Brasil, logo se percebeu que conforme a mata ao redor das cidades diminuía, o mesmo acontecia com os animais de caça. O Rio de Janeiro no século XIX apresentava diversos problemas de saúde pública. Tornara-se um local insalubre com epidemias de cólera e febre amarela. Alguns cogitavam que a destruição dos ambientes naturais circundantes de alguma forma tinha relação com as constantes doenças que se proliferavam (DEAN, 1996).

A crença que o desmatamento de bacias causava secas levou à primeira ação governamental (pós-independência) de conservação, ocorrida em 1862, através do investimento de recursos modestos em um programa de reflorestamento (DEAN, 1996).

O Maciço da Tijuca que havia sido desmatado significativamente com o avanço da lavoura de café, em 1862, após algumas desapropriações, foi entregue a um grupo de administradores que tinham entre outras funções o replantio da cobertura vegetal. Manuel Gomes Archer, um proprietário de terras que administrou a floresta da Tijuca até 1873, foi um dos principais responsáveis pelo trabalho de reflorestamento. De certa forma, suas ações estavam influenciadas pelo desejo da elite por um refúgio nas montanhas arborizado e distante da febre amarela que assolava o município (MEDEIROS, 2006; DEAN, 1996).

Medeiros (2006) observa que até meados do século XIX todas as medidas adotadas para proteger a natureza, pela coroa e pelo império teriam se centrado em recursos considerados estratégicos e não necessariamente envolviam a demarcação de áreas específicas. As desapropriações na Tijuca que se iniciaram em 1857 e a criação das “Florestas da Tijuca e das Paineiras”, em 1861, para proteger os recursos hídricos, possivelmente teriam constituído a primeira área protegida no país, um esboço do que seria definido como *florestas protetoras*, no código Florestal de 1934 (DRUMMOND, 1997; BARRETTO-FILHO, 2004 e MEDEIROS, 2003 todos citados por MEDEIROS 2006).

Certamente a depreciação do ambiente urbano, entre outros fatores, contribuiu para uma mudança nas atitudes e valores frente ao ambiente rural e natural. E embora

até finais do século XVIII o domínio da natureza ainda fosse uma meta importante da sociedade, já não estava imune a críticas e questionamentos (THOMAS, 1988, MacCORMICK 1992).

Esses autores apontam que o desenvolvimento da história natural e de pesquisas por naturalistas teria sido de grande importância para a mudança de postura que colocava em questionamento a visão antropocêntrica predominante até então (MacCORMICK 1992, THOMAS 1988).

Thomas (1988) discorrendo sobre os efeitos do avanço da história natural na forma como os seres humanos viam a si mesmos perante a natureza e com ela se relacionavam, sugere que:

Surgiram dúvidas e hesitações sobre o lugar do homem na natureza e o seu relacionamento com outras espécies. O estudo cuidadoso da História natural fizera cair em descrédito muitas das percepções antropocêntricas dos dias anteriores (...) e, ao invés de continuarem destruindo as florestas e derrubando toda árvore sem valor prático, um número cada vez maior de pessoas passava a plantar árvores e a cultivar flores para pura satisfação emocional... (THOMAS, 1988: 289)

MacCormick 1992, afirma que “a compreensão do ambiente natural que emergiu das pesquisas dos séculos XVIII e XIX afetou profundamente a visão do homem quanto ao seu lugar na natureza” (MacCORMICK, 1992: 22).

O domínio da natureza ainda era visto como a principal estratégia para o progresso humano. No entanto, uma nova consciência emergiu enfatizando o restabelecimento do sentido da inter-relação entre seres humanos e natureza, e uma responsabilidade moral para com sua proteção (MacCORMICK, 1992).

Em meados do século XIX, diversas sociedades e institutos de ciência foram criados no Brasil e em pouco tempo os membros destas instituições, “viajados e instruídos”, começavam a se manifestar com temor pelos efeitos causados ao meio ambiente pelos últimos cem anos de atividades econômicas intensificadas e aumento na densidade da população (DEAN, 1996).

Segundo Dean (1996), um dos cientistas paulistas da primeira geração, que teve atividade expressiva, sendo extremamente ativo na proposição de medidas conservacionistas, foi Alberto Löefgren, que conduziu pesquisas de meteorologia e

botânica. Seus estudos no início na década de 1890 levaram-no à interpretação de que o desmatamento seria responsável por mudanças climáticas.

Desta forma, o avanço das ciências naturais, associado à degradação dos centros urbanos, despertou novas percepções e valores na relação entre os humanos e a natureza. Com o passar do tempo, as pessoas começaram a buscar no campo um sentido de renovação espiritual e fuga dos centros urbanos. As famílias inglesas mais bem sucedidas economicamente já possuíam ao final da Idade Média, uma “casa de verão” no campo. De certa forma, esse anseio por manter áreas rurais para a recreação esteve por trás de movimentos contra a expansão urbana para os subúrbios londrinos. Até mesmo a religião teria influenciado este apreço pela vida rural, e o retiro rural era agora visto não apenas como uma fuga do ambiente urbano degenerado, mas como uma aproximação com o paraíso (THOMAS, 1988).

O anseio e valorização da vida rural na Inglaterra só surgiram após o crescimento das grandes cidades e esta tendência em enxergar o campo como sinônimo de inocência e pureza refletia uma série de ilusões e idealizações desconectadas da complexa realidade vigente. A maioria dos pintores e poetas retratava o campo desconsiderando as tensões sociais, questões econômicas e os aspectos práticos da vida (THOMAS, 1988).

Com a expansão das cidades na Inglaterra, a valorização do meio rural aumentou constantemente, demonstrada entre outros fatores, pela intensidade sem precedentes de escritos sobre a natureza e o campo. Antes de findar o século XVIII, a paisagem agreste e estéril deixara de ser motivo de aversão, tornando-se fonte de renovação espiritual. A segunda mudança teria sido uma crescente reação contra o avanço das fronteiras agrícolas (THOMAS, 1988).

Motivadas pela sua facilidade em viajar, as classes estudadas atribuíram importância, à contemplação das paisagens selvagens e do cenário rural. O cenário montanhoso que outrora fora sinônimo de ambientes estéreis passou, no decorrer do século XVIII, a ser alvo de uma paixão do público que gostava de viajar, quando o apreço pela natureza representava um ato religioso. Essa devoção “semi-religiosa”, entendida como “*nitidamente européia*”, surgiu como algo sofisticado que refletia os anseios de uma “*elite letrada e intelectual*”. O ambiente valorizado agora, não era mais

constituído pelas terras produtivas e cultivadas, mas os ambientes selvagens e românticos que passaram a serem alvos de uma crescente preocupação de que fossem preservados como fonte de renovação espiritual (THOMAS, 1988).

Em 1848, na Inglaterra, John Mill defendeu um limite à expansão demográfica a fim de se preservar algumas áreas onde os homens ainda pudessem ficar a sós. Segundo ele:

A solidão, no sentido de se estar freqüentemente sozinho era indispensável à satisfação humana (...) A solidão perante a beleza e grandiosidade da natureza é o berço de pensamentos e aspirações que não são bons somente para o indivíduo, sem eles a sociedade dificilmente sobreviveria (Mill, 1965 apud THOMAS, 1988: 318).

Esse pensamento e busca de solidão como forma de equilíbrio pessoal, certamente influenciou o movimento pela criação de áreas naturais protegidas, como afirma Thomas (1998):

É essa necessidade recorrente que sentem os moradores urbanos de retornar à terra selvagem em busca de regeneração espiritual, que condicionará mais tarde os movimentos de preservação das montanhas e terras incultas e pantanosas, antes de serem, todas, tragadas pelo progresso humano (THOMAS, 1988: 318).

Na década de 1860 uma primeira ação popular inglesa protecionista teria sido o combate à matança de pássaros para fornecimento de plumagens para as roupas e acessórios femininos, aproximando o protecionismo da história natural (ALLEN, 1978 apud MacCORMICK, 1992).

Há relação entre o crescente interesse pelo mundo natural presenciado na Europa Ocidental e na América do Norte, com a diferença que na Europa as áreas já haviam sido exploradas e colonizadas há muito tempo, enquanto na América do Norte havia muitas áreas a oeste sendo colonizadas (MacCORMICK, 1992).

A devastação nos Estados Unidos fora semelhante ao restante do novo mundo, em 1700 mais de 200 mil hectares haviam sido convertidos em agricultura e por volta de 1880 cerca de 60% das florestas de Massachusetts haviam sido derrubados. Entre 1620 e 1870 as florestas se constituíam na principal fonte de energia para o país, além de fornecerem matéria prima para a construção (MacCORMICK, 1992).

A partir da década de 1830 surgem nos Estados Unidos propostas de criação de Reservas Naturais, Parques Nacionais com diferentes concepções. Inicialmente faziam menções à proteção de índios e animais, reservas que protegessem animais e pessoas, com administração que garantisse o uso adequado dos recursos naturais, sem prejudicar sua renovação, gerando benefícios para todos (MacCORMICK, 1992).

Em 1872 foi criado o Parque Nacional de Yellowstone nos EUA, sendo este o primeiro parque nacional do mundo, com 800 mil hectares (MacCORMICK, 1992). Pode-se considerar que a criação deste parque marcou o início de um longo debate entre distintas correntes, preservacionista e conservacionista, o qual é detalhado a seguir.

1.3 Um longo debate: Preservacionismo X Conservacionismo

Para MacCormick (1992), a criação de Yellowstone e posteriormente, em 1890, do Parque Nacional de Yosemite, também nos EUA, forneceu o modelo que foi imitado em outros países desde o fim do século XIX. Yosemite, segundo o autor teria sido a primeira área declaradamente criada para proteção das áreas virgens.

O modelo americano do parque de Yellowstone inspirou, no Brasil, André Rebouças, que defendeu a criação de parques nacionais em Sete Quedas e Iguaçu, no ano de 1878. A expansão de parques e florestas nacionais nos Estados Unidos, promovida pelo presidente Roosevelt, e o manejo florestal de Gifford Pinchott, que propunha uma conservação que beneficiasse também aos cidadãos, eram constantemente mencionados por estadistas e cientistas no Brasil, com o objetivo de influenciar os governos brasileiros, porém sem muito sucesso (DEAN, 1996).

Segundo MacCormick (1992), no fim do século XIX, o movimento ambientalista americano dividiu-se em dois campos: de um lado os preservacionistas, que teve como maior expoente John Muir, de outro os conservacionistas tendo como principal expoente Gifford Pinchot. Os preservacionistas se aproximariam filosoficamente do protecionismo britânico, enquanto os conservacionistas teriam suas influências em uma ciência florestal racional, de raízes alemãs (MacCORMICK, 1992).

Pinchot era engenheiro florestal, tendo estudado na Alemanha e em outros países da Europa. Ele pregava o uso racional dos recursos naturais e defendia que a conservação deveria estar baseada em três princípios: *uso dos recursos naturais pela geração presente; prevenção do desperdício; e que o uso dos recursos naturais beneficiasse a maioria dos cidadãos* (DIEGUES, 2008; MacCORMICK, 1992).

Já Muir e os preservacionistas, em suas propostas de proteção e preservação das áreas virgens, defendiam a exclusão de quaisquer atividades nessas áreas que não fossem a visitação e recreação. Muir, em seus escritos, abordava as áreas virgens com linguagem religiosa, afirmando que nestas a expressão de Deus se inscrevia com letras maiúsculas (MacCormick, 1992).

Conforme já mencionado, durante este período disseminava-se entre as elites urbanas da Inglaterra um sentimento de busca por renovação espiritual no campo e nas áreas naturais. Entretanto, essa busca repousava sobre uma série de ilusões e idealizações desconectadas da realidade, pois ignorava as tensões sociais presentes nessas áreas.

Na concepção dos preservacionistas, existia uma divisão intrínseca entre seres humanos e natureza, sendo que o natural seria algo que prescindisse da ação e ocupação humana, devendo-se manter intocado como quando foi criado pela ação divina. Já os conservacionistas acreditavam ser possível a exploração dos recursos naturais de forma racional e duradoura, não comprometendo a manutenção dos próprios recursos e beneficiando a maior parte de pessoas (BRITO, 2003; MacCORMICK, 1992). Estes seriam parte dos argumentos que, mais tarde, dariam origem à expressão “uso sustentável” (MacCORMICK, 1992).

Esta disputa conceitual entre preservacionistas e conservacionistas permanece até os dias atuais e a idéia de dissociação entre seres humanos e natureza continua influenciando os sistemas de áreas protegidas (BRITO, 2003).

A criação de Yellowstone não se deu em áreas desabitadas. Estudos indicam que as áreas do parque abrangeram locais povoados por etnias indígenas que, possivelmente, foram expulsas de seus territórios (DIEGUES, 2008). Segundo o mesmo autor, a idéia de parques nacionais, como áreas selvagens desabitadas, poderia ter suas origens no mito do paraíso terrestre, que segundo a crença cristã seria um local de

grande beleza natural desabitado, de onde o ser humano teria sido expulso após o pecado original.

No entanto, a maioria das áreas, hoje consideradas intocadas, foi em algum momento, manejada por populações humanas no passado, concluindo-se então que a busca por este paraíso terrestre intocado é motivada por grandes ilusões e distorções de percepção e interpretação da realidade observada.

As motivações que levaram à criação dos primeiros parques nacionais foram questões estéticas, defendidas por naturalistas e amantes da natureza, que almejavam a proteção das áreas selvagens mais bonitas do planeta (MacCORMICK, 1992; BRITO, 2003; DIEGUES, 1996). Com o passar dos tempos, novos objetivos foram sendo incorporados aos sistemas de áreas protegidas, a fim de se garantir a conservação da biodiversidade das áreas protegidas e não apenas das belezas cênicas, como anteriormente (GHIMERE, 1993 apud BRITO 2003).

Assim, com enfoque na preservação da biodiversidade e do patrimônio genético, as áreas naturais protegidas passaram a representar um papel de antítese do desenvolvimento, servindo como laboratórios para a pesquisa básica em ciências biológicas (BRITO, 2003). Como exemplo, pode ser citada a criação de um parque nacional da Suíça em 1914, que tinha por objetivo servir como laboratório de campo nos Alpes, para pesquisas referentes à flora e fauna, em um local inalterado e sem influência da ação humana (QUINTÃO, 1983 apud BRITO, 2003).

Neste contexto, a importância salientada em relação à conservação da biodiversidade e dos recursos genéticos, implicaria em um reforço para a argumentação contra a presença humana em tais áreas (BRITO, 2003). O preservacionismo passa assim, a ter outras questões a defender, pois além da necessidade de áreas onde se pudesse buscar a renovação espiritual, agora a preservação da biodiversidade seria uma das principais bandeiras desta corrente. Portanto, para se alcançar a preservação, entendia-se que as áreas naturais protegidas deveriam continuar a evitar atividades de uso direto dos recursos naturais, sendo um lugar onde o ser humano apenas passa, mas não se estabelece.

É de amplo conhecimento que esta concepção de proteção da natureza trouxe consigo inúmeros conflitos envolvendo populações locais e as áreas naturais

protegidas. Em muitos casos dificultou ou mesmo inviabilizou a reprodução sociocultural das populações locais e o alcance dos objetivos de conservação e preservação dessas áreas. Pois, ao expor os moradores locais, muitas vezes a uma situação de marginalidade e ilegalidade, propiciou o envolvimento destes com práticas clandestinas e predatórias.

Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN – (BORRINI – FEYERABEND, 1997):

A relação entre o organismo que administra a UC e os outros interessados, freqüentemente, não é tão boa como seria desejável. Não é raro, por exemplo, que a instituição considere a comunidade local como uma ameaça potencial para a unidade de conservação, que não reconheça o papel dos indígenas que habitam a UC na manutenção da biodiversidade, ou que os residentes locais considerem a criação de uma UC como um desenvolvimento opressor, que traz consigo valores externos e os priva de sua riqueza e sua cultura. Dessa forma, não é surpreendente que os conflitos e os mal-entendidos entre instituição gestora e os residentes locais sejam a causa de algumas das mais sérias falhas no manejo de áreas protegidas.

Somente na década de 1970 é que a comunidade internacional começa a dirigir atenção aos crescentes conflitos envolvendo comunidades locais e áreas naturais protegidas (BRITO, 2003). Provavelmente, um marco para tal mudança de foco tenha se constituído pelos resultados da Conferência das Nações Unidas Sobre Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972. MacCormick (1992), por exemplo, considera a conferência como um marco no desenvolvimento do ambientalismo mundial. Brito (2003) considera que a conferência teve como principal legado a inserção da questão ambiental nas pautas mundiais e a consolidação do conceito de que os problemas ambientais transcendiam fronteiras e estavam ligados a fatores de ordem política, econômica, social e cultural.

Em 1975, é realizado a 12ª Assembléia Geral da UICN, a qual busca solucionar o problema da possibilidade de realocação forçada ou expulsão de grupos étnicos pela criação de áreas naturais protegidas, alertando para que estas não tivessem como consequência, a desagregação cultural e econômica dos grupos que não afetam a integridade ecológica das áreas (AMEND e AMEND, 1992 apud BRITO, 2003). No entanto, cabe salientar que esta atitude não aliviou a situação das populações que não poderiam ser consideradas facilmente como grupos étnicos (BRITO, 2003).

Mas foi apenas a partir de 1982, com a realização do III Congresso Mundial de Parques em Bali, Indonésia, que preocupações mais claras com a relação entre populações humanas e áreas naturais protegidas surgiram, a partir da reafirmação dos direitos das comunidades com características culturais específicas e recomendações para que o manejo de tais áreas ocorresse em conjunto com as populações originais das mesmas (DIEGUES, 1996).

Em 1992, em Caracas-Venezuela, foi realizado o IV Congresso Mundial de Parques, no qual o tema populações humanas em áreas naturais protegidas destacou-se nos debates. Neste congresso foi reafirmada a importância do respeito aos direitos dos povos indígenas, mesmo que os governos tenham transformado suas terras em Parques (DIEGUES, 1996; BRITO, 2003).

Ferreira (2004) afirma que até o final da década de 1980, predominava no debate internacional a argumentação de áreas naturais protegidas concebidas como ilhas de biodiversidade circundadas pela ação humana predatória. Segundo a autora, este paradigma somente é substituído com a apresentação do modelo biorregional, o qual prevê a criação e manutenção de redes de áreas protegidas integradas ao contexto regional onde se inserem. Este modelo foi proposto durante o *Protected Areas in the 21st Century Symposium*, organizado pela *World Commission on Protected Areas* (WCPA), na Austrália, em 1997.

A mesma autora aponta que a partir de então, ocorreram mudanças no referencial conceitual de grandes organizações não-governamentais (ONGs), influenciando pesquisas sobre o tema e ações de órgãos gestores de áreas protegidas. Porém, em 1998, dois livros paradigmáticos "*People and Parks: linking protected areas with local communities*" e "*Conservation of neotropical forests*" co-editados por Karina Brandon e Kent Redford, teriam retomado antigas posições preservacionistas, afirmando que as áreas protegidas constituem-se no substrato da conservação adequada da biodiversidade e não podem ser responsabilizadas pela implantação do desenvolvimento sustentável. Consideravam também que áreas consideradas prioritárias devem ser mantidas intactas, circundadas por UCs de categorias menos restritivas (FERREIRA, 2004). Com isso, ganham força novamente adeptos do modelo de conservação em mosaicos, onde áreas estritamente protegidas são interligadas por

espaços de uso controlado, como florestas nacionais, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável ou projetos agroflorestais (OLMOS *et al.*, 2001; JANZEN, 1994 apud FERREIRA, 2004).

A necessidade de incorporar aos processos decisórios, os diversos atores com interesse na gestão das UCs, é um fato hoje relativamente reconhecido. No entanto, os responsáveis pela tomada de decisão, freqüentemente, resistem às mudanças. Pois, um processo verdadeiramente participativo exige que o poder seja compartilhado progressivamente com grupos geralmente excluídos de tais processos de tomada de decisão (ZAZUETA, 1995 apud JOHNSON *et al.*, 2007).

1.4 Conservação e Preservação no Brasil

No Brasil, já em 1821, José Bonifácio sugeria a criação de um órgão governamental responsável pela conservação das florestas (DIEGUES, 1996). Bonifácio, embora nascido no Brasil, passara grande parte de sua vida na Europa, e estudou em Portugal o efeito do desflorestamento sobre a fertilidade de solos. Na Alemanha teve contato com a ciência florestal que, naquela época, era desenvolvida com fortes preocupações com a conservação dos recursos explorados (PÁDUA, 2000; RADKAU, 1996 apud PÁDUA, 2000).

Em 1876, o abolicionista André Rebouças, já defendia a criação de um parque nacional em Sete Quedas partindo do modelo norte americano de parques (DEAN, 1996; PADUA & FILHO, 1979 apud DIEGUES, 2008).

Segundo Dean (1996), devido ao vigor das afirmações de Alberto Löefgren sobre as conclusões alarmantes em relação aos efeitos do desmatamento e seu contato com a elite da terra, a seção botânica dirigida por ele, em 1896, foi renomeada como Serviço Florestal e Botânico de São Paulo. Este tinha por atribuição a “*conservação das florestas, melhor exploração e reflorestamento*”. Löefgren foi pioneiro nas demandas por um código nacional de florestas e parques nacionais e de um serviço nacional de florestas, fatos estes que somente seriam concretizadas no século seguinte (DEAN, 1996).

Ainda que alguns dos estados tivessem instituído seus serviços de florestas já em final do século do XIX, o Brasil só veio a ter o Serviço Florestal Federal a partir de

1925, embora seu decreto de criação date de 1921. Pois, ao que consta, até 1925 não estavam concluídos os estudos preliminares para organização do novo órgão (BRITO, 2003; DIEGUES, 2008; DEAN, 1996). Além disso, nos primeiros anos, o órgão não teve uma atuação expressiva, carecendo de orçamento, terras e um código florestal para aplicar (DEAN, 1996).

Nesta época, seguindo uma tendência observada em outros países, presenciava-se no Brasil, o surgimento de associações e clubes de amantes da natureza. Pode-se citar como exemplo, a “Sociedade Amigos das Árvores”, fundada em 1931 por Alberto José Sampaio, diretor do Museu Nacional, que desde 1912 já escrevia em favor de reservas naturais e reflorestamento. Em 1926 com a apresentação de um relatório sobre a situação das florestas brasileiras, em uma convenção internacional em Roma, Sampaio pretendia pressionar o governo a financiar o Serviço Florestal (DEAN, 1996).

Diversas organizações, diretamente relacionadas com os primeiros movimentos de amantes da natureza, influenciaram a legislação no início do período Vargas. Entre os anos de 1933 e 1934, sob influência de ecologistas, entre os quais estava Sampaio, o governo Vargas, para regulamentar o uso de determinados recursos, criou os códigos de águas, minas, caça e pesca e o primeiro Código Florestal (DEAN, 1996; CARVALHO, 1967 apud DIEGUES, 2008).

Em 1935, Sampaio, no governo Vargas, passara a acreditar na eficácia do poder do estado, defendendo que a aplicação de medidas conservacionistas dependia de “tecnologia, educação e força” (DEAN, 1996).

Podemos imaginar que aqui repousa parte das influências que, somadas ao governo militar, levaria a uma postura autoritária de proteção dos recursos naturais, com expulsão e ameaças direcionadas às populações locais de áreas naturais protegidas.

Em 1934 realizou-se a 1ª Conferência para a Proteção da Natureza promovida pela “Sociedade Amigos das Árvores”, que reuniu representantes de diversos estados, em sua maioria cientistas e funcionários dos governos. A situação das florestas foi analisada em cada estado. No Rio de Janeiro, segundo as estimativas, não teria sobrado nenhuma floresta primária, enquanto em São Paulo, a derrubada era generalizada (DEAN, 1996).

As estimativas nos levam a crer que grande parte do que hoje é considerado como áreas intactas, foi severamente modificada no passado, o que é salientado por Dean (1996), ao chamar a atenção diante dos atuais esforços para a proteção do que se alega ser constituído por ambientes intactos.

Em 1934 foi promulgada uma constituição que colocava o Estado e o governo como centrais na proteção de belezas naturais e monumentos de valor histórico ou artístico. O código florestal proibia o corte de árvores ao longo de cursos d'água e em volta de mananciais, árvores que abrigavam espécies raras e o corte superior a três quartos do restante das árvores da propriedade, além de conter um esboço da base da organização das UCs no Brasil (DEAN, 1996).

O Código Florestal, aprovado em 1934, definia parques nacionais como monumentos públicos naturais que permanecem com sua composição florística primitiva, em trechos do país que, devido a circunstâncias peculiares, o mereçam (QUINTÃO, 1983 apud DIEGUES, 1996).

O código conceituava, além de Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Florestas Protetoras e Áreas de Preservação em Propriedades Particulares (WWF, 1994 apud BRITO, 2003).

Embora as tentativas de se criar parques nacionais no Brasil fossem mais antigas, o Primeiro Parque Nacional do país data de 1937 (Parque Nacional do Itatiaia). No entanto, outros tipos de reservas já haviam sido criadas, como as reservas florestais de Altos da Serra, acima da vila de Cubatão, a Reserva Florestal de Itatiaia e a Reserva Florestal da Cantareira, criada em 1911 no estado de São Paulo (DEAN, 1996; DIEGUES, 2008; BRITO, 2003).

Em 1965 um novo Código Florestal é aprovado, o qual definiu Parques Nacionais e Reservas Biológicas como áreas criadas a fim de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, fauna e das belezas naturais, com objetivos de utilização para fins educacionais recreativos e científicos e proibia, nessas áreas, qualquer forma de exploração dos recursos naturais. As Florestas Nacionais, segundo o mesmo código, possuíam fins econômicos, técnicos ou sociais (BRITO, 2003; DIEGUES, 2008).

Posteriormente, em 1967, a lei número 5.179/67 restringiu ainda mais as ações em reservas Biológicas, permitindo apenas atividades científicas devidamente autorizadas (QUINTÃO 1983, apud BRITO 2003).

Em relação à gestão dessas áreas protegidas na esfera federal, em 1967 foi criado o IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, uma autarquia do Ministério da Agricultura, substituindo o departamento de Recursos Naturais Renováveis criado em 1963 para substituir o Serviço Florestal Federal. O IBDF passou a ser responsável pela administração das UCs. Em seu decreto de criação, o artigo 5º diz que compete ao IBDF: *“VIII - administrar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os Parques Nacionais, as Florestas Nacionais, as Reservas Biológicas e os Parques de Caça Federais”* (BRASIL, 1967).

Em 1973 foi criada a SEMA (Secretaria do Meio Ambiente Federal), vinculada ao Ministério do Interior, a qual possuía, entre outras atribuições, cooperação com os demais órgãos responsáveis pela preservação ambiental no país (BRASIL, 1973). Desta forma, houve sobreposição entre a atuação da SEMA e do IBDF (DEAN, 1996; Diegues, 2008). A criação da SEMA teve influência da efervescência do movimento ecologista internacional e da conferência da ONU, em Estocolmo. Segundo um dos dirigentes do órgão, a Sema possuía três campos de atuação: controle da poluição, conservação ambiental e proteção de ecossistemas (NOGUEIRA NETO, 1991 apud BRITO 2003:59).

No campo da conservação dos ecossistemas, uma das estratégias foi o estabelecimento de diversas Estações Ecológicas (ESECs) e Áreas de Proteção Ambiental (APAs) que, em suas concepções originais, tinham relação muito próxima, uma vez que, semelhante ao proposto nas reservas da biosfera, estas categorias deveriam ser criadas de forma associada umas às outras, servindo as APAs de área tampão para as ESECs (BRITO, 2003: 60).

O IBDF e a SEMA foram extintos em 1989 com a criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) que assumiu a administração dessas áreas (BRASIL, 1989).

Em tempos mais recentes, no ano de 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que passou a ser responsável pela

gestão das UCs federais, ficando o IBAMA, com a função de fiscalização e licenciamento (BRASIL, 2007).

As ESECs apresentavam algumas inovações, comparadas às outras categorias de UCs brasileiras. Entre elas, o fato de que só poderiam ser criadas ESECs em terras públicas ou desapropriadas para esse fim, tendo o Estado cinco anos para realizar as devidas desapropriações, pois do contrário, seria revogada a criação da ESEC (NOGUEIRA NETO, 1991 apud BRITO, 2003: 60). Outra inovação das ESECs seria o fato da proibição de redução de seus limites, embora os mesmos pudessem ser remanejados (BRITO, 2003: 60).

Segundo Brito (2003), a lei número 6.902/81 define as ESEC e as APA como:

Estações Ecológicas – Áreas representativas de ecossistemas brasileiros destinadas a pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento de educação conservacionista.

Áreas de Proteção Ambiental – Dentro dos princípios constitucionais que regem o direito de propriedade, o Poder executivo estabelecerá normas limitando ou proibindo atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras.

Inicialmente, as UCs Brasileiras foram criadas principalmente na região sul e sudeste do país. Apenas após a década de 60, com a expansão da fronteira agrícola e do desmatamento, é que outros estados e áreas do país receberam maior atenção (QUINTÃO, 1983, apud DIEGUES, 2008).

No início, as UCs brasileiras estavam fortemente influenciadas pelo modelo Norte Americano, sobretudo a vertente preservacionista que idealizava áreas virgens, mantendo-as livres da interferência humana. Diegues (2008), analisando a postura das UCs brasileiras nesse período, utiliza como exemplo, o livro *Parques Nacionais no Brasil*, publicado em 1979 de autoria de Pádua e Coimbra Filho, uma vez que a primeira autora do livro era diretora do Departamento de parques do IBDF. Segundo Diegues, o livro aborda os parques pelos aspectos cênicos e naturais e ao se referir às populações locais rotulam-nas como “degradadoras” e “posseiras”, defendendo a retirada e expulsão de moradores dos parques, afirmando a incompatibilidade da presença de populações indígenas com a proteção da biota (DIEGUES, 2008).

Muitas UCs foram criadas no país entre as décadas de 1970 e 1980 durante o regime militar. Neste período, a criação das UCs ocorreu de forma impositiva, desconsiderando a presença ou não de populações locais, a opinião destas coletividades em relação à criação das unidades e os impactos destas sobre o modo de vida e costumes das populações locais (DIEGUES, 1996).

Muitas propostas de conservação, elaboradas em gabinetes fechados, ao serem implementadas, foram altamente politizadas. Alguns atores tiveram que rever suas posições e conceitos, sobretudo os atingidos pelas políticas públicas. Pequenos consumidores de recursos e prestadores de serviços ambientais, em sua maioria sem uma experiência de participação política, foram lançados a uma situação de atores nesses processos (FERREIRA et al., 2001).

Em 1979, o IBDF elaborou o Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil. Este plano teria analisado as áreas prioritárias para criação de novas UCs e se propunha a rever as categorias de UCs então existentes. O IBDF, em 1988, encomendou da FUNATURA, uma organização não governamental, um estudo que reavaliasse o plano de UCs instituído em 1979. Este estudo foi entregue ao IBAMA em 1989 (DIEGUES, 2008; FERREIRA et al., 2001).

Segundo Diegues (2008), o documento oriundo desse estudo, partia dos mesmos pressupostos que regeram a criação de UCs nos países desenvolvidos, reforçando a visão de UCs como “ilhas de conservação”. Nada se dizia sobre o uso sustentável dos recursos naturais fora das UCs e tão pouco sobre o papel de aliados da conservação, por parte de grupos culturalmente distintos que habitam essas áreas protegidas. De acordo com o mesmo autor, perdeu-se uma importante oportunidade de revisão das categorias, deixando-se de buscar categorias mais adaptadas à realidade dos países em desenvolvimento. A única inovação incluída, a contra gosto dos preservacionistas, foi a instituição das Reservas Extrativistas, que emergira das lutas dos seringueiros na Amazônia (DIEGUES, 2008).

Em 1992, com base no estudo da FUNATURA, foi enviada ao congresso uma nova proposta de Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), que possuía algumas novidades. Porém, ainda predominava uma visão preservacionista que desconsiderava o valor e a importância das populações locais para a conservação e

não previa a participação da sociedade nos processos de criação de novas áreas protegidas (DIEGUES, 2008).

Foram indicados Fábio Feldman, como relator, e Maurício Mercadante como assessor no processo e em 1994 o MMA iniciou debates sobre o projeto de lei e diversos substitutivos. Nesse momento tornou-se evidente a divisão entre ONGs ambientalistas, técnicos e acadêmicos sobre o modelo adequado de UCs (FERREIRA et al., 2001). Segundo Ferreira (2001), no final de 1994, Fábio Feldman entregou um substitutivo ao projeto original, que foi considerado preservacionista por Maurício Mercadante. Em 1995 Fernando Gabeira assume a relatoria do processo e inicia-se um amplo debate sobre experiências concretas de conservação envolvendo populações em UCs e discute-se a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs (Ferreira 2001).

Durante a tramitação do SNUC uma nova categoria de UCs entra no debate, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Este tipo de UC foi aprovado em 1996 a partir da recategorização da Estação Ecológica de Mamirauá, no estado do Amazonas (CAMPOS, 2001).

Em 1996, após um amplo debate envolvendo ambientalistas, órgãos governamentais, técnicos e populações locais, alguns setores do governo mobilizaram-se para impedir a votação do substitutivo do deputado Gabeira, considerado por esses, pouco preservacionista. Em 1998, ONGs ambientalistas reuniram-se para tentar um consenso sobre o SNUC. Nas propostas resultantes desta discussão predominou a visão preservacionista, sendo a maioria delas aceitas pelo último relator (FERREIRA et al., 2001).

Após um longo trâmite, disputas e debates entre preservacionistas e conservacionistas, em torno da proposta inicial, foi sancionado em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei Federal nº 9.985/00, que definiu Unidade de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O SNUC dividiu as categorias de UCs em dois grupos, sendo eles: Uso Sustentável e Proteção Integral. Nas categorias de uso sustentável, a presença humana e algumas atividades em diferentes intensidades são permitidas, buscando conciliar a permanência das populações locais com a conservação dos recursos naturais. Nas categorias de proteção integral, a presença de populações humanas não é permitida em seu interior e o uso dos recursos naturais só pode ocorrer a partir de formas indiretas de exploração.

De acordo com o SNUC, as áreas particulares no domínio de UCs de Proteção Integral, devem ser desapropriadas. Contudo, os processos de regularização fundiária, em geral, perduram por décadas.

Segundo o parágrafo 2º do artigo 42 do SNUC:

Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

No Brasil, o SNUC apresentou modificações importantes na política de criação e gestão das UCs com vistas à inclusão de diversos atores no processo decisório. Dentre estas constam a consulta pública para criação e os conselhos de gestão das UCs, em busca de uma maior e efetiva participação da sociedade nesses processos. Isto ocorreu como fruto da convicção de que a participação de comunidades locais, organizações não governamentais, poderes públicos municipais e estaduais, órgãos governamentais de outros setores, que não apenas o de meio ambiente, proprietários rurais, iniciativa privada, instituições de ensino e pesquisa, entre outras, são essenciais para o sucesso, em longo prazo, da estratégia de conservação baseada em UCs (BRASÍLIA, 2004).

No entanto, muitas das UCs criadas no passado apresentam situações de conflitos, desde sua criação até os dias atuais. Muitos destes conflitos estão relacionados à presença humana em UCs de proteção integral. Esta temática tem mobilizado atores em torno de arenas que têm sido palcos de disputas pessoais, ideológicas e conceituais, na divergência entre conservacionistas e preservacionistas. As propostas de equacionamento desta questão vão desde o cumprimento da lei, no

que concerne à desapropriação das áreas de UCs de proteção integral habitadas, até a recategorização dessas áreas para UCs de Uso Sustentável.

No SNUC, o Artigo 56, trazia uma alternativa de solução para o conflito entre populações humanas em UCs de proteção integral. Esse artigo foi vetado em resultado da pressão exercida por grupos do IBAMA e ambientalistas preservacionistas que eram contrários à presença humana em UCs (CAMPOS, 2001).

O artigo trazia as seguintes proposições:

*Art. 56: A presença de população tradicional em unidade de conservação do grupo de proteção integral criada em função de legislação anterior, obriga o poder público no prazo de 5 (cinco) anos a partir da vigência desta lei, prorrogável por igual período, a adotar uma das seguintes medidas:
I - reassentar a população tradicional nos termos do artigo 42 desta lei,
II - reclassificar a área ocupada por população tradicional em Reserva Extrativista ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável conforme disposto em regulamento (BRASIL, 2000b).*

Embora o SNUC tenha reconhecido direitos aos grupos denominados tradicionais, o artigo que continha a definição do projeto de lei para população tradicional foi vetado. A definição de população tradicional que o projeto de lei continha no artigo 2, inciso XV, era o seguinte:

população tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

As justificativas para o veto referiam-se à abrangência da definição e que nesta poderia ser incluída facilmente toda a população rural do país, dificultando a proteção que se pretendia dar às populações verdadeiramente tradicionais. A justificativa ainda afirmou que “O conceito de ecossistema não se presta para delimitar espaços para a concessão de benefícios” (BRASIL, 2000b).

O conceito de população tradicional passou a ser utilizado como uma espécie de “passaporte para o paraíso”, embora não houvesse um consenso quanto à sua definição.

Em 2007, o decreto nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esta

teria sido fruto de iniciativas federais, como a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a realização de encontros e oficinas de trabalho, entre estes o I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais realizado em 2005 (CREADO et al., 2008).

O Decreto citado definiu populações tradicionais, em seu artigo 3º, da seguinte forma:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No Brasil, a categoria de populações tradicionais inspirou-se em conceitos antropológicos como o de sociedades rústicas, que da forma como foram institucionalizados, tendiam a uma naturalização dos sujeitos que pretendia envolver (Vianna 1996 apud CREADO et al., 2008).

Sobre o que se entende por “população tradicional”, certamente apresentaram diferentes perspectivas e interpretações, os pesquisadores, gestores públicos e os próprios moradores de UCs. Esses últimos foram lançados a situações de embates onde o escudo mais utilizado por eles próprios para defender seus direitos, foi o de populações tradicionais.

Analisando populações tradicionais como uma categoria, Creado (2008) afirma que diversos autores consideram que assim como a dicotomia entre sociedade e natureza, a categoria de populações tradicionais afirma a oposição entre tradicional e moderno, de forma polarizada, negando os híbridos e gradientes formados pela interação entre ambos os extremos (LATOURETTE, 2000; BARRETTO-FILHO, 2001; VIANNA, 1996 todos citados por CREADO, 2008).

Segundo Creado et al. (2008), alguns autores internacionais abdicaram do uso do termo populações tradicionais para áreas protegidas, optando por populações residentes, uma vez que tal termo não tem, segundo os autores, uma conotação política, sendo uma referência espacial e não temporal e ainda por não se tratar de um rótulo cultural (WEST e BRECHIN 1991 apud CREADO et al., 2008).

De forma geral, atualmente é admitida (ou tolerada) no cenário internacional, mesmo nas áreas de proteção restritivas, a presença de populações humanas e o uso de recursos naturais por essas. A condição é que estas populações tenham suas práticas baseadas em tecnologias tradicionais e usem os recursos, essencialmente, para a subsistência. No entanto, alguns autores defendem que deve ser admitido o uso dos recursos naturais por populações residentes com base em tecnologias adequadas mesmo que não sejam técnicas e tecnologias tradicionais (WEST e BRECHIN, 1991 apud CREADO et al., 2008).

No Brasil, o termo populações tradicionais continua sendo utilizado e definindo quem tem ou não tem direitos no âmbito das UCs. No estado de São Paulo, ao longo das negociações em torno da recategorização de UCs de proteção integral com moradores locais, o governo do Estado publicou uma resolução que dispõe sobre recategorização de UCs, que estendeu direitos de população tradicional para ocupantes e agricultores de boa fé, o que aparentemente poderia ser um avanço. No entanto, esta resolução contém um forte viés preservacionista (SÃO PAULO, 2010a). Em seu artigo 5º, o decreto afirma que nas UCs de PI os estudos para recategorização devem priorizar as possibilidades de realocação dos moradores.

O artigo 4º da mesma resolução define que a identificação de comunidades tradicionais deve ser realizada através de:

laudo histórico e antropológico que confirmem o histórico de sua relação de dependência dos recursos naturais da unidade de conservação em questão para reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental (SÃO PAULO, 2010a).

A resolução mencionada adotou a definição de população tradicional constante na lei estadual de mudanças climáticas, a qual traz a seguinte definição:

População tradicional: aquela que vive em estreita relação com o ambiente natural, dependendo dos recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental (artigo 4º, inciso XXVII, Lei Estadual nº 13.798, de 2009).

1.5 Áreas e recursos de uso comum.

Um caloroso debate, geralmente não abordado nas discussões em torno das UCs, mas que certamente influencia a posição de alguns cientistas e as políticas públicas sobre o tema, refere-se à Teoria dos Comuns.

Em 1968, Garret Hardin publicou um artigo intitulado “A Tragédia dos Comuns”, no qual o autor partiu de uma situação hipotética de um grupo de pastores na Inglaterra Medieval, os quais utilizavam uma área de pastagem de modo comunal. O Autor pede aos leitores que imaginem o que aconteceria se cada um dos membros adicionasse um animal ao seu rebanho buscando aumentar seus lucros, e pouco a pouco os membros aumentassem seus rebanhos, excedendo a capacidade de carga do pasto, a fim de buscar benefícios individuais. O autor conclui que “a liberdade em relação aos recursos comuns leva à ruína de todos”, e que a solução seria a privatização ou a declaração de propriedade pública sobre as quais, direitos de acesso e de uso seriam concedidos (HARDIN, 1968).

A Tragédia dos Comuns tornou-se uma referência muito difundida na comunidade científica e assim permanece até os dias atuais. Feeny et al (1990) mencionam que o artigo tornou-se verdade incontestável para muitos. Berkes (1996), afirma que o artigo alcançou *status* de lei científica para alguns. Sendo assim, as afirmações de Hardin, baseadas em um exemplo hipotético, convenientemente passaram a subsidiar políticas públicas de privatização e estatização de propriedades comuns.

O modelo proposto por Hardin sofreu diversas críticas, sendo que alguns dos trabalhos que contra-argumentam a lógica de Hardin, apresentam uma conceituação sobre recursos comuns e regimes de apropriação dos territórios e a relação destas formas de apropriação com a situação do recurso (FEENY et al., 1990; BERKES, 1996; OSTROM, 1990; MCKEAN & OSTROM, 1995).

Base comum de recursos ou recursos comuns são recursos como peixes, vida selvagem, águas superficiais e subterrâneas, florestas e pastagens comunitárias (FEENY et al., 1990; OSTROM, 1990; BERKES, 1996). Esta classe de recursos possui

duas características básicas: a exclusão ou controle do acesso de potenciais usuários é problemática e cada usuário tem capacidade de subtrair uma porção daquilo que pertence a todos os demais usuários; ou seja, existe um problema ao menos potencialmente devido ao uso compartilhado (BERKES, 1996).

Os recursos podem ser geridos sob um dos quatros regimes de apropriação, quais sejam: livre acesso, propriedade privada, propriedade estatal e propriedade comunal. Estes seriam tipos ideais, sendo que na prática pode haver sobreposição ou conjugação destes tipos de apropriação (FEENY et al., 1990; BERKES, 1996; OSTROM 1990; McKEAN e OSTROM, 1995).

O livre acesso refere-se à ausência de direitos de propriedade bem definidos, o acesso é livre e aberto a qualquer um. Algumas estratégias de pesca oceânicas empregadas antes do século XX e a atmosfera global são alguns exemplos. Em relação ao uso dos recursos neste regime de apropriação, as evidências coletadas pelos autores mencionados apontam para confirmação da argumentação de Hardin em direção à degradação. Os exemplos são vários e incluem a diminuição dos estoques pesqueiros de baleia em alto mar (BERKES, 1996).

Feeny et al. (1990) apontam para outro aspecto não mencionado por Hardin, que em muitos casos, a tragédia aconteceu depois que situações de livre acesso foram propiciadas pela destruição de sistemas comunais pré-existentes. Alguns exemplos incluem imposições de regras coloniais, como na África Subsaariana, em ilhas do Pacífico e em rios da região nordeste da América do Norte, explorados pela pesca do salmão (JOHNSON e ANDERSON, 1988; JOHANNES, 1978; BERKES, 1985 citados por FEENY et al., 1990).

Outro exemplo de tragédia gerada pela situação de livre acesso, criada a partir da destruição de regimes comunais, ocorreu no Nepal, quando em 1957, o governo local, alarmado com as taxas de desmatamento, converteu áreas de florestas comunais em propriedade estatal. O resultado, na prática, foi a criação de uma situação de livre acesso. Ao invés de decrescerem, as taxas de desmatamento aumentaram e em 1976 o governo iniciou experiências de recriar sistemas de propriedade comunal (ARNOLD e CAMPBELL, 1986; BROMLEY e CHAPAIN, 1984 ambos citados por FEENY et al., 1990).

A propriedade privada refere-se à situação na qual o indivíduo ou corporação possui o direito de excluir outros e regulamentar o uso dos recursos. Os direitos de propriedade privada geralmente são exclusivos e transferíveis. Segundo Berkes (1996), a concessão de direitos de apropriação privada proporcionou o arranjo institucional necessário para uma exclusão bem sucedida nas áreas de terras agricultáveis. No entanto, o autor salienta que se os habitantes locais não reconhecerem como legítimos os direitos de propriedade privada, os custos para se garantir a exclusão podem ser elevados.

A propriedade estatal diz respeito à situação na qual o governo possui os direitos sobre o recurso e toma as decisões referentes à forma e intensidade de exploração dos mesmos. A propriedade estatal ainda apresenta um diferencial em relação aos outros regimes de apropriação, uma vez que o Estado geralmente possui poderes de coerção, ao contrário de grupos privados (FEENY et al., 1990). A administração estatal permite a regulamentação para uso dos recursos por parte de todos os cidadãos, permitindo a expressão do interesse público, mas não necessariamente garante o uso sustentável dos recursos (BERKES, 1996).

Assim como o regime de propriedade privada, a propriedade estatal apresenta a necessidade de reconhecimento, como legítimos, pela comunidade local. Se isto não ocorre, a exclusão e normas sobre a utilização dos recursos podem não ser cumpridas. Um exemplo seria a Ilha Caribenha Santa Lucia, a qual possui um parque criado com o objetivo de proteger recursos marinhos. No entanto, este objetivo somente alcançou êxito a partir do momento em que os moradores locais passaram a apoiar o projeto, passando a fiscalizar os limites do parque (SMITH e BERKES, 1991, apud BERKES, 1996).

Já o regime de apropriação comunal ou propriedade comum, refere-se à situação na qual um recurso ou espaço é apropriado de forma coletiva por um grupo de usuários identificáveis que maneja o mesmo, excluindo a ação de usuários externos e regulando o uso pelos membros da própria comunidade (FEENY et al., 1990).

Propriedade comum é propriedade compartilhada, possibilitando o estabelecimento de parcerias, sociedades anônimas e cooperativas comerciais. Constitui-se em formas de privatizar direitos sobre um objeto, sem dividi-lo. Tais

regimes seriam desejáveis em situações em que o manejo de um sistema de recursos é mais produtivo quando este se caracteriza como uma unidade coesa ao invés de constituído por partes descoordenadas (McKEAN e OSTROM, 1995).

Uma das críticas feitas a Hardin está relacionada à grande confusão gerada em relação a estes regimes de apropriação (FEENY et al, 1990; BERKES, 1996; OSTROM, 1990; McKean e Ostrom, 1995). Isso porque, no exemplo hipotético de Hardin, o que é descrito por ele assemelha-se com uma situação de livre acesso e não a um regime de apropriação comunal. Em um regime de propriedade comum, os membros da comunidade usuária interagem e manejam os recursos de modo que ao perceberem uma situação de desgaste dos mesmos, tendem a negociar e chegar a acordos com vistas ao uso sustentável em longo prazo (OSTROM, 1990, FEENY et al. 1990, BERKES 1996).

Berkes (1996), por exemplo, aponta que Hardin desconsidera a presença de instituições e *feedbacks*. Segundo este autor, em um sistema natural-social integrado, os *feedbacks* funcionam como controladores do fluxo da exploração, sendo responsáveis por informar a instituição gestora sobre a situação do recurso.

Ostrom (1990) também aponta para a negligência de Hardin em relação às instituições locais, e constata que em situações de risco de uma “tragédia”, os usuários do recurso negociam a fim de chegar a acordos que propiciem um uso mais sustentável dos recursos.

Berkes (1996) conclui que existem problemas para se cumprir a legislação em todos os regimes de apropriação, inclusive na privada, e que a propriedade estatal provavelmente constitui-se na pior experiência nesse sentido.

Feeny et al. (1990) concluem que as sociedades são capazes de construir normas para a utilização sustentável de recursos. Por uma série de evidências, esses autores acreditam que as propriedades comuns podem ser bem sucedidas no uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, apontam que os recursos, atualmente, apresentam múltiplos usos e as comunidades usuárias já não estão relativamente isoladas, sendo sensata a conjugação entre controle estatal e auto-gestão por parte dos usuários. Em outras palavras, os autores defendem a co-gestão ou a gestão participativa dos recursos naturais entre estado e comunidades locais.

Em síntese, embora tão conhecida, “A Tragédia dos Comuns” possui afirmações que não se sustentaram à luz de estudos empíricos, sendo necessária a substituição deste paradigma científico por outro. Sobretudo, é necessário estudar cada caso, pois, possivelmente, em cada circunstância social, econômica e cultural, a resposta sobre a exploração dos recursos será diferente. É fato que as comunidades locais possuem potencial para gestão dos próprios recursos naturais, assim como é fato que estão em constante assédio e influência da sociedade capitalista. Há de se estabelecer uma relação equilibrada, onde sociedade e estado sejam parceiros na conservação dos recursos e áreas naturais.

No entanto, as populações locais serão parceiras da conservação, quando se sentirem beneficiadas pela criação dessas áreas e seguras de sua permanência nas mesmas. Possivelmente, várias das UCs de Proteção Integral desestruturaram sistemas de apropriação comunal e como o estado não se fez efetivamente presente, nestas áreas, podem na prática ter gerado situações de livre acesso.

De acordo com Leff (2001), o atual paradigma de nossa sociedade deve ser substituído por um novo paradigma emergente que inclua a reapropriação social da natureza e a auto-gestão das áreas naturais por parte das comunidades locais, bem como o controle sobre os processos de produção, com base nas potencialidades locais e na valorização da diversidade cultural.

1.6 Ambientalismo e Áreas Naturais Protegidas.

Como citado anteriormente, a evolução da história natural associada a outros fatores, como o aumento da insalubridade e da degradação das condições de vida nas cidades, propiciou o surgimento dos primeiros questionamentos sobre a relação entre a civilização humana e os ambientes naturais. No Brasil não foi diferente de outros países da Europa e surgiram a partir do século XIX diversas instituições de pesquisa que, com suas investigações, levantaram muitos questionamentos sobre a necessidade de conservação dos ambientes e recursos naturais.

Já na virada do século XX, alguns dos funcionários dessas instituições e cientistas intelectuais enfrentaram situações conflituosas com o governo, agora

republicano, que era dominado pela elite do café, dificultando efetivas ações de conservação (DEAN, 1996)

Algumas das instituições cívicas de proteção à Natureza, que começavam a surgir no início do século XX, fundadas por figuras da elite intelectual e financeira do país, influenciaram a legislação inicial do governo Vargas, como a Sociedade Amigos das Árvores, o Clube de Amigos da Natureza, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro e a Sociedade de Amigos de Alberto Torres (DEAN, 1996).

Dean (1996) considera que, em maio de 1954, ocorreu a primeira campanha da imprensa do Brasil em defesa da preservação, com a denúncia, feita pela Folha da Manhã, de nomes de funcionários do governo envolvidos com irregularidades no Pontal do Paranapanema no Oeste do Estado de São Paulo. A denuncia exigia a retirada de invasores de Terras Públicas, declaradas protegidas.

Em 1958, foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza por uma corrente preservacionista voltada à proteção dos ambientes naturais. Somente a partir da década de 70 é que surge o “ecologismo de denúncia” no Brasil, representado inicialmente pela Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural), Resistência Ecológica, Associação Catarinense de Preservação da Natureza, APPN (Associação Paulista de Proteção à Natureza), entre outras (DIEGUES, 2008).

A Agapan, entidade de luta ambiental, como define um de seus fundadores, sem dúvida foi uma das instituições que mais influenciou o início desta nova forma de ecologismo. Esta foi influenciada por uma instituição ainda mais antiga de denúncia, fundada em 1955, e que a partir de 1957 passara a publicar crônicas semanais no jornal de maior circulação do sul do país “O Correio do Povo”, publicadas até 1963 (FUNDAÇÃO FRANCISCO, 1995¹).

Um dos principais expoentes da Agapan foi José Lutzemberger, que em 1976 encabeçou, juntamente com outras instituições ecologistas, um dos documentos marcantes dessa época: *O Manifesto Ecológico Brasileiro: O fim do Futuro* (DIEGUES, 2008; FUNDAÇÃO FRANCISCO, 1995).

¹ Fala de Augusto Carneiro, Participante do Seminário Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil - Fundação Francisco - 1995

Vale ressaltar que a década de 1970, no cenário internacional, marcou, definitivamente, a entrada das questões ambientais nas agendas governamentais, em grande parte como influência da conferência de Estocolmo, realizada em 1972.

A Agapan e Lutzenberger influenciaram fortemente o envolvimento da mídia na questão ambiental no país, com o fornecimento de matérias e circulação de panfletos e manifestos sobre vários assuntos, como a questão do combate à energia nuclear. Buscavam influenciar diversos setores, como no caso da Campanha da Fraternidade, de 1978, que a igreja católica dedicou ao meio ambiente, com a campanha “Preserve o que é de Todos”. Isto, segundo um dos fundadores da Agapan, ocorreu por influência de Lutzenberger (FUNDAÇÃO FRANCISCO, 1995).

Queiroz (1992) afirma que ao final da década de 1970 e início da década de 1980, duas situações emblemáticas envolvendo grandes projetos, potencialmente causadores de impactos em áreas naturais e a comunidades locais, tiveram significativa repercussão no movimento ambientalista da cidade de São Paulo.

Em um dos casos, o autor descreve o conflito ocorrido na década de 1970, em Trindade, vilarejo do município de Parati, litoral do Rio de Janeiro, quando uma empresa multinacional adquiriu a área que era habitada, há mais de 300 anos, por famílias de pescadores. Estas famílias passaram a sofrer diversas pressões da empresa, que com modos truculentos, tentou intimidá-los, comprá-los ou expulsá-los das áreas que habitavam.

Alguns turistas de São Paulo, que freqüentavam a região, solidarizaram-se com a causa dos moradores passando, a partir de 1974, a defender publicamente essa causa e aquele ambiente natural. Nos anos seguintes houve o surgimento de vários movimentos e mobilizações populares pelo país, que por sua vez influenciaram o surgimento da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro – SDLB, que defendeu os “trindadeiros” com campanhas e mobilizações envolvendo a imprensa na cidade de São Paulo, além de assessoria jurídica em embates contra a referida empresa (QUEIROZ, 1992).

O outro caso emblemático refere-se aos planos imobiliários e nucleares para a região do litoral sul do estado de São Paulo. Este caso está detalhado no 3º capítulo do

presente trabalho, referente à caracterização da área de estudo. Segue abaixo a dimensão relacionada ao ambientalismo.

Nos anos de 1970, a área da Juréia, no litoral sul paulista, já se encontrava sob disputa entre ambientalistas, que queriam seu tombamento e transformação em UC, e empreendedores que queriam transformar a região em um grande condomínio de luxo. Os planos imobiliários na região foram interrompidos pelo governo militar, que anunciou em 1980, a construção de duas Usinas Nucleares no local (QUEIROZ, 1992; CAMPOS, 2001).

A sociedade paulistana manifestou-se em revolta ao anúncio que foi feito, às vésperas do dia mundial do meio ambiente, pelo “Jornal da Tarde”, de quatro de junho de 1980, que dizia, segundo Queiroz (1992: 76): *“Presente do governo aos ambientalistas no dia mundial do Meio Ambiente: Usinas Nucleares em São Paulo”*.

Para minimizar críticas por parte dos ambientalistas ao programa nuclear, o governo decretou que as Usinas deveriam ser circundadas por Estações Ecológicas e na Juréia destinou-se uma área de 23000 hectares para criação de uma ESEC (decreto 84.973 de 29/07/80, apud QUEIROZ, 1992).

No entanto, com o final do governo militar, os planos nucleares não se consolidaram e cinco anos após a criação desta ESEC, as desapropriações não haviam sido consolidadas. Segundo a legislação vigente na época sobre ESEC, após cinco anos, caso as desapropriações não fossem realizadas, os proprietários teriam direito de reassumirem suas posses (QUEIROZ, 1992).

A saída da Nucleobrás significava o final do pesadelo das usinas nucleares e o retorno do perigo da especulação imobiliária. Anos mais tarde, por influência de ambientalistas, agora ocupando cargos no governo, foi criada a Estação Ecológica da Juréia-Itatins (em 1986). Esta deu fim aos sonhos dos empreendedores imobiliários, que pretendiam voltar para a região. Por outro lado prolongou o pesadelo dos moradores locais, que passaram a ser alvo de fiscalizações e normas estabelecidas de forma autoritária.

A abertura política resultou, em vários locais do país, na criação de novos órgãos governamentais que absorveram ambientalistas, conforme relata um ecologista dessa época:

Temos muitos casos de pessoas que vieram do movimento ecológico e ocuparam posições no governo. É óbvio que a prática ambientalista dessas pessoas ia se expressar por canais governamentais, nos seus vários níveis e limitações que, evidentemente, são canais diferentes dos grupos ecológicos. (FUNDAÇÃO FRANCISCO, 1995: 19²)

Em 1984, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) realizou a segunda Conferência Brasileira para Proteção da Natureza – cinquenta anos após a primeira, realizada pela Sociedade Amigos das Árvores. Nesta segunda conferência, um grupo de entidades conservacionistas apresentou suas próprias propostas, enfatizando a necessidade do movimento politizar-se e criar um bloco de representantes no Congresso Nacional. Essas entidades conservacionistas desaprovavam algumas atitudes da FBCN, considerando-as anti-oficiais (DEAN, 1996). Esse bloco, segundo o mesmo autor, foi formado no Congresso Nacional e foi responsável pelas cláusulas do direito de todos a um ambiente natural equilibrado e da declaração da Mata Atlântica como parte do Patrimônio Nacional.

A abertura política influenciou a politização dos movimentos ecologistas em defesa do meio ambiente, pois como afirma Sirks (1996: 218):

Com o início do processo de abertura política, o movimento ecologista tendeu a uma natural politização. Já não era mais possível manter o discurso do apolitismo e creditar a devastação ambiental ao homem que está destruindo o planeta. Numa visão mais concreta, a culpa não cabe à humanidade como um todo, mas a modelos de desenvolvimento, a interesses econômicos, opções políticas e agentes bem identificados, passíveis de responsabilização. A poluição e a devastação têm endereço, são pessoas jurídicas, e sua possibilidade de continuar agredindo o meio ambiente ou o seu recuo é a resultante de um confronto que se dá no terreno político.

O mesmo autor aponta que, no Brasil, os ecologistas dividiram-se entre duas estratégias principais diante da questão política: o *lobby*, que em suas palavras, é o “*não alinhamento político ideológico*” (1992:218), influenciando quem quer que esteja no poder. Esta vertente teve José Lutzemberger, como um de seus principais representantes no início dessa expressão de ambientalismo no Brasil. A outra estratégia, segundo Sirks (1992:218), foi a “*mobilização e organização popular*”, da

² Fala de José Augusto de Pádua, participante do Seminário Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil – Fundação Francisco (1995).

“participação na política institucional e de tomar partido” que teria sido a opção da geração mais jovem de ecologistas.

No entanto, alguns autores advertem que não se pode reduzir a atuação de Lutzemberger à estratégia de Lobby, pois este a partir de meados da década de 1970 foi referência para o movimento ecológico no país, com posturas questionadoras e de denúncias em uma época marcada ainda pela ditadura militar. Estes pesquisadores salientam a necessidade de se considerar a questão temporal na atuação de ambientalistas como Lutzemberger, pois estes mudaram sua forma de atuar ao longo do tempo de acordo com a conjuntura de cada momento (SORRENTINO, 2011 – DEPOIMENTO ORAL).

O Movimento ecológico, surgido na década de 1970, pioneiro no sul do país, encontrou, na década de 1980, com a abertura política, outra perspectiva e “outros rumos”, devido à agregação, na arena ambiental, de diversos militantes políticos que estavam ligados ao movimento estudantil e aos movimentos sociais durante a ditadura (FUNDAÇÃO FRANCISCO, 1995³).

O encontro dessas correntes demonstrou, com clareza, que nem sempre apresentavam a mesma postura. No entanto, passaram a defender, supostamente, a “mesma causa”, porém com profundas diferenças nas estratégias que acreditavam ser necessárias para alcançarem os resultados pretendidos. A própria posição em relação à questão da presença humana dentro das UCs tem profundas diferenças nas concepções dos ambientalistas, pois estes podem tender à corrente preservacionista ou conservacionista. A presença humana em UCs é responsável, segundo Creado et al. (2001), por cisões internas do movimento ambientalista devido a posições antagônicas.

Ferreira et al. (2001) comentam que em alguns casos, moradores de UCs restritivas têm aversão aos chamados ambientalistas e freqüentemente os confundem com os preservacionistas radicais.

Essa confusão não se limita apenas a moradores locais de UCs restritivas, pois mostra-se presente inclusive nas concepções de pessoas que trabalham em instituições

³ Fala de Maristela Bernardo, participante no Seminário Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil – Fundação Francisco (1995).

ambientalistas, mas não se consideram ambientalistas e associam a estes, termos como o “eco-chato” ou o preservacionista extremista.

A entrada de novas questões na pauta do movimento ambientalista certamente sofreu grande influência, no Brasil, da preparação e dos resultados dos trabalhos da Rio-92, onde também se evidenciou o encontro entre as diferentes correntes. Os que tinham tendências ambientalistas e os que tinham tendências socialistas de esquerda convergiram para discutir a mesma pauta ambiental (FUNDAÇÃO FRANCISCO, 1995).

A expressão Organizações Não Governamentais (ONGs), segundo Scherer-Warren (2001), passou a ser amplamente utilizada a partir da conotação que essas instituições passaram a ter após a ECO-92, como espaço de participação da sociedade Civil Organizada. Com o tempo, a expressão ONGs adquiriu um significado muito abrangente, a ponto de incluir associações de diferentes naturezas, desde que sejam não-governamentais e sem fins lucrativos.

Princen e Finger (1996: 16 apud FERREIRA, 1999: 43-44) definem as ONGs transnacionais ambientalistas como *“grupos não-lucrativos com base ou atividades em mais de um país, cuja missão principal é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento”*.

Uma das primeiras ONGs criada para defender o bioma da Mata Atlântica, foi a Fundação SOS Mata Atlântica, criada em 1986. Em um documento atual sobre o histórico de sua criação, encontra-se:

No Brasil, o processo de abertura política acarreta em conquistas inéditas: do direito ao voto, da aprovação da Lei de Interesses Difusos, com o fortalecimento do Ministério Público, e da possibilidade de participação nas questões ambientais em instâncias públicas como os Conselhos de Meio Ambiente, até a Assembléia Nacional Constituinte que, em 1988, legitima um novo modo de garantir a cidadania e os direitos das futuras gerações brasileiras; (...) O ideal de conservação ambiental da entidade, associa-se ao objetivo de profissionalizar pessoas e gerar conhecimento sobre o bioma. A proposta representa também um passo adiante no amadurecimento do movimento ambientalista no país” (SOS, 2011⁴).

Segundo Dean (1996), a SOS Mata Atlântica, em 1992, era, possivelmente, a maior instituição ambientalista do país, com cinco mil membros associados. Porém, o

⁴ SOS MATA ATLÂNTICA – 2011 Disponível em (<http://www.sosmatatlantica.org.br/index.php?section=who&action=history> acessado em 04/07/2011)

autor salienta que nestas instituições que cresciam exponencialmente neste período, eram poucos os membros efetivamente ativos na causa ambiental.

Em 1995, um dos idealizadores da instituição afirmou que esta já possuía cerca de 10 mil associados e provocou uma reflexão sobre qual parcela desses afiliados, de fato, seria comprometida com a questão ambiental em profundidade, supondo ser muito baixa (FUNDAÇÃO FRANCISCO, 1995). Atualmente a instituição conta com cerca de 250 mil afiliados, segundo os dados que constam em seu sítio eletrônico.

Acredito que se mantém atual a reflexão sobre quantos desses 250 mil afiliados, de fato estão defendendo o bioma e o quanto são ativos na questão ambiental. E mais ainda, o que seria para eles, defender esse bioma?

De acordo com Ferreira (1999), no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o ambientalismo foi considerado pela literatura especializada como um novo movimento social. Segundo a autora isso ocorreu devido suas origens nas classes médias intelectualizadas e por aparentar nesta época que o movimento ambientalista procurava ser reconhecido como um grupo social diferenciado e não um grupo social que tinha por objetivo a mudança de toda a sociedade.

No entanto, a autora aponta que o ambientalismo surpreendeu ao tomar medidas e posturas mais amplas que transcendiam o diálogo com as classes médias para outras classes e com outros setores da sociedade, aparentando ser portador de um novo projeto de sociedade capaz de re-significar a existência humana em busca de um futuro viável.

A possibilidade de ser esse um novo movimento capaz de transformar toda a sociedade motivou outros autores a assumirem o movimento ambientalista como um movimento multissetorial perpassando por diversos setores da sociedade como a academia, governo, empresariado e outros grupos e movimentos sociais (VIOLA e BOEIRA, 1990; VIOLA e LEIS, 1992; ambos citados por VIOLA e LEIS, 1995).

Ao definir o ambientalismo como movimento social, buscava-se salientar seu potencial de mobilização coletiva e de transformação social e política, sendo que o conceito de movimento social se mostrava pertinente por indicar onde formam-se os conflitos com força suficiente para abranger diferentes interesses, valores e expectativas, com intensa dedicação das pessoas envolvidas (FERREIRA, 1999). Um

movimento social é constituído de três elementos, a definição do próprio ator, de seu adversário e do campo de disputa onde se desenrola o conflito (TORURINE, 1989 apud FERREIRA, 1999).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a teoria dos movimentos sociais se mostrou limitada frente a constatações empíricas de tendências inevitáveis da vida social. A linha de pesquisa dos novos movimentos sociais reconheceu a centralidade da subjetividade nos movimentos sociais contemporâneos, superando o modelo clássico, materialista e realista sem desviar atenção das mudanças decorrentes da passagem de uma sociedade industrial para pós-industrial. Esses pesquisadores consideraram que as necessidades materiais teriam sido deslocadas nos novos movimentos sociais por orientações voltadas a valores e identidade (FERREIRA, 1999).

Sendo assim, Ferreira (1999) aponta que na definição de TOURINE (1997), um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural, visando a realização de valores culturais, e a vitória sobre um adversário social.

No entanto, Ferreira (1999) afirma que ao final dos anos de 1990 com algumas exceções específicas, o ambientalismo não havia alcançado êxito em delimitar um adversário e tão pouco na definição de um projeto de sociedade coeso, coerente e consensuado.

As décadas de 1980 e 1990 presenciaram a questão ambiental tomando alcance. O movimento ambientalista, em construção, viu-se diante da necessidade de se profissionalizar. A própria disseminação das ONGs rapidamente definiu novas estratégias de ação para o movimento.

Da constituição paulatina do ambientalismo como ator, cuja tarefa principal era ser o portador da capacidade organizativa no interior da vida social, este foi atirado a outros dois papéis simultâneos: agentes políticos e mediadores entre a vida social e política (FERREIRA, 1999: 43).

Ferreira (1999) afirma que importantes autores como Alain Touraine que consideravam o ambientalismo como um novo movimento social, com a visibilidade alcançada pela questão ambiental e a popularização das ações ambientalistas, mudaram suas análises sobre o mesmo. Este, de um movimento social, passara a ser entendido como um ator responsável por “elevar o conflito do plano da utilização dos

recursos” para o “plano da orientação cultural”. Touraine sugere que a ecologia política foi responsável, mesmo que precariamente, por re-estabelecer o elo entre agentes políticos e atores sociais e que o movimento ampliava o campo da ação democrática (TOURAINÉ, 1996 apud FERREIRA, 1999).

A origem do campo de atuação especificamente ambiental certamente teve muita contribuição das ONGs ambientalistas, que desempenharam e desempenham importantes papéis. É através deste campo que pressionam governos, desenvolvem pesquisas, projetos e experiências voltadas à promoção da sustentabilidade, em busca de um futuro viável (FERREIRA, 1999).

Em um evento, promovido em Brasília pela Fundação Francisco, em 1995, o movimento ambientalista realiza uma auto-avaliação. Neste evento, Maristela Bernardo defende que o movimento ambientalista não deveria fugir de suas origens, e deveria continuar a defender a causa do meio ambiente e da manutenção do equilíbrio ecológico como forma de se buscar uma sociedade mais justa (FUNDAÇÃO FRANCISCO, 1995). Maristela ainda afirma que, na época, com exceção de pequenas ONGs de base social que mantêm uma ligação com essa base, o movimento ambientalista estaria distante da sociedade e agregado às instâncias de poder. Além disso, salienta que:

Mesmo que ele esteja em litígio com as instâncias de poder, ele está supondo que está representando interesses sociais. E eventualmente está mesmo. Só que para ter força para ser realmente independente, não governamental, ele tem que estar ligado, atrelado à sociedade em nome da qual está agindo. Ou seja, ele tem que fazer um caminho de ida e volta; não pode se transformar numa nova elite. Pois mesmo que ele tenha as melhores intenções do mundo e seja absolutamente sincero, ele está agindo nas regras atuais do jogo e pode perpetuar-se enquanto tal. Enquanto uma voz que faz um discurso bonito, interessante, consegue alguns resultados, mas nunca terá por trás a grande força transformadora que é a vontade da sociedade (Fundação Francisco, 1995: 16).

Ferreira (1999) salienta que o movimento ambientalista como um todo, sofreu influências das tradições anarquistas e socialistas e isso gerou a incorporação, pelo menos em tese, na década de 80, de interesses mobilizatórios brasileiros, possivelmente pelos eventos dramáticos desta década como os casos de Cubatão, Criciúma e Goiânia. A autora no final da década de 90 define que:

Hoje o conteúdo predominante das propostas das ONGs ambientalistas visa integrar em seus projetos a manutenção dos ecossistemas nacionais à necessidade mais ampla e universal de manutenção da biosfera como um todo e da vida de um modo geral, o que pressupõe o bem estar das coletividades que vivem e se assentam em seus domínios (FERREIRA, 1999: 49).

Scherer-Warren (2001), a partir das matrizes ideológicas das ONGs latino-americanas, agrupa-as em quatro tendências, sendo elas: a Neomarxista, a Neo-Anarquista, a Teologia da Libertação e a Articulista.

Sobre a tendência articulista, a mesma autora aponta que as ONGs alinhadas sob essa perspectiva, defendem uma ampliação da democracia popular através da sociedade civil organizada, com descentralização do poder do Estado, estabelecendo redes de relacionamento com outras instituições e setores da sociedade civil, articulação com outras ONGs e estímulo constante à mobilização e participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas.

As ONGs em alguns casos atuam como interlocutoras entre as organizações e movimentos sociais específicos com outros atores econômicos e políticos, como a administração estatal. Com essa interação, o ambientalismo influenciou teórica e ideologicamente estes outros setores levando à incorporação da questão ambiental nas causas de outros movimentos e setores da sociedade.

Essa influência pode ser observada na fala de José Augusto Pádua quando relata sua convivência com Chico Mendes e suas percepções sobre as influências que os movimentos ecológicos tiveram na luta desse líder popular:

... foi importante para ele seu convívio com os grupos ecológicos, na elaboração conceitual daquilo que ele já fazia (...) Chico Mendes incorporou profundamente a questão ecológica... (Fundação Francisco, 1995: 20⁵).

Ferreira e colaboradores (2001) afirmam que a interação entre ONGs e populações locais de áreas naturais protegidas, disponibilizou às lideranças destas populações, códigos, projetos e interações que as levaram à mobilização, de forma

⁵ Fala de José Augusto de Pádua participante do Seminário Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil - Fundação Francisco, 1995.

autônoma, organizando-se em ONGs, associações civis e sindicais, representando a si mesmas nas situações de ação e participando da elaboração de projetos ou mesmo, elaborando seus próprios projetos.

Atualmente as ONGs brasileiras enfrentam um novo desafio. Até alguns anos atrás, recebiam significativos investimentos e apoios de fundos, instituições e governos estrangeiros. Esses investimentos foram cruciais para o desenvolvimento profissional e consolidação institucional dessas ONGs. Atualmente, com a boa situação econômica brasileira no cenário internacional, esses investimentos têm migrado do Brasil que, em tese, está com seu terceiro setor consolidado, para países africanos e asiáticos. Com isso, as ONGs brasileiras precisam se adaptar rapidamente a um novo cenário, onde os principais financiadores, num curto espaço de tempo, devem ser o próprio setor privado do país, representado, muitas vezes, pelas mesmas empresas que esse mesmo movimento combatera e denunciara no passado.

Somado a isso, a pulverização da questão ambiental tornou-se ainda maior. No entanto, à medida que alcançava mais públicos, mais superficial se tornava junto a esses novos públicos alcançados.

Nos últimos anos, o cenário internacional tem presenciado, a partir de pesquisas realizadas por cientistas, em geral das áreas de humanas, o levantamento de inúmeras críticas em direção às principais ONGs ambientalistas transnacionais. Alega-se que essas instituições, ainda nos anos 2000, apoiaram ações de desocupação de populações nativas em áreas naturais e, em muitos casos, defenderam interesses preservacionistas internacionais nos países em desenvolvimento.

As críticas e questionamentos vão além das ações. Também são direcionadas às fontes financeiras, aos montantes de recursos que estas instituições movimentam, o quanto efetivamente tem se alcançado na busca da preservação e a qual custo para as populações locais (DIEGUES, 2008, MacCHAPIN, 2008; DOWIE, 2008; BROCKINGTON & GOE, 2008).

No entanto, não podemos negar a contribuição que muitas das ONGs trazem à consolidação de áreas naturais protegidas, e muitas vezes, à geração de renda para populações locais, com base em atividades de baixo impacto.

Como comenta Ferreira (1999):

... merecem destaque projetos de diagnóstico participativo dos recursos naturais e dos usos a que se destinam, de popularização de técnicas de agroecologia ou de manejo de espécies e sistemas, de alternativas de geração de emprego e renda para moradores de Unidades de Conservação e seu entorno, de técnicas sustentáveis de abastecimento de água para zonas semi-áridas, de mutirões para reposição florestal, além de projetos de co-gestão de áreas protegidas em parceria com órgãos governamentais. Todos esses projetos incluem, ainda, cursos de capacitação específicos. O público alvo preferencial destes projetos é constituído por índios, seringueiros, ribeirinhos, sertanejos, pescadores, pequenos agricultores familiares, artesãos, ex-sem terra assentados, grupos de jovens moradores de UCs de uso indireto, sem alternativas de emprego e renda, dentre outros.

Recentemente, uma das grandes ONGs transnacionais (Conservação Internacional – CI) anunciou uma reformulação em sua missão. Na nova missão da instituição, a questão social das populações locais é destacada como sendo fruto da compreensão de que somente será alcançada a conservação dos ambientes naturais com condições dignas às populações locais.

Significaria esse um novo direcionamento na condução das políticas e orientações internacionais para a conservação das áreas naturais protegidas? Seria esse o momento de consolidação de outros modelos de conservação baseados em parcerias efetivas com as populações locais na conservação da natureza? Essas são questões que somente o tempo poderá responder.

1.7 Educação Ambiental e Unidades de Conservação

O desenvolvimento do debate e das pesquisas acerca da estratégia de conservação em UCs trouxe à tona uma importante dimensão a ser considerada em relação ao papel destas áreas para a sociedade e para a conservação da biodiversidade.

Brito (2003) aponta que a conservação não é alcançada apenas com a criação de UCs e que ao analisar a história da conservação, nos vários anos desta atividade no Brasil e no mundo, foi possível concluir que existem diversas falhas nas formas de criar e gerir as UCs, que precisam ser corrigidas. A autora aponta que muitas UCs brasileiras

apresentam-se como “ficções jurídicas”. Ou seja, UCs que não saíram do papel. Ressalta ainda, que em muitos casos, não houve a devida participação dos diversos atores sociais, com interesse sobre as áreas em questão.

Reforço também, o que vários autores já constataram, que se as áreas apropriadas de forma estatal, não forem reconhecidas como legítimas pelas populações locais, a administração e gestão das mesmas terão muitas dificuldades em excluir os potenciais usuários. No caso das UCs, entendemos que se as populações locais não as reconhecerem como legítimas e não se sentirem pertencentes a estas, dificilmente seguirão as regras para a conservação.

Desta forma, entendo que a Educação Ambiental (EA) pode contribuir significativamente para a conservação da biodiversidade, se aliada ao envolvimento comunitário. Porém, não defendo aqui uma educação ambiental que “doutrina”, que impõe outras lógicas, práticas ou culturas. Mas sim, uma EA que, a partir de uma perspectiva dialógica, proporcione a construção coletiva de conhecimentos, consciência ambiental e a celebração pactuada de acordos, que possibilitem a satisfação das necessidades materiais e simbólicas dos moradores locais, sem comprometer a integridade ambiental. A EA voltada à construção de sociedades sustentáveis pode atuar na compatibilização dos modos de vida com os objetivos de conservação das UCs.

A EA, segundo o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), também teve sua inserção nas pautas governamentais a partir da conferência de Estocolmo, em 1972. Na mesma década, outras conferências importantes foram realizadas, como a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, realizada em 1977 em Tbilisi, consolidando a EA no cenário internacional.

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, instituída pela **Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999**, em seu primeiro artigo:

Entendem-se por educação ambiental, os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A definição acima de EA aponta para importância de ações voltadas a conservação do meio ambiente, mas mostra-se simplificadora, ao não mencionar outras dimensões da EA, como o estabelecimento de relações dialógicas, a busca por outras formas de felicidade não materialistas, a promoção da cidadania, a emancipação social, o fortalecimento da identidade e da potência de ação entre outras.

Abaixo estão listados alguns itens da PNEA que, em minha compreensão, tem muito a contribuir para a realização de práticas de EA em Unidades de Conservação.

Art. 4º Princípios básicos

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

VII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

Trazendo estas colocações para o campo das UCs, entendemos que estas áreas devem ser compreendidas em sua totalidade, pois envolvem além de questões ambientais, questões sociais, econômicas e políticas, sendo que todas estão diretamente relacionadas e não alcançaremos os objetivos de conservação destas áreas se as ações desenvolvidas não visarem, além da sustentabilidade ambiental, à sustentabilidade social, econômica e política das ações. Nesta perspectiva, acreditamos que a EA pode contribuir para um olhar complexo sobre esta teia de relações.

O papel da EA nas UCs e para com as populações destas áreas também é explicitado na PNEA no artigo treze, que trata de educação ambiental não-formal:

Art. 13 *Entende-se por educação ambiental não-formal, as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.*

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculados à educação ambiental não-formal;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

O SNUC prevê a EA em várias categorias de UCs como sendo uma prática permitida e que deve ser incentivada nessas áreas. No entanto, a EA que, historicamente vem sendo praticada, é uma EA voltada ao visitante. Existem publicações, teses e artigos a respeito do papel da EA no Uso Público de UCs, e em menor intensidade, a respeito de processos voltados à participação social na gestão e planejamento destas áreas. No entanto, ainda há muitos campos a serem explorados, entre eles o da EA com moradores do entorno e interior de UCs, no objetivo de compatibilização entre as práticas realizadas e os objetivos de conservação destas áreas. Assim como é necessário, um maior envolvimento da EA em processos de resolução de conflitos, entre os quais, os relacionados à presença humana em UCs de proteção integral.

O ProNEA, citado anteriormente, estimula, dentro de suas linhas de ação, a inserção da EA nas etapas de planejamento e gestão de Unidades de Conservação.

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, instituído pelo **Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006**, foi resultado dos compromissos firmados pelo Brasil ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, realizada em 1992. Este decreto tem por objetivo cumprir com o programa de trabalho para áreas protegidas da convenção, que previa a implementação de estratégias até 2015, visando estabelecer um sistema abrangente de áreas protegidas que alcançasse os diferentes biomas e que fosse ecologicamente viável e efetivamente manejado.

O PNAP faz diversas considerações em relação ao papel da EA nas áreas protegidas e sobre a resolução dos conflitos envolvendo sobreposição de terras indígenas, quilombolas e UCs de proteção integral, dentre as quais considero importante ressaltar os seguintes pontos:

Princípios:

XX - promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o

desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas;

1.2. Diretrizes

IX - assegurar os direitos territoriais das comunidades quilombolas e dos povos indígenas como instrumento para conservação da biodiversidade;

XI - assegurar o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para a criação e para a gestão das áreas protegidas, garantindo o respeito ao conhecimento e direito dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais;

2.3. Eixo Temático - Capacidade Institucional: ações relacionadas ao desenvolvimento e ao fortalecimento da capacidade institucional para gestão do SNUC e para conservação e uso sustentável da biodiversidade nas terras indígenas e nas terras quilombolas. Prevê, ainda, o estabelecimento de normas, bem como de uma estratégia nacional de educação e de comunicação para as áreas protegidas.

Em 2006, iniciou-se a elaboração, de forma participativa, da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do SNUC – ENCEA, com envolvimento da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Esta proposta coletou diferentes experiências relacionadas à educação ambiental em UCs, buscando propor diretrizes e linhas de ação para a EA se consolidar no cenário das UCs.

A EA pode contribuir para proporcionar uma perspectiva dialógica no planejamento e gestão destas áreas, garantindo a inclusão dos diferentes olhares na elaboração de estratégias que objetivem a conservação da biodiversidade com participação social.

Para que os diversos olhares sejam efetivamente incluídos nos processos de planejamento e gestão de UCs, os técnicos, moradores locais e demais interessados nas UCs, devem estar dispostos ao “diálogo de saberes”. Entendemos, assim como Floriani (2007), que diálogo de saberes é a possibilidade de intercâmbios e trocas entre os diferentes campos do conhecimento ou ainda, entre diferentes formas de saber, desde os conhecimentos considerados legítimos quanto os considerados não legítimos pelas instituições de produção e difusão de conhecimento. Em outras palavras, o diálogo de saberes se dá através de intercâmbios, trocas e complementos entre saber científico e saber popular local.

É necessária uma leitura da totalidade ou ainda um olhar complexo para compreendermos as relações socioambientais existentes em uma UC para que as

estratégias de conservação sejam realmente efetivas e propiciem o bem-estar social local.

Em relação à complexidade, em oposição ao pensamento cartesiano, que fragmenta o conhecimento ao separar as partes do todo, como se o todo fosse a simples soma das partes, destaco a contribuição de Edgar Morin (1996, 2006).

O pensamento complexo de Morin, semelhante ao *pensamento sistêmico* de Fritjof Capra (1996), defende que o todo não é a simples soma das partes, sendo ao mesmo tempo maior e menor que a soma das partes. Maior, pois a simples soma das partes não considera outras instâncias ou características “emergentes” que surgem das relações entre as partes. Menor, por que existem especificidades nas partes que não se expressam no todo, pois a organização no todo restringe algumas características das partes.

Trazendo este referencial para o contexto em questão, compreendemos que para o sucesso de longo prazo da estratégia de conservação da biodiversidade em UCs, é necessário compreendermos estas áreas em sua complexidade, levando em consideração as interações e relações entre as questões ambientais, às questões sociais e econômicas, buscando propiciar a ampla participação e inclusão da diversidade de olhares e saberes nos processos de criação, implementação e gestão destas áreas.

Morin (1996) aponta que o desafio da complexidade é *“prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento”*.

Aliando os conceitos “diálogo de saberes” e “complexidade”, sob a perspectiva do papel que a EA pode exercer nas UCs, acreditamos que processos educadores ambientalistas podem cumprir importante papel no planejamento e gestão destas áreas, potencializando os diferentes olhares e contribuindo para a inclusão e empoderamento dos atores locais na tomada de decisão.

É a partir da ação territorializada dos diferentes atores sociais, com seus distintos interesses, compreensões e necessidades, que se instauram os conflitos, acordos e diálogos pela apropriação e usos do patrimônio natural e se realizam os processos educativos voltados para a gestão democrática do ambiente (Loureiro, 2002 apud Loureiro et al., 2003).

Desta maneira, delinea-se o papel da Educação Ambiental na compatibilização dos usos no interior e entorno de UCs, no envolvimento coletivo na gestão horizontal dessas áreas, pautado pelo diálogo, na promoção do envolvimento individual e coletivo, na defesa de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, bem como na sensibilização da sociedade para a importância destas áreas.

1.8 Objetivo

A presente pesquisa teve como objetivo geral acompanhar a arena de disputa em torno da permanência dos moradores na Juréia-Itatins, com analisando à participação social na elaboração dos planos de manejos das UCs e definição da proposta do novo mosaico.

1.9 Hipótese

A hipótese central da pesquisa é que mesmo após o reconhecimento da importância da participação dos atores locais na criação e gestão de UCs e das conquistas por espaços de participação, a participação efetiva de atores locais na tomada de decisão em relação a UCs, é dificultada pela predominância de uma visão preservacionista no debate e por influências de preservacionistas nas instâncias de poder.

2 METODOLOGIA

Foi utilizada a abordagem da Análise Situacional, segundo Gluckman (1958), tendo o conceito de arena (OSTROM, 1990, 1997) como eixo para integração dos dados. Também foram realizadas algumas entrevistas conduzidas de acordo com a metodologia Geradora de Dados, apresentada em Posey (1983), e observação participante adaptada de Malinowisk (1978).

2.1 A arena e seus atores

Para Ostrom (1990; 1994) a arena de ações é composta por situações de ação que envolvem atores com posições e regras pré-estabelecidas além de informações transparentes sobre o que está em disputa. Os atores, por sua vez, participam de acordo com suas vocações, conhecimentos e informações disponíveis.

O conceito de arena de ações não se restringe somente a lidar com um espaço comum, situações e seus atores. A observação da arena também se reflete nas situações e atores de fora do conjunto espacial, como por exemplo nos casos da “... *Assembléia Legislativa, burocracia governamental e tribunais.*” (OSTROM, 1994: 46). Sendo assim, as regras instituídas em caráter legislativo influenciam as decisões e posteriores resultados no local de ação dos atores que compõem a arena (OSTROM, 1994).

Para a presente pesquisa, adaptou-se o conceito de arena de Ostrom, com base na metodologia utilizada pela Professora doutora Lucia da Costa Ferreira em pesquisas na Amazônia e na Mata Atlântica. Desta forma, consideramos a arena como a disputa travada em torno da permanência dos moradores e manutenção de seus modos de vida na Estação Ecológica da Juréia-Itatins.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa a arena pública materializava-se no âmbito da elaboração do plano de manejo das UCs que compunham o mosaico até que este foi destituído pela ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade). Após a anulação do mosaico a arena consistiu na articulação e mobilização de alguns setores com diferentes intenções, uns com intenção de que a Juréia fosse recategorizada

novamente e que as RDS abrangesse um maior número de moradores outros com intenção de que ela permanecesse como ESEC.

Além da arena pública, a grande Arena em torno da permanência dos moradores na Juréia é constituída de outras arenas internas a cada grupo. Como os moradores da Juréia que possuem suas peculiaridades, diferentes estratégias e intenções; o órgão gestor, onde os técnicos apresentam muitas vezes divergências de pensamentos e entendimentos sobre o assunto; o movimento ambientalista e a academia. A grande Arena envolve esses grupos de atores, que não são unânimes em relação a questão. Cada um desses possui sua arena de interação e disputa específica, mesmo que não demonstrem essa divisão na arena pública.

A presente pesquisa relata e discute acontecimentos na arena pública e na arena dos moradores da Juréia. Não entra em detalhes, exceto em nível de contextualização, sobre as outras arenas que compõem essa grande disputa em torno da permanência de populações humanas em UCs.

2.2 As situações de Ação

Segundo Gluckman (1958),

“... as situações sociais constituem grande parte da matéria prima do antropólogo, pois são os eventos que observa. A partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, podem-se compreender a estrutura social, as relações sociais, as instituições e outros aspectos daquela sociedade. Através destas e de novas situações, o Antropólogo pode verificar a validade de suas generalizações”.

As situações de ação foram divididas em três grupos, sendo eles, (i) situações relacionadas a atividades desenvolvidas por iniciativa da população local como os projetos e mobilizações realizados pela Organização dos Moradores Locais - OMJ, (ii) situações ocorridas no âmbito da participação formal no processo de gestão e implementação do mosaico criado em 2006, como reunião de conselho e oficinas de elaboração do plano de manejo e (iii) situações no âmbito do debate público, para a recriação do mosaico após a ADIN.

Os levantamentos de campo foram realizados através de inúmeras idas a Juréia e a São Paulo (capital) para acompanhar oficinas, reuniões com a comunidade, reuniões de conselho gestor, audiências públicas, seminários e outras situações presenciadas ao longo de 15 meses muito intensos na Juréia, no que se refere ao problema desta pesquisa.

As situações de ação acompanhadas foram:

- Reunião de planejamento das oficinas do projeto Pré Plano de Manejo da OMJ – Janeiro de 2009;
- Reunião do conselho deliberativo da RDS da Barra do Una – 10 de Fevereiro de 2009;
- Oficinas iniciais do Pré Plano de Manejo realizadas pela OMJ - 10 e 11 de fevereiro de 2009, Barro Branco e Guaraúzinho.
- Oficina de Diagnóstico do Plano de Manejo das UCs do Mosaico 18 e 19 de março no centro comunitário do Bairro do Guaraú em Peruíbe;
- Oficina de Zoneamento do Plano de Manejo das UCs do Mosaico em Iguape 15 e 16 de maio de 2009.
- Oficina de Programas do Plano de Manejo das UCs do Mosaico 27 e 28 de maio de 2009 em Itarirí;
- Seminário Gestão Participativa em RDSs na Amazônia, Junho de 2009, Núcleo Itinguçu EEJl;
- Seminário Gestão Participativa em RDSs na Amazônia, 16 de Junho de 2009, Assembleia Legislativa São Paulo;
- Apresentação da “nova” proposta de Mosaico de UCs pelo Órgão Gestor - OG na Juréia, discussões na Barra do Una, Itinguçu, Barra do Ribeira e Despraiado, 11 e 12 de Novembro de 2009;

- Reunião na Assembléia legislativa entre comissão de direitos humanos e de meio ambiente, com presença de deputados, OMJ, OG e Terceiro Setor (TS) - 17 de novembro de 2009;
- Audiência Pública para inclusão de todas as comunidades em RDS na Juréia, 11 de dezembro de 2009;
- Reunião com Secretário adjunto de Meio Ambiente do Estado, Procuradoria Geral do Estado, técnicos da SMA e OG, deputados e OMJ, para discutir as propostas anteriormente às Consultas Públicas – 11 de janeiro de 2010 – São Paulo - SMA;
- Consulta Pública para criação do Mosaico, Peruíbe – 01 de Fevereiro de 2010 – câmara municipal;
- Audiência pública entre as comissões de Direitos Humanos e de Meio Ambiente, para discutir medidas frente à liminar de remoção dos moradores da Juréia, 25 de maio de 2010;

Além desses momentos específicos, através da observação participante ao longo do período de coleta de dados, foram possíveis outras vivências com os sujeitos da pesquisa, que ocorreram presencialmente e à distância. Pude acompanhar outros momentos da luta pela recategorização da EEJI, seja na preparação dos trabalhos da OMJ, seja nas avaliações das atividades. Também acompanhei esse processo em momentos de conversas pessoais, em particular, com as lideranças, moradores, técnicos e demais atores nessa grande arena de disputas em torno da permanência dos moradores da Juréia.

A observação participante realizada difere do proposto por Malinowski (1978), pelo fato de que embora tenha vivenciado intimamente a luta dos moradores, não morei na Juréia, não aprendi com estes seus ofícios. No entanto, a observação também não foi simplesmente uma observação direta, pois participei do processo, “vesti a camisa da luta”. O método também não chegou a constituir-se em uma pesquisa participante, pois as questões centrais não foram definidas com participação dos atores envolvidos no processo. Sendo assim, fico com a colocação que Marcos Sorrentino fez na banca de

defesa do presente trabalho ao citar Brandão: *“uma observação participante que hora se constituía como participação observante”*.

Para Malinowski (1978), em um trabalho etnográfico é necessário distinguir claramente as observações diretas e as interpretações do pesquisador. Desta forma, na apresentação dos dados demonstraram-se claramente as observações das ações e interpretações dos sujeitos da pesquisa, procurando distingui-las das interpretações do pesquisador.

As entrevistas foram conduzidas de modo a gerar dados a partir de conversas e momentos informais. Em alguns casos foram feitas anotações em diário de campo durante a entrevista em outros logo após a realização das mesmas. A anotação posterior foi adotada principalmente nos momentos considerados que a anotação concomitante às falas tiraria a liberdade ou naturalidade dos entrevistados.

2.3 Os Sujeitos da pesquisa e a relação pesquisador-pesquisado

As situações de ação envolveram atores de segmentos variados, como moradores e lideranças da Juréia, população local dos municípios de Peruíbe e Iguape com alguma relação com a Juréia, técnicos do governo e pesquisadores envolvidos com a elaboração do plano de manejo. Sendo que entre os pesquisadores, havia pessoas da academia e do terceiro setor, com diferenças de postura e conceituais. Outro grupo de atores corresponde à parcela do movimento ambientalista que não ocupou efetivamente os espaços de participação social e arena pública, mas tem influenciado historicamente a disputa em questão.

Todos os sujeitos da pesquisa, bem como as instituições diretamente envolvidas com a arena em torno das disputas da Juréia tiveram seus nomes alterados. As pessoas que não tiveram seus nomes alterados não tinham relacionamento direto com a arena em questão ou eram figuras públicas como governador.

O grupo aqui denominado moradores da Juréia, é composto por moradores tradicionais e não tradicionais, proprietários de terras não moradores, proprietários de casas de passeio e moradores dos municípios de Iguape e Peruíbe. Embora o grupo possua muitas diferenças, nessa arena agrupam-se em torno de um objetivo comum que é a permanência dos moradores na Juréia. Cada um que compõe esse grupo pode ter outros objetivos, mas é o objetivo de permanência na Juréia que os une na arena em estudo. Considerar as diferenças entre esses grupos foi importante para a compreensão das estratégias e ações adotadas pelos grupos na arena onde essas diferenças foram explicitadas. A instituição que representa aos moradores da Juréia na arena em torno da permanência em suas áreas foi chamada no presente trabalho de Organização dos Moradores da Juréia (OMJ)

O grupo denominado pesquisadores, compreende os profissionais da academia, que trabalhavam na elaboração dos planos de manejo das UCs do mosaico. No entanto, gostaria de salientar aqui que esse grupo não representa a arena interna que a academia possui sobre os modelos de conservação e a permanência de populações locais em áreas naturais, pois era composto apenas pelos pesquisadores contratados

para a elaboração do plano de manejo. Ao longo do trabalho, estes pesquisadores, serão denominados como da academia.

Outro grupo foi o terceiro setor, também envolvido com a elaboração dos planos de manejo. Em geral apresentavam significativas diferenças de posturas, abordagens e posições em relação aos pesquisadores da academia, por vezes essas diferenças se tornaram evidentes na arena de disputa. Este grupo será denominado ao longo do trabalho como Terceiro Setor (TS).

O grupo composto pelo governo é representado principalmente pelos funcionários do órgão gestor das UCs (OG) e alguns técnicos da Secretaria de Estado de Meio ambiente – SMA. Este grupo também possui suas diferenças, mas neste caso, todos seguem na arena pública a postura institucional. O grupo foi denominado ao longo do trabalho como Órgão Gestor (OG).

Os Ambientalistas, como os demais grupos desta arena, não constituem um grupo homogêneo e de forma geral não ocuparam os espaços “oficiais de participação”. No entanto, influenciaram fortemente o direcionamento das decisões e a condução dos encaminhamentos dentro da Arena de disputas travadas sobre os interesses na Juréia. Os ambientalistas, assim como os pesquisadores não representaram a arena de disputa dentro de seu grupo como um todo, onde a presença humana em áreas naturais, também é motivo de divisões. Sendo assim, quando nos referirmos aos ambientalistas nesta pesquisa, estaremos nos referindo a um pequeno grupo integrante desse grupo maior de pessoas que se entendem como ambientalistas. Esta pequena parcela é que teria influenciado a Arena sobre as disputas da Juréia.

Quando iniciei o trabalho de campo, pude notar que existiam diferenças e desentendimentos entre os moradores da Juréia. Rapidamente percebi as suspeitas de técnicos do Órgão Gestor (OG) e pesquisadores da academia em relação às intenções e demandas apresentadas pela OMJ e compartilhei por algum tempo dessas mesmas suspeitas e dúvidas.

A Juréia já foi intensamente pesquisada. Muitos já escreveram sobre esses mesmos atores, a ponto de existir resistência e por vezes aversão por parte de pessoas das comunidades para com pesquisadores e ambientalistas. No início de minha

pesquisa, eu não estava imune a essa aversão e desconfiança. No entanto, durante as oficinas do plano de manejo, diante de muitas coisas das quais discordava, que presenciei sendo defendidas por representantes da academia, não pude me furtar ao debate. Essa minha forma de participação me aproximou das comunidades, por expressar posições favoráveis, na maioria das vezes, mas não em todas, aos anseios defendidos pela OMJ e pelos moradores de uma forma geral.

Esse posicionamento me proporcionou grande receptividade pela maior parte dos moradores da Juréia, mas não por todos. No entanto, minha proximidade com a OMJ nesse processo me distanciou dos técnicos do governo, pois me viam “como um deles”. Em algumas passagens cheguei a ser julgado como alguém que estava cooptado pelas lideranças supostamente manipuladoras e em outras, acusado de fazer militância na Juréia em nome da universidade.

2.4 A pesquisa como um ato político - subjetividade e participação

Descrever os métodos desta pesquisa torna-se incompleto sem me pronunciar sobre o percurso que me levou aos mesmos. Percurso que passa pelo intenso diálogo construtivo com o(a) parecerista do projeto na FAPESP, que após três análises e insistentes revisões da proposta metodológica, aprovou o mesmo. As principais críticas concentravam-se na parcialidade na apresentação do caso, o que, segundo o(a) parecerista, sugeria que a análise dos dados pudesse ser parcial.

As críticas e reconstruções da proposta, em meio às voltas e reviravoltas na Juréia, a aproximação cautelosa com a comunidade, tentando evitar a parcialidade, somadas às outras vivências profissionais com UCs em São Paulo e no estado do Pará, levaram-me ao amadurecimento necessário para lidar com a parcialidade.

A estratégia escolhida foi explicitá-la. Explicitar a subjetividade constante na proposta de pesquisa, que remonta às influências sofridas na adolescência quando o movimento ambientalista estava em efervescência, com a ECO-92. Enquanto muitas das pessoas que cito no trabalho estavam vivenciando o movimento em expansão, eu

assistia ao “Capitão Planeta” na televisão, lia histórias em quadrinhos do Chico Bento e começava a formar minha consciência ecológica.

Ao final da década de 1990, com a mochila nas costas e a companhia de bons amigos, comecei a visitar, a acampar e a entrar em contato com Parques Nacionais e Estaduais, Estações Ecológicas, como a Juréia-Itatins e outras áreas naturais. O principal critério de escolha era estar o mais distante possível das multidões. Nesta época, eu procurava minha renovação espiritual em meio à natureza, algo muito parecido com o que os primeiros preservacionistas pregavam. Coincidentemente, nesta época eu via essas áreas como sinônimo de pureza e tranquilidade. Fiz duas vezes a Trilha do Ouro, no Parque Nacional da Serra da Bocaina. Na época, não pude perceber as tensões sociais ali existentes, as pessoas dentro do parque, as áreas desmatadas na UC de proteção integral, entre outras coisas.

Essas influências do mundo natural me levaram à escolha de minha profissão, biólogo. Na graduação de biologia, tive influências preservacionistas, como na maior parte dos cursos de ciências naturais. Li e interpretei “A Tragédia dos Comuns” de Hardin (1968) como uma verdade incontestável e saí da graduação com a opinião que, de fato, as pessoas teriam que sair das UCs de proteção integral. Afinal, a lei já diz isso e temos que fazê-la valer, eu pensava.

Em meu trabalho de conclusão de curso, desenvolvi pesquisa sobre Ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Pedro de Toledo, UC de Proteção Integral. Coincidentemente, a região que mais pesquisei estava no município de Peruíbe. Nesta ocasião começaram meus conflitos por vivenciar o ponto de vista das pessoas que moravam no parque e, ao mesmo tempo, querer a preservação daquelas áreas e dos animais que lá existiam.

Sendo assim, nesta pesquisa, sugeri a recategorização da área para UC que permitisse a presença humana nas áreas onde a ocupação já estava estabelecida e um de meus orientadores considerou-a ousada demais.

Após a graduação, o envolvimento com outros campos de pesquisa e outros olhares sobre a questão ambiental, somados à vivência com comunidades rurais e de regiões de floresta na Mata Atlântica e na Amazônia, proporcionaram-me a compreensão de que não “defenderemos o verde” com imposições, isso apenas nos

afastará do verdadeiro foco da questão. Defenderemos a mata, os peixes, os animais e os rios com participação social, com construção conjunta e com regras que sejam construídas e pactuadas pela coletividade, para que sejam verdadeiras e efetivas na conservação do meio ambiente equilibrado e sadio, bem comum do povo.

Desta forma, negar toda essa subjetividade seria simular uma imparcialidade que não existe. A vivência mais intensa do ponto de vista das comunidades da Juréia precisa ser considerada, pois a pesquisa não se propôs a entender os argumentos de todos os grupos que compõe a arena, e sim, dar voz aos que, historicamente, estão às margens da decisão, que tentam participar não apenas como espectadores, mas exercer o poder de decidir nos processos que interferem em suas vidas.

A parcialidade está presente, não no sentido de comprometer o olhar, enviesando a análise. Mas sim, a parcialidade do posicionamento tornando a pesquisa, declaradamente, um ato político.

Uma perspectiva crítica e problematizadora das ciências sociais implica, portanto, na recusa dos mitos da neutralidade e da objetividade e obriga o pesquisador a assumir plenamente uma vontade e uma intencionalidade políticas (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1986: 24).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 O Vale do Ribeira

Se não conheces a riqueza desse vale
 Chegue mais perto, vem comigo, venha ver
 Tem muito ouro, muita prata e muitas matas
 Tem peixe bão, tem passarinho como o quê
 Tem água limpa, nos riachos nas cascatas
 E tanto bicho que até onça dá pra vê
 Tem esse rio caudaloso que até canta
 É o Rio Ribeira, você deve conhecer
 Tem muito causo, muita história e muita lenda
 Do Porco Seco e do Saci-Pererê
 Tem Pé de Ferro, Viola Branca encantada
 Uma preguiça, que é tão grande, só se ver
 Comida boa tem de sobra é uma fartura
 Tem rapadura, tem taiada e pão feijão
 Tem o cascudo que a sopa é uma beleza
 E a paçoca bem socada no pilão
 Muitas cavernas que de tantas nem se conta
 Tem a da Santa a outra do Caramunhão
 Um mundaril que ninguém sabe onde termina
 Com varadouro nos estreito ribeirão
 Se depois disso você acha tudo feio
 E que os estrangeiro é que-ocê tem quem conhecer
 Só peço a Deus que ilumine suas idéia
 Que ainda dá tempo de você se arrepender

(O Vale do Ribeira - Jessé Pé de Ferro)

A área de estudo situa-se no Vale do Ribeira, a região mais pobre do estado de São Paulo e que abriga o maior contínuo de remanescente de Mata Atlântica no país. Devido à sua importância para a manutenção da biodiversidade, o Vale do Ribeira sempre foi alvo das políticas ambientais e da criação de UCs, principalmente de PI, gerando inúmeros conflitos com as populações que há séculos habitam essa região (QUEIROZ, 1992; FERREIRA, 1996).

A presença de cerca de 20 Sambaquis na Juréia demonstra que os seres humanos habitam essa região há pelo menos mil anos. Os sambaquis, que são verdadeiros morros de conchas, foram levantados por sociedades de caçadores coletores que habitavam essa região anteriormente às sociedades indígenas que estavam na área quando os portugueses chegaram.

A colonização no Vale do Ribeira é antiga. Já no século XVI os portugueses instalaram-se em Cananéia e no século XVII em Iguape, que foi por muito tempo o principal ponto de escoamento da produção de ouro do vale. Posteriormente, após a decadência do ciclo do ouro, a cidade de Iguape foi importante para o escoamento de arroz, das muitas fazendas que se instalaram pelo vale, inclusive na região da Juréia, onde ruínas ainda podem ser encontradas em meio à mata regenerada (QUEIROZ, 1992).

Martin Afonso de Sousa teria mandado abrir uma trilha para ligar Iguape e Cananéia a São Vicente, sede da capitania hereditária. Nessa trilha, na década de 1860, foram instalados os postes do telégrafo durante a guerra do Paraguai, para ligar o sul do país ao Rio de Janeiro. Estes postes existem ainda hoje na Juréia, ao longo da trilha conhecida como Trilha do Imperador (QUEIROZ, 1992).

Iguape chegou ao final do Século XIX como um dos principais pólos da região. Essa situação do município teria encontrado seu fim com a desativação de seu porto e a centralização das atividades portuárias em Santos. Esses fatores, associados à construção da ferrovia entre Santos e Juquiá, levaram a economia do município à decadência (QUEIROZ, 1992; CAMPOS, 2001)

O fechamento do porto de Iguape também sofreu influência de um desastre ecológico causado pela obra que pretendia conectar o porto de Iguape (mar) com o Porto Ribeira (rio) para facilitar o escoamento da produção agrícola e a chegada de mercadorias. Um canal foi aberto, modificando o local da foz do rio Ribeira de Iguape. Esta obra causou o alargamento do canal e o assoreamento da foz do rio, inviabilizando a navegação. A obra se iniciou em 1825 e foi concluída em 1837 (MOURÃO, 1971 apud QUEIROZ, 1992).

No Vale do Ribeira, o ciclo do café não teve forte expressão. Assim sendo, a região continuou com baixa densidade populacional e importantes remanescentes da Mata Atlântica. O não desenvolvimento da agricultura em larga escala tem relações com o clima excessivamente úmido, com a baixa fertilidade dos solos e com o relevo acidentado (QUEIROZ, 1992, CAMPOS, 2001).

No entanto, o cultivo de bananas no Vale intensificou-se já na primeira metade do século XX influenciado por um programa oficial de imigração que assentou

imigrantes japoneses principalmente nos municípios de Registro e Sete Barras, somando-se a algumas melhorias viárias na região (CAMPOS, 2001; QUEIROZ, 1992).

As características de baixa densidade populacional e pobreza que tornaria o povo sensível a um discurso revolucionário, somadas às inúmeras grutas e cavernas existentes ao longo do vale levaram, no final da década de 60 e início da década de 70, a que Lamarca, na liderança de um grupo revolucionário, viesse a se estabelecer no Vale. Na região da Juréia, Lamarca teria planejado e se preparado para a revolução (QUEIROZ, 1992).

Na década de 1970, o Vale do Ribeira ainda presenciaria a chegada de madeireiras e serrarias, grileiros e mineradoras. Além de projetos imobiliários e nucleares. Esses novos interesses também despertaram a atenção dos ambientalistas que passaram a defender a criação de UCs na região.

Muitas das UCs do Vale do Ribeira foram criadas no regime militar de forma autoritária e outras ainda que criadas após a ditadura, não contaram com a devida participação dos atores locais na tomada de decisão. Isto levou a existência de inúmeras UCs de PI em áreas habitadas por comunidades locais.

Muitas dessas UCs presenciam realidades semelhantes em relação à reivindicação das populações locais por recategorização para UCs de Uso Sustentável, como o caso que originou a criação do mosaico de Jacupiranga, a partir da recategorização do Parque Estadual de mesmo nome. Assim como às lutas por recategorização, no Parque Estadual do Jurupará, no Núcleo Itarirú do Parque Estadual da Serra do Mar, e à reivindicação de exclusão de áreas de remanescentes quilombolas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), entre outras situações nas diferentes UCs do Estado.

3.2 Voltas, revoltas e reviravoltas na Juréia-Itatins

A área de estudo, localiza-se na porção sul do litoral paulista, principalmente entre os municípios de Iguape e Peruíbe. Esta região abriga duas importantes formações geológicas, o Maciço da Juréia e a Serra do Itatins. Essas formações proporcionaram diferentes formações vegetais do Bioma da Mata Atlântica. Já na

década de 1950, a importância ecológica da área era reconhecida. Em 1958, as Matas da Serra dos Itatins, foram decretadas como Florestas Remanescentes, abrangendo uma área de 12.058 ha, criada pelo **decreto nº 31.650, de 8 de abril de 1958**.

Na década de 1970 a região da Juréia, presenciava tentativas de criação de Área Protegida que envolve-se uma área maior. A Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém defendia a criação de uma UC na área da Juréia-Itatins e em 1973 iniciou-se seu processo de tombamento no Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) (QUEIROZ, 1992; CAMPOS, 2001).

No entanto, na mesma época, as empresas Gomes de Almeida Fernandes e Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos possuíam projetos de um complexo turístico no local, para mais de 70 mil pessoas, com hotéis, pousadas, clubes, marinas, pistas de golfe, heliporto, entre outros confortos urbanos “em meio à natureza” (QUEIROZ, 1992).

Para a liberação do projeto na Juréia, as empresas adotaram métodos de negociação com os ecologistas e órgãos do governo, oferecendo uma área de 1100 hectares em comodato para criação de uma Estação Ecológica em troca da liberação do empreendimento (QUEIROZ, 1992).

A Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém e a Sociedade de Defesa do Meio Ambiente do Município de Iguape denunciaram que o empreendimento causaria inúmeros impactos e que os órgãos públicos que estavam favoráveis seriam responsáveis por um desastre. Esses órgãos, no entanto, afirmavam que o projeto não possuía contra-indicações porque se referia a uma urbanização em harmonia com a natureza (QUEIROZ, 1992).

Segundo Queiroz (1992), apesar das críticas das sociedades mencionadas, o processo de tombamento no Condephaat foi consolidado em 1979, através da resolução nº 11 de 25/07/1979. Esta decretava o Maciço da Juréia, compreendendo o Rio Verde das Cabeceiras a foz e todo seu percurso, tombados como interesse cultural, paisagístico e científico. Uma área ficou reservada para a realização do empreendimento, que foi aprovado no mesmo conselho e na prefeitura de Iguape.

Em 1980 o governo militar interrompeu os projetos imobiliários ao declarar interesse em construir duas Usinas Nucleares na Juréia. As usinas faziam parte dos acordos Brasil-Alemanha e seriam construídas no Morro do Grajaúna ao lado do maciço da Jureia. Os motivos alegados para essa escolha foram: baixa densidade demográfica, difícil acesso e ser um refúgio em meio à natureza (QUEIROZ, 1992).

O Governo Militar e a Nucleobrás chegaram a ocupar a área no início da década de 1980 e uma Estação Ecológica (ESEC) foi criada com 23.000 ha seguindo a legislação da época, que obrigava as Usinas Nucleares a terem ESECs como limites. No entanto, com o fim do governo militar, os planos nucleares não tiveram continuidade e a legislação da época em relação à ESEC previa que se em cinco anos as terras não fossem desapropriadas, os proprietários e posseiros poderiam reassumir suas áreas. Sendo assim, em 1985 essa ESEC se desfez (QUEIROZ, 1992).

Em 1982, Franco Montoro havia assumido o governo de São Paulo e promovido a abertura dos órgãos públicos à participação de movimentos populares e sociais entre os quais o ambientalismo. Alguns dos militantes do caso ocorrido em Trindade e da Juréia foram contratados para trabalhar na SUDELPA (Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista). Esta era uma autarquia ligada à secretaria do Interior e tratava de questões ambientais e fundiárias (QUEIROZ, 1992: 77).

Em 1983 foi criado o Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente) como um importante colegiado de participação das entidades ambientalistas, ligado diretamente ao governador. Nos anos seguintes foi planejada neste conselho e na SUDELPA, a criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins (EEJI) (QUEIROZ, 1992: 78).

A EEJI foi criada pelo **decreto 24.646, de 20 de janeiro de 1986** com aproximadamente 82.000 ha. Posteriormente em 1987, a criação da EEJI foi ratificada pela **Lei Estadual nº 5.649, de 28 de abril de 1987**, registrando 79.270 ha. Esta abrangia terras dos municípios de Iguape, Miracatu, Itariri e Peruíbe

Figura 1 - EEJI - Fonte: SÃO PAULO (2010 b)

Com a criação da EEJI, os moradores locais, que conforme Queiroz (1992) descreve, não formavam um grupo homogêneo e de fato apresentavam diferenças de origens, culturais, sociais e econômicas, passaram a sofrer com as mesmas restrições impostas de forma autoritária. O mesmo autor afirma que muitas das comunidades da Juréia sequer interagiam entre si até a criação da EEJI, que os colocou na mesma condição.

Os atores locais, nas suas mais diversas categorias, foram lançados em uma arena de disputas travadas desde então entre os que defendem que eles devem sair em prol da preservação e os que combatem o estado e esse modelo de ambientalismo. Esse embate teria impulsionado a organização dos atores locais em entidades próprias que os representassem nessa arena. A partir de 1990, surge a primeira entidade de

defesa dos direitos dos moradores frente à realidade a que estavam expostos, a Organização dos Moradores da Juréia - OMJ (QUEIROZ, 1992; CAMPOS, 2001).

A interação entre os diferentes atores de diferentes comunidades da Juréia, em função do interesse de permanência na área, levou a uma politização dos moradores tradicionais nas alianças e interações com moradores não tradicionais politizados.

Ao longo dos anos de existência da EEJI alguns dos atores locais e comunidades da Juréia receberam apoio de técnicos e instituições externas para práticas agrícolas, manejo dos recursos naturais e questões relacionadas ao direito das comunidades tradicionais. Hoje, os próprios moradores, após mais de vinte anos de luta, mobilização e formação, realizam projetos de capacitação e formação das comunidades e novas lideranças.

A primeira metade da década de 1990 foi de grande mobilização entre os moradores locais frente à defesa de seus direitos. Nesta época, os moradores da Juréia, entre outras ações, realizaram inúmeras manifestações e mobilizações em favor de UCs que permitissem a presença humana e as atividades que estes realizavam.

No entanto, ao final da primeira década de luta, o movimento enfraqueceu-se. Até que em 2002, para a criação do conselho da EEJI, ocorreu uma mobilização de algumas lideranças pelas comunidades. Este processo marcou o fortalecimento do movimento, que desta vez conseguiu maior impacto e visibilidade em suas ações.

Nesses muitos anos de mobilização e luta de resistência contra o modelo de preservação vigente no Estado, os moradores da Juréia, alcançaram na arena de disputa, articulação suficiente para influenciar o poder legislativo. Dois deputados apoiaram a OMJ na elaboração de um projeto de lei para recategorização em RDS das áreas reivindicadas pelos moradores da Juréia. A minuta desse projeto de lei foi publicada no diário oficial e segundo relatos, teria “agitado” o órgão gestor da UC (OG). A partir de então, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente-SMA e o OG iniciaram uma negociação com o poder legislativo e os moradores a fim de elaborar um projeto com o qual o executivo estivesse de acordo.

Para essa negociação, os gestores da área permitiram que apenas um representante dos moradores participasse das reuniões. Quem participou foi Gustavo da Costa Junior, que em depoimentos ao longo dessa pesquisa me disse que encontrou

muita dificuldade em defender as propostas, pois era combatido por inúmeros “especialistas” a cada sugestão que apresentava.

Em 12 de dezembro de 2006 foi aprovada a lei estadual (Lei Nº. 12.406), que recategorizava algumas das áreas da EEJI em RDS ou parque.

A vila de Barra do Una e o bairro do Despraiado foram recategorizados para RDS, dando origem às primeiras RDSs do Estado de São Paulo. As regiões de Tocaia, Caramborê, Morro do Itu, Parnapuã, Praia Brava, Guaraúzinho, Barro Branco, Teteqüera, Itinguçu e Itinguinha, foram recategorizados dando origem ao Parque Estadual do Itinguçu. E a região da praia da Juréia, em Iguape, foi recategorizada dando origem ao Parque Estadual do Prelado. Foi incorporada ainda à EEJI a área da então Estação Ecológica Banhados de Iguape que havia sido criada pelo **decreto 50.664, de 30 de março de 2006**. E foram criados dois Refúgios da Vida Silvestre.

O mosaico de 2006 possuía o seguinte traçado:

Figura 2 - Fonte: material OMJ⁶

⁶ Recebi este mapa em um arquivo da OMJ, porém acredito que ele foi elaborado pelos técnicos do plano de manejo ou do OG.

O mosaico criado, entretanto, não contemplou as propostas dos moradores, destinando apenas duas áreas para criação de RDS, permanecendo as demais como UCs de Proteção Integral. A recategorização de algumas áreas da EEJI para Parque solucionou apenas o conflito em relação ao Turismo que já ocorria nesses locais mesmo quando era ESEC. No entanto, permaneceu nessas áreas a incerteza dos moradores quanto ao direito de permanência no local.

Em 2007 o Ministério Público do Estado de São Paulo moveu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei (ADIN nº 153.336-0/5-00), alegando vício de origem na lei que criou o mosaico. Segundo a Constituição Federal, uma lei que gere ônus ao poder executivo só pode ser proposta pelo próprio executivo. A ação alegava que o Poder Legislativo (deputados) havia proposto a lei e não o Poder Executivo (OG), e que a referida lei gerava ao executivo o ônus da contratação de novos gestores entre outros, caracterizando assim a inconstitucionalidade.

Em 2008 iniciaram-se os trabalhos para elaboração dos planos de manejo das UCs que compunham o mosaico, sob a coordenação do OG e de uma equipe de pesquisadores da Academia e do TS. Para a elaboração dos planos, foram realizadas oficinas participativas nas RDSs e posteriormente com todas as UCs do mosaico juntas. Nessas oficinas que reuniram todo o mosaico, ficaram evidentes vários descontentamentos e críticas dos moradores locais em relação aos limites e desenho deste primeiro mosaico.

As RDSs foram consideradas pequenas pelos moradores, não contendo áreas adequadas para manejo e roçado. Na Barra do Una, a área que os moradores utilizavam para agricultura ficou no Parque Estadual do Itinguçu, os pescadores da Vila, pescam mais no rio do que no mar e o trecho de rio que ficou como RDS era pequeno e a maior área permitida para pesca ficou em área marinha.

Na RDS do Despraiado as propriedades dos agricultores foram divididas entre RDS e ESEC. Em algumas das discussões foi dito pelos moradores que algumas das propriedades do Despraiado estavam com as casas na RDS e as plantações na ESEC.

Outro impasse evidente foi referente à divisão das UCs na área marinha. Na região de Barra do Una, parte da área de mar que era RDS no Mosaico tinha como praia a ESEC. Sendo assim, se a rede dos pescadores fosse para a direção da praia

onde já era ESEC, teoricamente não poderiam puxá-la por lá. Linhas retas separavam as UCs marinhas. No Mar, a pesca não era centralizada necessariamente naquele retângulo que fora determinado. As redes de espera por vezes iriam passar com a maré, do mar da RDS para o mar da ESEC, inevitavelmente. Sobre a divisão das UCs marinhas, disse Gustavo: “... *essa divisão do mar é inconcebível. É visão de quem mora em São Paulo e compra peixe no supermercado*”⁷.

Em paralelo à elaboração dos planos de manejo, a ADIN vinha sendo julgada e em março de 2009 o relator do processo deu parecer favorável à ação. Na semana seguinte ao primeiro parecer favorável, foi realizada a oficina de programas dos planos de manejo das UCs em Itariri. Nessa oficina, Jaime diretor do OG compareceu para prestar esclarecimentos sobre a ADIN. Este tranquilizou os presentes dizendo que outros desembargadores pediram vistas ao processo, que este ainda não estava finalizado e que o OG já havia internalizado a existência do mosaico. Se ele fosse anulado, o próprio executivo se comprometia a criá-lo novamente.

Em 10 de junho de 2009, a ADIN foi definitivamente considerada procedente pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) do Estado de São Paulo, interrompendo as atividades e oficinas participativas para elaboração dos planos de manejo e proporcionando mais uma mudança de rumos na longa história da Juréia. Foi considerado pelo STJ que a lei que criou o mosaico afetou o princípio da separação de Poderes, pelo fato da mesma ser de iniciativa parlamentar, enquanto deveria ser de iniciativa do Poder Executivo. No julgamento foram levantadas dúvidas quanto aos impactos da recategorização para UCs de Uso Sustentável e que sendo assim seriam indispensáveis Estudos de Impacto Ambiental, que não foram realizados, afrontando os artigos: 5º, 24, 111, 144, 191 e 196, da Constituição Estadual. Deste modo, considerou inconstitucional a Lei Nº. 12.406 de 12 de Dezembro de 2006 (ADIN nº 153.336-0/5-00 - voto nº 14.463).

A anulação do mosaico, no primeiro momento, foi vista com bons olhos pelos moradores que eram descontentes com o primeiro traçado. Estes tinham por garantida

⁷ Comentário durante apresentação em plenária na oficina de Zoneamento do plano de manejo em Iguape maio de 2009

a criação do mesmo e alimentaram suas esperanças na expectativa de que desta vez todas as comunidades fossem abrangidas pelas RDSs.

A anulação da ADIN paralisou os trabalhos que vinham sendo realizados pelas instituições responsáveis pelos planos de manejo. O TS que em geral manteve uma postura dialógica, buscando o envolvimento das comunidades no processo, circulou uma carta de apoio aos moradores da Juréia (ANEXO A), considerando a anulação do mosaico um retrocesso.

A OMJ preparou um documento para defender a ampliação das RDSs (ANEXO B). Neste apresentou a proposta de mosaico que elaboraram anteriormente às negociações que culminaram na criação do mosaico de 2006.

A articulação da OMJ foi responsável por alguns eventos de discussão sobre a proposta de mosaico para a Juréia e sobre as possibilidades de conciliar a presença humana e a conservação dos ambientes naturais. Entre estes, vale ressaltar a realização do Seminário “Gestão Participativa em Reservas de Desenvolvimento Sustentável: Integração dos Povos da Amazônia e Mata Atlântica⁸”. Este consistiu em um ciclo de palestras e discussões com comunitários de RDSs do estado do Amazonas, um técnico do governo do Amazonas e um representante do Conselho Nacional dos Seringueiros. Esses seminários ocorreram nas cidades que são abrangidas pela EEJI e o encerramento foi feito em São Paulo, na Assembléia Legislativa (ALESP), evento que contou com outros convidados.

No entanto, embora a OMJ tenha tentado propiciar outros espaços para debate e construção da proposta do novo mosaico, o OG passou alguns meses sem dar retornos e sem abrir a possibilidade das comunidades locais participarem na elaboração da nova proposta. Esta foi apresentada aos moradores apenas em novembro de 2009, em quatro localidades da Jureia e em torno, nos dias 11 e 12 de novembro. As reuniões ocorreram na Barra do Una, Itinguçu, Barra do Ribeira e Despraiado. Em todas as reuniões os moradores fizeram inúmeras propostas de alteração e deixaram claro que o objetivo era a inclusão de todas as comunidades em RDS.

A OMJ havia solicitado que o OG fizesse primeiramente uma reunião com toda a Jureia discutindo o mosaico como um todo, o que não foi acatado sendo realizado pelo

⁸ Sobre este seminário ver seção 4.5

OG apenas as discussões de forma fragmentada por UCs que seriam criadas. A estratégia do OG ao fragmentar o debate possivelmente era de enfraquecer o movimento coletivo. Pois, em conjunto, a demanda por RDS para todos ficaria ainda mais expressiva.

Na discussão ocorrida na Barra do Una ficou evidente o impasse sobre a presença dos veranistas na RDS e a necessidade de aumentar a área do rio para a pesca dos moradores tradicionais.

Na apresentação do Itinguçu as solicitações em geral eram para que as comunidades e o percurso da estrada fossem recategorizados para RDS também. Um dos moradores, ao se manifestar, disse que seria apenas 5 % da área que era parque no primeiro mosaico o que eles reivindicavam para aquela área. Outro se manifestou dizendo que se o Estado não fosse tão possessivo deixava o povo escolher, e a área cortada pela estrada seria toda RDS.

Essa estrada mencionada é a via não pavimentada que liga o Bairro do Guaraú à Barra do Una (aproximadamente 20 km) com uma ramificação que vai até a cachoeira do Paraíso, no Itinguçu (aproximadamente 5 km). Ao longo desta estrada, que conta com linha de ônibus circular, existem inúmeros sítios, chácaras e moradias. Trata-se de um ambiente relativamente antropizado. Mesmo assim a área é defendida por preservacionista no sentido de que seja classificada como uma UC de PI, enquanto os moradores reivindicam classificação como uma UC de Uso Sustentável.

Na Barra do Ribeira discutiu-se o Parque Estadual do Prelado. Neste dia as manifestações dos moradores ocorreram no sentido de que fosse criada RDS onde havia moradores. Mas, aparentemente, os próprios moradores não estavam muito confiantes quanto à conquista das reivindicações para aquela região. Outra demanda era para que uma cachoeira que estava na ESEC fosse incluída no parque para a visitação.

No Despraiado as solicitações eram para aumentar a RDS em locais onde as propriedades haviam sido divididas no primeiro mosaico e para uma região que segundo os moradores abrangia a área de manejo da comunidade. Essa expansão iria

incluir as áreas das comunidades Aguapeú e Rio das Pedras e a propriedade de uma das principais lideranças no movimento pela recategorização da Jureia (Gustavo⁹).

O OG apresentou sua proposta que aumentava a RDS do Despraiado para as cabeceiras dos rios que cruzam o bairro indo até o limite entre o mosaico com um assentamento de reforma agrária, de ocupação já estabelecida. Os moradores manifestaram-se contra essa alteração. Um deles disse que gostaria de saber qual o técnico que estava “bancando” a ampliação da RDS para a cabeceira dos rios.

Em outros eventos na Jureia, os moradores já haviam mostrado algumas fotos e um trecho de uma matéria que foi transmitida pelo Jornal Nacional. Estes mostravam um “empate” (manifestação para promover a publicidade) feito pelos próprios moradores para denunciar a exploração madeireira ilegal e invasões na área onde o OG pretendia ampliar a RDS. Os moradores pediram para que esta área fosse mantida como ESEC e que o OG evitasse as invasões e fiscalizasse a área. E ainda, que o aumento fosse estabelecido na direção da outra área, conforme eles solicitavam.

No entanto, o OG resiste em criar a RDS na área de Aguapeú e Rio das Pedras alegando não poder criar RDS para poucas famílias. Entretanto, torna-se evidente para todos os envolvidos, que os motivos da resistência eram, nitidamente, não incluir a propriedade de Gustavo, morador não tradicional com uma longa participação nos embates contra o governo e contra o modelo autoritário de preservação defendido por alguns ambientalistas, técnicos do governo e acadêmicos de posturas preservacionistas.

Em todas as reuniões, os representantes do OG manifestaram-se dizendo que não podiam atender a todos, pois sofriam muita pressão da academia e dos ambientalistas. Vários moradores manifestaram-se em relação à influência dos ambientalistas nesta decisão. Um dos moradores da Barra do Una disse que o governo não deveria ouvir os ambientalistas antes de fechar os acordos com a comunidade. No Despraiado, Gustavo mencionou uma ONG ambientalista que historicamente influencia nas decisões sobre a Juréia, a Salve a Floresta Atlântica, dizendo que esta “*é filha da ditadura*”. Na Barra do Una, o então diretor do OG disse que os ambientalistas tinham

⁹ Ver detalhes sobre essa liderança na seção 4.4

um descontentamento com o primeiro mosaico e que o OG queria apresentar sua proposta e ouvir os ambientalistas.

Na reunião do Despraiado, Mauro, uma das lideranças caiçaras da Juréia, em uma fala exaltada disse que os pesquisadores são loucos, mentem e direcionam as pesquisas para onde querem. Ele não estava se referindo ao plano de manejo naquele momento. Estava sim fazendo um desabafo de quem já viu muita pesquisa ir e vir da Juréia ao longo de muitos anos. No entanto, a coordenadora executiva do Plano que não estava presente, foi informada erroneamente, de que Mauro havia dito que os *pesquisadores do plano de manejo* mentiram e direcionaram as pesquisas.

Isso, em meu entendimento, motivou essa coordenadoria e alguns pesquisadores envolvidos com o plano de manejo a encabeçarem um abaixo assinado na forma de uma carta aberta ao governador (ANEXO C). Esta, com argumentos preservacionistas, defendendo em nome dos pesquisadores do estado de São Paulo e do movimento ambientalista, que os ambientes ainda conservados da Juréia deveriam continuar como proteção integral e que nesses locais o ideal seria;

... eliminar as pressões humanas (grifo nosso), ou no mínimo reduzi-las significativamente, mas nunca ampliá-las. Pode-se, sem dúvida, considerar a possibilidade da co-existência dessas florestas voltadas para conservação integral com a população realmente tradicional¹⁰ e residente nessa área, cuja sobrevivência e subsistência dependem 100% dessas terras.

A carta, ainda defende que as UCs:

... não foram estabelecidas para veranistas, para moradores pseudotradicionais ou para conter segundas residências. Precisamos questionar sobre o que fundamenta um discurso politicamente correto sob a perspectiva da Natureza. Precisamos discutir o que são valores morais, éticos, de recursos, de serviços e de equilíbrio e como efetivamente colocá-los em prática na conservação de um território ambientalmente protegido.

Essa carta podia ser assinada virtualmente por qualquer um que sequer precisava saber o que realmente estava acontecendo e os motivos que levaram à elaboração da mesma. Possivelmente, algumas das pessoas que a assinaram sentiram

¹⁰ Ver entendimento de alguns destes pesquisadores sobre população tradicional na seção 4.1.2

estar verdadeiramente contribuindo para a preservação. Simples assim, com um *click* em seu computador.

Tudo isso ocorria nas vésperas do período de campanha eleitoral, quando o então governador José Serra se candidataria a presidente e o então secretário de meio ambiente, Xico Graziano, candidatava-se ao Senado. Ambos obviamente pretendiam não tomar decisões que pudessem comprometer suas imagens e suas candidaturas. Com isso, a carta aberta e outras supostas pressões, possivelmente foram um ótimo argumento para a morosidade no andamento ao processo de recategorização.

Nas reuniões de apresentação da proposta do novo mosaico, Jaime do OG comprometeu-se a realizar uma última reunião com todas as comunidades para finalizar a proposta antes de ser submetida às consultas públicas. Essa reunião deveria acontecer entre o dia 28 e 30 do mês de novembro de 2009 e nunca ocorreu.

Em dezembro de 2010, a OMJ com apoio de alguns vereadores de Peruíbe realizou uma audiência pública na câmara dos vereadores do município para “agilizar” o processo de recategorização e incluir todas as comunidades em RDS.

Para este evento, assim como em outros, a OMJ convidou alguns representantes da academia na esperança de que estes fossem favoráveis à proposta dos moradores locais e de que sua participação contasse a favor de sua causa. No entanto, a academia não se fez presente, em minha opinião devido ao fato do convite ter sido realizado para um evento já claramente direcionado para a inclusão de todos os moradores em RDS.

Outras ações ocorreram que não acompanhei. Entre elas uma audiência pública na câmara dos vereadores de Iguape e uma reunião com o Secretário Estadual de Meio Ambiente, Xico Graziano. A reunião com o secretário contou com a presença de instituições ambientalistas em um evento chamado *Café com o Secretário*. Segundo relatos as instituições presentes foram favoráveis as propostas da OMJ.

Em janeiro de 2010 a OMJ conseguiu, através de deputados que apoiavam a causa, uma reunião com o então Secretário Adjunto de Meio Ambiente, Pedro Ubiratam. Esta reunião foi realizada na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no prédio da CETESB. Participaram alguns representantes do OG, o Secretário Adjunto de Meio Ambiente do Estado, alguns deputados, a Procuradoria Geral do

Estado, a defensoria pública, que apoiava os moradores e Técnicos da SMA como João Pedro de Silveira Rocha e o gestor da EEJI, Ricardo.

A OMJ apresentou a proposta de inclusão de todas as comunidades e sofreu alguns questionamentos. Entre eles, se todas as comunidades sabiam o que era uma RDS, em face do qual, Mauro, da OMJ, afirmou que sim. O procurador Geral do Estado sugeriu que a OMJ solicitasse uma audiência a ser convocada pelo Ministério Público. Ao longo das discussões eu declarei minha decepção em analisar o processo participativo e presenciar o Jaime do OG comprometendo-se a realizar uma reunião com todas as comunidades para discussão do mosaico e essa não ser realizada, nem sequer ser dada uma satisfação.

Borges do OG, ao longo de suas falas, afirmou que a decisão sobre a recategorização da Juréia era uma decisão política (grifo meu). E que as consultas públicas não eram espaços de deliberação e sim espaços para que o OG pudesse ouvir outras propostas e depois decidir sobre o mosaico.

Após essa reunião, Mauro, da OMJ e Ricardo, gestor da EEJI, discutiram sobre a recategorização da Juréia. Ricardo disse que se não tivesse sido criada a ESEC aquela área já estaria na mão da especulação imobiliária e que eles, da OMJ, falavam dos empates, mas não diziam que o Joel (morador do Despraiado) era palmitreiro e que haviam matado uma onça pintada no Despraiado.

Ao final dessa discussão, João Pedro de Silveira Rocha da SMA, passou em seu carro, Gustavo pediu que parasse e lhe perguntou se ele havia mudado de idéia em relação à Juréia. Ele disse que sim. Que queria tudo como ESEC.

Nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2010, foram realizadas as audiências públicas para a criação do mosaico, respectivamente em Peruíbe e em Iguape.

Em Peruíbe um dos veranistas de Barra do Una providenciou camisetas para todos os moradores com a seguinte frase:

“Sou Morador! Quero meu direito de permanência”

Os veranistas inscreveram-se ocupando praticamente todas as falas de cidadãos para defender sua permanência. Nessa ocasião disseram que não queriam ser

chamados de veranistas, pois eles não freqüentam a Juréia apenas no Verão. Disseram que também vão até lá no inverno e sendo assim são invernistas, vão também no outono sendo outonistas e vão na primavera sendo primaveiristas. Alguns disseram que moram na Juréia, mas trabalham em São Paulo. Um jovem disse que sua família estava sendo considerada invasora em um processo judicial e defendeu que não eram invasores, que o avô havia comprado a área antes mesmo de ser ESEC.

As manifestações dos moradores e proprietários não tradicionais de Barra do Una refletiam o clima tenso que estava na vila nesta época. Embora não tenha me aprofundado nesta questão, presenciei algumas discussões sobre processos que estavam sendo movidos contra moradores ou proprietários não tradicionais. Foi movida uma ação discriminatória de terras na RDS da Barra do Una, os moradores não foram informados e os que tinham títulos não apresentaram no prazo estipulado. Sendo assim, toda a área foi declarada terra devoluta. Após alguns meses, alguns proprietários foram processados, considerados invasores e responsabilizados por impactos ambientais em UC, casas foram lacradas e me lembro de uma ter sido demolida.

Graziela, da ONG BIO-Juréia, foi uma das pessoas que utilizou o período reservado às ONGs. Durante sua fala, Graziela leu a carta aberta ao governador elaborada pela coordenadoria e alguns pesquisadores do Plano de Manejo.

Em minha fala, expressei que estava decepcionado por Graziela ter usado o tempo das ONGs para ler a tal carta. Disse que como acadêmico e educador ambientalista não me sentia contemplado pelas opiniões expressas na mesma. Mencionei que estava ocorrendo uma velha disputa entre preservacionistas e conservacionistas na qual o que de fato é o melhor para a natureza que a Juréia resguarda não estava sendo considerado e o que predomina no debate é a disputa ideológica. Mencionei que o Pré-Plano de Manejo que a OMJ desenvolveu, capacitou as pessoas para a participação e todo esse potencial dos moradores locais não estava sendo respeitado e aproveitado no processo.

Em relação à proposta, o OG apresentou praticamente a mesma que havia apresentado e recebido as críticas dos moradores em novembro do ano anterior, conforme figura 3, a seguir:

Figura 3 – proposta do OG para novo mosaico. Fonte: São Paulo, 2010 b

Novamente críticas foram feitas à proposta do OG e apresentada mais uma vez a proposta da OMJ que era de incluir todos os moradores.

Nos meses que antecederam à audiência pública, alguns técnicos do OG disseram aos representantes dos moradores que levassem uma proposta com o mínimo de áreas em RDS que eles aceitavam. Os moradores apresentaram uma proposta seguida de um documento de justificativa (ANEXO D) em que a área de uso sustentável não chegava a 20% da área total, ficando o restante em proteção integral como ESEC ou Parque, conforme figura a seguir.

Figura 4 – Fonte: Anexo D.

Após a realização das audiências públicas, o estado sofreu pressão de diferentes grupos que não ocuparam os espaços públicos de participação, mas influenciaram crucialmente o encaminhamento da situação. Como dito anteriormente, o ano de 2010 foi um ano de campanha política nas esferas federais e estaduais. Desse modo, tanto o governador como o secretário estadual de meio ambiente, simplesmente não levaram adiante a criação do mosaico, postergando a discussão para o governo sucessor.

Em 2010 foi movida a Ação Civil Pública (ACP) nº 441.01.2010.001767-0, na 1ª vara Judicial Civil de Peruíbe, pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente – GAEMA- Núcleo Baixada Santista contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e o OG. A sentença desta ação exigia que o OG fizesse a gestão da Juréia como uma ESEC. E estabeleceu um prazo de cento e vinte dias para que o OG

desocupasse a área. Em face dessa ação os moradores tiveram que se articular. Uma nova audiência pública foi realizada na ALESP, para discutir estratégias de defesa dos moradores.

Esta audiência pública ocorreu em 25 de maio de 2010. Em determinado momento desta, manifestei-me afirmando que parecia inacreditável que estávamos ali discutindo a possível desocupação da Juréia enquanto um ano atrás estávamos todos participando da elaboração dos Planos de Manejo. Afirmei que existem muitas pressões que continuavam veladas e não ocupavam os espaços de participação. E concluí minha fala dizendo: *“os espaços de participação existem, mas as decisões continuam sendo tomadas nos gabinetes.”*

Durante as discussões, a representante da Defensoria Pública questionou a resistência do OG em criar RDS nas áreas das principais lideranças da Juréia e se comprometeu a auxiliar os moradores. Após essa audiência, a Defensoria Pública conseguiu uma liminar suspendendo a desocupação da EEJI.

O novo governo assumiu e algumas negociações foram retomadas entre população local, OG e SMA. No entanto, até o momento em que escrevo essas palavras, julho de 2011, o tão esperado por uns e odiado por outros, novo mosaico da Jureia-Itatins não foi criado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Questões sobre a tradicionalidade:

“Quanto mais o tempo passa, mais aumenta minha vontade;
De deixar essa cidade e voltar para o interior;
No lugar da fumaceira, dessa vida agitada,
Quero andar pela invernada e sentir cheiro de flor;
É isso que vou fazer, não estou mais indeciso;
Volto a morar no mato, meu sítio meu paraíso.”
(Meu sítio, meu paraíso – Zé do Rancho)

4.1.1 Alianças e cisões em torno do direito de permanência na área

A tradicionalidade tem sido um dos critérios utilizados para definir quem são os beneficiários de uma UC. No entanto, nas áreas naturais habitadas, as comunidades ali existentes não seguem uma lógica de acordo com os rótulos que a sociedade cria. Desta forma, existe sempre uma organização interna que é fruto do tempo. A organização interna de uma comunidade, não é boa nem ruim. É aquela, que se construiu ao longo do tempo e da interação dos atores que a compõem. Quais seriam as reações nas organizações sociais quando interferimos nestas com uma ótica externa?

Na Juréia as tensões sobre quem de fato teria direito de permanência estavam presentes o tempo todo nas discussões sobre quem seriam os beneficiários das UCs. Havia dois planos de conflito. Um era referente às áreas que no primeiro mosaico já eram RDS. O outro se referia às áreas que eram UCs de PI no primeiro mosaico, nas quais, teoricamente, ninguém teria o direito de permanência. Na Barra do Una, que era RDS no mosaico de 2006, a certeza de que seria criado novamente o mosaico e que a vila seria recategorizada como RDS era grande. A incerteza pairava sobre quem teria direito de permanecer, dividindo a comunidade. Já nas áreas que no primeiro mosaico

eram UCs de PI, tradicionais e não tradicionais continuavam unidos e engajados na mesma luta que visava à recategorização.

Logo que comecei as pesquisas de campo, em uma entrevista com uma moradora da Barra do Una (Sofia), considerada não tradicional, ela me expôs que o primeiro gestor da RDS da Barra do Una gerou uma rivalidade entre moradores tradicionais e veranistas. Ele teria feito muitas promessas aos moradores tradicionais caiçaras de que a RDS era para eles. Isso teria levado os moradores tradicionais a criarem a expectativa de que poderiam ficar com as casas dos veranistas, que teriam que sair da RDS. A moradora expressou que começava a se notar uma divisão nesse sentido, na comunidade.

Quando eu a questioneei sobre se ela acha que em geral foi bom ou ruim virar RDS ela me disse que *“foi bom, pois deixa o caiçara ficar, mas querem fazer daqui uma vila de pescadores e aqui já não é mais isso (...) os jovens caiçaras estão indo embora”*.

Na reunião do conselho gestor da Barra do Una, realizada em 10 de fevereiro de 2009, antes da definição dos beneficiários do mosaico, quando a elaboração dos planos de manejo já estava em andamento, uma das principais reivindicações dos moradores era a definição de quem poderia, afinal, permanecer na área.

Nas discussões, um morador exaltado manifestou que estariam fazendo o plano de manejo em cima de um vazio, por não saberem quem permaneceria. Por vezes, os moradores locais sugeriram que o TS deveria ajudar na definição dos critérios de beneficiários. Marcelo, representante do TS dizia que isto não cabia a eles e que mesmo sem saber quem serão os beneficiários o OG teria que avançar no trabalho de elaboração dos planos de manejo.

Em determinado momento desta reunião de conselho, Marcelo do TS disse que em algumas UCs as próprias comunidades estabelecem os critérios para quem tem e quem não tem direito de permanência. No momento em que ele falou isso, duas moradoras locais olham uma para outra e uma diz: *“por que é que ele foi falar isso?”*

Acredito que tal comentário tenha a ver com o fato de veranistas e moradores não tradicionais estarem tentando influenciar a comunidade para apoiarem sua permanência. Alguns moradores tradicionais tinham mais proximidade com esses proprietários, em geral por prestarem serviços como caseiros ou por relações de

convívio já estabelecidas. Esses moradores tendiam a defender a permanência dos veranistas e não tradicionais. Outros moradores, que não tinham uma relação direta com veranistas e não tradicionais, não se posicionavam ou se posicionavam contrários à permanência destes.

Em 7 de julho de 2009, o jornal “O Estado de São Paulo”, publicou uma matéria com o seguinte título: *“Ações contra veranistas criam divisão entre Moradores da Juréia – Estado quer manter só caiçaras e caboclos nas áreas protegidas; eles passaram a temer pela perda de renda”*.

A referida matéria mencionada trás a seguinte fala de Mauro, presidente da OMJ:

“Não dá para usar a força bruta, lacrando ou demolindo casas, nem mentir para a comunidade dizendo que a casa do veranista vai ficar para nós”.

Mauro referia-se às ações que estavam sendo movidas contra veranistas e que em alguns casos já haviam levado a que se lacrasse e demolisse alguns imóveis na vila.

Na apresentação da proposta do OG para o novo mosaico, em novembro de 2009, quando a reunião ocorreu na Barra do Una, a discussão da tradicionalidade surgiu e dividiu os presentes. Os veranistas em vários momentos manifestaram-se tentando defender sua posição e seus direitos. Em alguns momentos, caiçaras que trabalham como caseiros, manifestaram-se defendendo os proprietários:

... qual garantia teremos que nossos amigos (referindo-se aos veranistas) poderão permanecer? Se forem embora, o que será das famílias de Barra do Una?”(referindo-se aos que dependem do recurso do pagamento por serviços prestados aos veranistas).

Na fala de outra moradora:

Sou caiçara e não tenho onde morar. Se der para os veranistas ficarem tudo bem, se não der que não venham nos atrapalhar.

Essa mesma moradora afirma que os veranistas são *“em geral empresários e têm suas casas em São Paulo. Mas os caiçaras, se forem retirados daqui muitos não teriam para onde ir”*.

Outros defendiam que todos pudessem permanecer. Jakeline, moradora local, na mesma reunião, disse que queriam RDS para que todos pudessem ficar e quando veio a RDS viram que não era para todos.

A insegurança do que seria essa tal “tradicionalidade” gerava dúvidas e incertezas nos próprios caiçaras. Eles temiam que em algum momento fossem movidos processos alegando que ter atividades econômicas como camping e bar poderia caracterizá-los como não tradicional. Jakeline questionou se não seria possível que no novo projeto de lei fosse definido o que é população tradicional e quais suas atividades.

Jaime do OG, diz que sabem que população tradicional de hoje não depende só da pesca e que o turismo é algo importante para eles naquela região e isso não seria ignorado. E que o então secretário de meio ambiente do estado iria publicar um decreto definindo populações tradicionais para UCs no Estado.

Nas áreas que no primeiro mosaico permaneciam como PI, as pessoas consideradas não tradicionais e tradicionais ainda se encontravam mobilizadas e unidas pela recategorização de suas áreas, defendendo-se mutuamente.

Um desses exemplos era um morador não tradicional chamado aqui de Golias. Tratava-se de um senhor de uns 60 anos que conheci na primeira oficina que acompanhei, do projeto da OMJ, de Pré Plano de Manejo, no Barro Branco. Ele é um morador não tradicional, chegado há pouco tempo e que defende muito a causa dos moradores, mesmo que não consiga seu direito de permanência.

Certa vez, ao longo da pesquisa, contou-me que morava em São Paulo até há pouco tempo atrás. Trabalhava com informática, mas há algum tempo sofria de síndrome do pânico. Por esse motivo, vivia enclausurado em sua casa com dificuldade de sair. Disse ainda que seu “tanque de vida estava ficando vazio” e que um dia tomou a decisão: vendeu tudo que tinha em São Paulo, comprou um fusca e foi para a Juréia. Chegando lá, segundo ele, comprou um sítio de um morador que estava desesperado devido ao fato de morar em uma “reserva”. Na mesma semana teria ido à sede das UCs em Peruíbe apresentar-se e dizer que não era invasor, que havia comprado o sítio e que queria ficar o tempo que fosse possível. Que podiam ficar tranquilos, pois ele não iria derrubar uma árvore sequer e nem cortar palmitos.

Na oficina de elaboração dos planos de manejo, realizada no Guaraú, seu Golias em um momento de plenária, assumiu a apresentação dos mapas que eram resultantes de um trabalho de mapeamento participativo e energicamente, com o rosto todo vermelho, falou:

Olhem para os mapas! Vejam! Onde tem mais impacto de invasão é onde não têm mais moradores (...) Vocês estão entendendo? Estou falando em defesa dos moradores, pois são eles que defendem a Juréia! O morador defende onde ele está e onde os moradores já foram embora entraram os invasores. Essas pessoas têm que ter seu direito de ficar e eu não estou falando por mim não! Eu cheguei há pouco tempo, mas essas pessoas que estão aqui há tanto tempo não podem ser retiradas.

Em outra situação de ação, durante as reuniões para apresentação da proposta do OG de novo mosaico no Itinguçu, em novembro de 2009, seu Golias também tomou a palavra e disse que admirava muito Xico Graziano, que o considerava um sujeito inteligente. Golias diz que a proposta da OMJ é muito boa. Explicou que caso se criasse RDS para os moradores do Itinguçu ao longo da estrada, não daria 5 % da área que no primeiro mosaico era Parque do Itinguçu, e que se isso acontecesse, o povo de São Paulo seria muito grato. Nesse momento, seu Golias exalta-se e fala: “... vamos lá, vamos fazer esse desenho e incluir todo mundo, e se houver algum vagabundo a gente põe pra fora”!

Beto, um morador tradicional, na sequência diz:

Quero reforçar essa proposta, essa coisa de tradicional é um pouco de racismo, o Lobão (morador não tradicional) está lá há mais de trinta anos. Ninguém quer que ele saia de lá! Sou conservacionista de raiz e tudo tem que ser RDS!

Desta forma, percebe-se que a questão da permanência das pessoas na área, gerou diferentes situações nas UCs de uso sustentável e nas de Proteção Integral. A interferência na organização local gerou alianças e cisões nas comunidades. Conforme rassalta Campos (2001), “*Conflitos e negociações em torno do uso de recursos naturais em áreas restritivas promovem uma alteração nas relações entre as pessoas, enfatizam a dinâmica tanto das relações entre sociedade e ambiente quanto entre os próprios homens*”.

Na Barra do Una o conflito referia-se à permanência dos veranistas, sendo que os moradores tradicionais tinham diferentes posições sobre isso, de acordo com sua dependência e relação com os mesmos. Já nas UCs de proteção integral a luta pela permanência era de todos, que estavam unidos em torno do objetivo comum.

O movimento em defesa dos moradores da Juréia historicamente se construiu com alianças entre pessoas consideradas tradicionais e pessoas consideradas não tradicionais, que foram expostas a uma mesma condição com a criação da EEJI.

Segundo Weber (2004), um destino político comum, cria vínculos muitas vezes mais fortes do que os vínculos com a comunidade cultural ou laços sanguíneos. Segundo o autor, para a constituição de uma comunidade política especial, basta a disposição de empregar a força física na defesa de um território e a existência de uma ação social que não se esgote nas relações econômicas, mas mantenha um papel de regulação das relações entre as pessoas do território em questão.

Sendo assim, podemos entender que embora a luta pela permanência dos moradores na Juréia, não envolva confrontos físicos, os atores locais que se agrupam em torno deste objetivo comum, constituem uma comunidade política.

A preocupação demonstrada pela moradora da Barra do Una com os critérios de tradicionalidade, não são triviais. Na resolução SMA – 029/2010 que dispõe sobre estudos para a recategorização de UCs no estado de São Paulo, a definição de população tradicional adotada, do mesmo modo que outras normas sobre o assunto, parte da naturalização dos sujeitos sociais para definir populações tradicionais. Ou seja, a definição parte de conceitos que criam estereótipos de populações em estreita relação com o ambiente natural em alto grau de dependência dos recursos naturais, que são compreendidos como únicos e essenciais a satisfação das necessidades materiais e simbólicas. Gerando assim, situações jurídicas que não se aplicam a realidade de grande parte das populações locais de áreas naturais protegidas.

Sendo assim, em meu entendimento, esta definição possui elementos suficientes para reforçar conclusões contra o direito de permanência de caiçaras que não se dedicam mais à pesca, agricultura e extrativismo e sim a campings ou estabelecimentos comerciais como bares e restaurantes. Principalmente se os pesquisadores envolvidos

com os estudos compartilhem da visão estática de tradicionalidade que alguns dos pesquisadores citados nos debates ao longo da elaboração do plano de manejo demonstraram, apresentada na seção a seguir (item 4.1.2).

4.1.2 Tradicionalidade estática versus modernidade dinâmica

O texto a seguir refere-se a uma das discussões ocorridas durante a oficina de zoneamento realizada em Iguape, no salão paroquial, nos dias 15 e 16 de maio de 2009. Em determinado momento da oficina fui acompanhar as discussões do grupo da EEJI. Quando cheguei, os participantes estavam em meio a uma polêmica discussão, que aparentemente já vinha exaltada há algum tempo. Discutia-se sobre a liberação ou não da entrada de outras pessoas na EEJI na época das festas tradicionais dos moradores que ainda habitam o interior da UC.

Aqui gostaria de abrir um parêntese. Tradicionalmente na região da Juréia existem festas que reúnem pessoas de outras comunidades e às vezes, parentes que estão na cidade. Essas festas congregam muito da cultura tradicional local. Em geral, são associadas a mutirões e ao Fandango. Estas manifestações já foram muito mais expressivas no passado. Segundo alguns moradores, os anos de proibições e conflitos em relação à questão ambiental, afetaram as festividades. Ainda assim, em alguns locais, essa manifestação cultural resiste.

Pois bem, pelas discussões das quais participei, os moradores locais manifestavam-se pedindo que fosse permitido que nas festas, pessoas de fora entrassem na ESEC. Alegavam que muitas dessas (pessoas de fora) são parentes e amigos vindos das outras UCs vizinhas ou pessoas que moraram na Juréia, mas que agora estavam na cidade. Pelo pouco que vi, percebi que alguns pesquisadores presentes estavam resistentes, posicionando-se contrariamente a essa reivindicação. Em uma das falas que mais me chamou atenção, Lucas, da Salve os Pássaros, falava de forma muito incisiva que se fosse deixar entrar, tudo bem! Mas que deveria ser colocada uma cláusula que não poderia ser cobrado ingresso para as festas religiosas,

“pois quando envolve dinheiro é complicado, a gente sabe como é, descaracteriza...”dizia Lucas.

Neste momento fiquei muito incomodado e pedi a palavra, Marcia Helena do OG que moderava esse grupo, recusou, dizendo para mim que a discussão já estava acontecendo há algum tempo e que daria os encaminhamentos, pedindo minha compreensão. Pelo que entendi estavam sendo discutidas de forma separada, festas religiosas e festas culturais e a discussão de festas culturais ainda retornaria no dia seguinte.

No dia seguinte eu acompanhava o grupo da EEJI quando o assunto foi retomado, agora com foco nas festas culturais. Lucas da salve os pássaros é o primeiro a se manifestar. Com atitude de superioridade, ele expressa sua opinião dizendo novamente que se fosse “liberar”, que não deveria ser cobrado, pois *“quando envolve dinheiro descaracteriza a cultura e a gente sabe como é complicado...”*

Eu peço a palavra e sou o primeiro a se manifestar de forma contrária, digo que dormi com aquilo na cabeça e falo:

Lucas! Nós pesquisadores estamos de fora desta situação, é muita invasão nós decidirmos se essas pessoas podem ou não cobrar por uma manifestação da cultura delas. Não podemos pensar que cultura tradicional é algo estático e congelado no tempo e no espaço, eles estão sob influencia da sociedade capitalista como nós. Ontem se discutia aqui sobre a cobrança nas festas religiosas e hoje nas culturais como se fossem diferentes, mas será que são? Eu não vou à igreja católica dizer se é certo ou errado ela cobrar o dízimo, não vou à igreja evangélica dizer se eles estão certos ou errados em pegar dinheiro das pessoas e não vou à comunidade tradicional dizer se eles podem ou não cobrar em festas religiosas e da cultura deles! Concordo com o Mauro que ontem dizia que isso deve ficar a critério de cada comunidade.
(fala do autor da pesquisa na Oficina de Zoneamento)

Ao fim de minha fala a população local me aplaude e algumas pessoas reforçam o que falei.

Magali da Academia pede a palavra, diz que está muito triste, começa a chorar e sai da sala onde estava acontecendo o trabalho deste grupo.

Mauro da OMJ reforça minha fala dizendo: *“é isso mesmo, cada comunidade deve decidir. Se eu fizer um fandango na minha casa, é o meu quintal, é a minha cultura e se eu quiser cobrar eu vou cobrar!”*

Lucas por sua vez retruca dizendo: *“eu é que não vou pagar!”*

Mauro ri e fala: “*não paga, mas também não vai!*”

Essa discussão se encerra com a fala da Roberta do OG que diz que a discussão estava se perdendo um pouco do foco do trabalho, que era discutir o zoneamento e não questões tão específicas assim.

Com isso fica no registro a permissão da entrada de pessoas para as festas sem mencionar nada sobre a questão da cobrança.

Magali voltou à sala para outras discussões e lá permaneceu. Na primeira oportunidade eu a abordei e disse que gostaria de conversar com ela, pois se fosse minha fala que a tivesse magoado, eu gostaria de esclarecer minha posição e meus pontos de vista.

E ela me disse:

Léo, eu estou muito triste. Na noite de ontem vi o Jornal Nacional que mostrou uma reportagem dos índios que estavam dançando para americanos em troca de dólares. E quanto mais os americanos pagavam mais fervorosamente os índios dançavam. É isso que queremos? Vender essa cultura? Estamos perdendo a Estação Ecológica em nome dessa cultura e agora vamos vendê-la? (grifo meu). (Magali da Academia – oficina de Zoneamento)

Então eu disse:

Eu concordo que os índios dançando para os americanos em troca de dólares não é bom. Mas não sou eu proibindo os índios de dançar em troca de dólares que vou resolver o problema cultural deles. Se eu quero isso tenho que fazer um trabalho de base e que eles reconheçam se isso é bom ou não! (fala do autor, oficina de Zoneamento)

Enquanto eu falava, Magali desconsiderou minha presença e começou a conversar com outra pessoa que se aproximou dela. Eu toquei em seu ombro, agradeci a atenção e me distanciei.

A visão demonstrada por Lucas da Salve os pássaros em relação à tradicionalidade, nos leva a crer que sua compreensão nega as influências que as comunidades tradicionais sofrem das sociedades urbanas e contemporâneas. A Juréia está a cerca de 200 Km da maior cidade do país. Os moradores, mesmo os mais isolados, certamente vão às cidades próximas com alguma frequência, para diversas finalidades. Entre elas adquirir produtos que não detêm, para os quais com certeza necessitarão de recurso financeiro.

Essa forma de interpretar o conceito de população ou de atividade tradicional pode ser comparada ao “relativismo cultural”, o qual Canclini (1982) afirma que fracassou como corrente na antropologia, por se apoiar numa concepção ingênua de poder. Segundo este autor o relativismo cultural:

imagina que cada cultura existisse sem saber nada das demais, como se o mundo fosse um vasto museu habitado por economias auto-suficientes, cada uma na sua vitrina, imperturbável diante da proximidade das demais, e repetindo invariavelmente os seus códigos e suas relações internas.

Podemos ainda comparar esse entendimento de tradicionalidade com a postura das pessoas da Inglaterra do século XVIII que encaravam o campo como sinônimo de pureza e inocência, influenciados por poetas e pintores que retratavam essas áreas desconsiderando as tensões sociais e os aspectos práticos da vida (THOMAS, 1998).

Os que defendiam que não deveria haver cobrança nas festas, para que não fosse descaracterizada a cultura, possivelmente desconsideraram as tensões, relações e influências que as comunidades de áreas naturais sofrem dos ambientes urbanos e do modo de vida capitalista. Canclini (1982) afirma que: *“Mesmo os grupos étnicos mais remotos são obrigados a subordinar a sua organização econômica e cultural aos mercados nacionais, e estes transformam-se em satélites da metrópole, de acordo com uma lógica monopolística.”*

Desta forma podemos afirmar que os habitantes das áreas naturais sejam elas na Mata Atlântica no litoral de São Paulo ou em meio a Amazônia, em geral sofrem influências das sociedades urbanas que os cercam. Estas comunidades também sofrem influências das mídias de massa, assim como nós, nos centros urbanos, também sofreremos. Grande parte das residências, mesmo em comunidades isoladas, possui televisão e antena parabólica. Sendo assim, quando um cidadão do centro urbano senta em sua sala e liga a televisão, ele estará compartilhando das mesmas influências que os cidadãos das florestas e das áreas rurais. Embora estas possam evocar diferentes respostas por parte dos diferentes grupos de espectadores, ambos os grupos estão sob suas influências.

Canclini (1982) também afirma que as práticas culturais são ao mesmo tempo econômicas e simbólicas, sendo que o estudo de sociedades tanto arcaicas quanto

capitalistas demonstrou constituírem o econômico e o simbólico, *“uma totalidade indissolúvel”*.

Não defendemos que as UCs devam contribuir para a transformação da cultura em mercadoria do capital. No entanto, não podemos nos prestar à ingenuidade de pensar que as populações tradicionais permanecerão nas áreas naturais sem precisar de recursos econômicos para suprir suas necessidades como todos nós. O desafio torna-se ainda maior, dadas as influências externas que inevitavelmente chegam a essas comunidades pelos veículos de massa, o que podem seduzi-las ao desejo dos supostos confortos dos ambientes urbanos.

As culturas estão em constante transformação. Não negando isso, podemos avançar no discurso e na prática para além da discussão de se os moradores locais poderão cobrar ou não por suas manifestações, como se essa atitude fosse um marco que definisse o descaracterizar ou não de sua cultura. As UCs e as populações locais podem ser responsáveis por uma re-significação na relação entre sociedade e natureza. Para tal, deveremos trabalhar na transformação cultural fornecendo subsídios para que as populações locais de áreas naturais protegidas possam ao mesmo tempo ter acesso aos benefícios da sociedade moderna de forma compatível com a conservação ambiental e manterem suas raízes.

A postura de Magali (academia), ao afirmar que estaria perdendo a ESEC em nome da cultura local parece negar as influências da sociedade moderna sobre as culturas tradicionais. Parece também reproduzir os valores que motivavam a criação de Áreas Naturais Protegidas como “laboratórios vivos para as ciências naturais” como o Parque Nacional Suíço criado em 1914 para servir como laboratório nos Alpes.

4. 2 Diferentes saberes, olhares e demandas.

*Oricurí madurou
 Oi, é sinal que Arapuá já fez mel
 Catingueira fulorou lá no sertão
 Vai cair chuva a granel
 Arapuá esperando
 Oricurí Madurecer
 Catingueira fulorando
 Sertanejo esperando chover
 Lá no sertão
 Quase ninguém tem estudo
 Um ou outro que lá aprendeu ler
 Mas tem homem capaz de fazer tudo, doutor
 Que antecipa o que vai acontecer...*

(Oricurí - João do Vale / José Cândido)

4.2.1 Diferentes saberes.

Na primeira ida a campo para coleta de dados, entrevistei seu Raimundo, morador tradicional da Barra do Una. Este defendia que os caiçaras são bons guardiões da floresta, afirmando que se a floresta de lá ainda está em pé, é por causa deles.

***Raimundo** - se o estado quando pegou essa área tivesse dado para os caiçaras protegerem, estava melhor do que está hoje. (...) Saíram moradores da beira do rio e com isso aumentou o corte ilegal de palmito*

Por fim, seu Raimundo fez uma longa explanação sobre a questão da coleta do marisco. Começou dizendo que havia discordado de uma professora da Academia sobre a proibição da coleta de marisco, em uma oficina realizada apenas com moradores da RDS Barra do Una para elaboração do plano de manejo. A professora teria defendido a proibição e seu Raimundo teria dito o seguinte:

***Raimundo** - Quando você planta um jardim com grama, você nunca mais meche, ou você faz manutenção tirando as ervas daninhas? No costão é a mesma coisa. Quando tiramos o marisco, raspamos também a craca. Porque onde tem craca o marisco não gruda...*

E assim ouvi pela primeira a vez uma das frases que se repetiu em minhas coletas de campo: *“quanto mais tira o marisco, menos termina”*.

Comer marisco preparado de diferentes formas é prática cultural e hábito alimentar das populações caiçaras. No período em que fiquei acampado em janeiro de 2009, muito próximo a um costão rochoso da Barra do Una, em todos os dias vi moradores locais coletando marisco, mesmo essa sendo uma prática proibida.

Em uma das oficinas do plano, de manejo conversei sobre a coleta de marisco com Tônico, morador da praia da Juréia. Eu o questionei a respeito da afirmação de que *“quanto mais tira, menos termina”*. Ele confirmou e deu outro exemplo. Disse que no costão da Juréia, por motivo de constante maré cheia, ficou-se um ano sem tirar marisco. Com isso, os mariscos que estavam nas rochas cresceram e cobriram toda a superfície. O marisco jovem fixou-se por cima do marisco velho e uma ressaca do mar arrancou o marisco velho levando com ele o marisco novo.

Tônico finalizou dizendo que se eles tivessem tirado o marisco velho, provavelmente, o novo não teria se desprendido, pois teria se fixado diretamente na rocha. O fato de este morador ter enfatizado que ficou um ano sem coletar o marisco, nos permite supor que os mariscos são, normalmente, coletados nesse costão, que está na EEJI. Portanto, mesmo esta sendo uma prática proibida, provavelmente, é realizada com frequência.

Conforme se pode observar, em diferentes locais da Juréia, os moradores justificam, distintamente, a coleta de marisco. Porém seguem todos uma mesma lógica, que seria a importância do manejo do recurso.

Esta questão do marisco esteve presente nos debates e discussões ao longo da realização das oficinas do plano de manejo. Na oficina de Zoneamento, durante uma plenária, a questão foi colocada para discussão e algumas pessoas manifestaram-se expressando suas opiniões. Entre elas, um pescador da Barra do Una que disse em voz alta: *“Tá errado isso de proibir a coleta de marisco na Juréia. Porque o marisco, quanto mais tira, menos termina!”*

Eu estava imediatamente atrás de dois pesquisadores envolvidos com o plano de manejo, Lucas, da Salve os Pássaros e um pesquisador de um centro de pesquisa sobre Ofídios, que estavam com quatro ou cinco pessoas os separando. Quando o

pescador falou sobre o marisco, um deles olhou para o outro rindo e disse em tom de deboche: *“Essa eu nunca vi! Quanto mais tira menos termina? Você entendeu isso?”* E o outro respondeu: *“Essa eu também não entendi...”* E os dois riram a gargalhadas. É notável como alicerçados no saber científico, alguns pesquisadores consideram-se detentores da verdade e não se abrem a outras formas de conhecimento e compreensão do mundo.

4.2.2 Diferentes olhares

Outras questões delicadas aconteceram nesta mesma oficina de zoneamento. Essas estiveram, em geral, relacionadas a demandas das comunidades, com base em suas necessidades e à resistência por parte dos pesquisadores do Plano de Manejo, principalmente parcela do grupo da Academia, que viam estas questões sob outra ótica.

Um dos assuntos polêmicos que acompanhei envolvia o acesso a algumas áreas para desenvolvimento de atividades de ecoturismo e educação ambiental. As discussões inicialmente ocorreram no grupo do Parque Estadual do Prelado e posteriormente no grupo da EEJI, devido aos limites e demandas comuns entre essas UCs.

No grupo do Prelado, a primeira questão tensa que gerou muita discordância entre população local e técnicos, referiu-se à única cachoeira que estava dentro do parque. Esta era utilizada para lazer e as pessoas que trabalham com ecoturismo no município tinham intenção de usá-la como um atrativo. O problema em questão é que a cachoeira estava em uma área onde os técnicos do Plano de Manejo, representados naquele grupo por Osvaldo e Júlia que eram da Academia, haviam sugerido ou determinado previamente que deveria ser uma zona intangível (na qual não pode haver interferência humana).

Isso gerou um enorme desconforto e os moradores locais que pretendiam acessar a cachoeira não concordavam com a zona intangível abrangendo a área. Os técnicos por sua vez, não levavam em consideração as necessidades e demandas das pessoas e comentavam entre si *“... eles querem entrar na zona intangível!”*. Presenciei

Júlia, por diversas vezes, fazendo comentários arrogantes e debochando dos comunitários, mostrando-se indignada com as demandas apresentadas por estes.

A discussão foi muito tensa. Magali, da Academia, por vezes interferiu, sempre sorrindo, enquanto os representantes da população local estavam muito exaltados. Em uma de suas interferências, Magali diz que os pesquisadores sabiam que o uso dessa cachoeira seria perdido, porém esse era um preço a ser pago pela conservação desta área.

Questionei ao Osvaldo da Academia, sobre o que levou os pesquisadores a definir a área como zona intangível. Ele me disse que aquela área abrigava todas as diferentes formações da Mata Atlântica e que isso era único e deveria ser preservado. Em particular, insisti nos questionamentos sobre como se havia chegado a essa conclusão, se tinham ido a campo para fazer observações ou utilizado imagens de satélite. Ele me respondeu que se havia constatado isso a partir de imagens de satélite.

Alessandra que trabalhava com ecoturismo em Iguape, perguntou a Osvaldo sobre o efeito de visitas apenas com pequenos grupos nesta área, se mesmo assim prejudicaria tanto ao ambiente. Osvaldo respondeu afirmando que se um único ser humano transitasse pela área, apenas isso já prejudicaria os animais ao longo do tempo, *“talvez daqui há 200 anos, mas irá prejudicar”* disse ele.

Um morador local que estava quieto dirigiu a palavra a Osvaldo e disse:

“Gostaria que o senhor fosse comigo a essa tal zona intangível que está falando, porque se agente for lá agora, agente vai ver rastro de palmitreiro e de caçadores”.

A discussão foi bastante acalorada e ambos os lados não queriam ceder. De um lado, pesquisadores do plano de manejo, da Academia que não admitiam o uso dessa área. Estes enfatizavam que a área deveria ficar como zona intangível e que esse era um preço que os moradores teriam que pagar para a preservação deste ambiente que era “único”. Do outro lado, estavam os moradores que pretendiam usar a área para levar grupos de visitantes como uma alternativa de geração de renda para aquela região. Esses tentavam garantir o uso de um dos poucos atrativos para o ecoturismo que o parque do Prelado possuía, além da praia. E enquanto isso, ao que tudo indica, caçadores e palmiteiros transitam pela área livremente.

Antes que essa discussão fosse concluída, a possibilidade de uso de outra cachoeira entrou em debate. O uso desta mostrou-se uma alternativa aceita pelos moradores locais, em troca da primeira. Trata-se da Cachoeira do Engenho. Esta, segundo o relato dos participantes, é acessível por Iguape, por alguns quilômetros de trilha e um trecho de rio que se faz de canoa até a cachoeira. No desenho do primeiro mosaico, a trilha estava no parque do Prelado e o trecho de rio e a cachoeira estavam dentro da Estação Ecológica.

Os moradores propuseram que fosse feita uma troca. A cachoeira que estava no parque ficava como zona intangível e se permitiria a entrada na EE para visitar a Cachoeira do Engenho, com grupos controlados, com finalidade de Educação Ambiental.

Como a cachoeira estava nas áreas da EEJI, a moderadora do grupo do Prelado disse que não poderia decidir isso naquele grupo que se restringia a discutir as zonas do Parque do Prelado. Enquanto a discussão acontecia, dirigi-me ao grupo da EEJI. Em particular conversei com o gestor da EEJI, mencionei sobre a discussão que estava ocorrendo no outro grupo e perguntei a opinião dele sobre o assunto. Ele me disse que da forma como eu expusera o caso ele não considerava inviável o uso deste atrativo. Porém salienta que não existem estudos ainda para essas atividades nesta área, e que precisariam ser feitos levantamentos e definidos critérios, mas a princípio não seria impossível.

Voltei ao grupo e relatei a conversa que eu havia tido e foi decidido que no dia seguinte essa proposta seria discutida no grupo da EEJI no momento das propostas de intersecção entre as UCs. No dia seguinte, Jeferson, um dos moradores de Iguape, apresentou a questão discutida no grupo do Prelado sobre a cachoeira do engenho. Mostrou no mapa, onde se localizava a trilha que estava no parque, o trecho de rio e a cachoeira que estavam na EEJI e comentou a demanda dos moradores locais (de conduzirem grupos para visita com finalidade de EA, com grupos pequenos controlados etc.). Explicou que isso seria como uma troca pela cachoeira do parque que ficaria como zona intangível.

O primeiro a se manifestar foi um dos pesquisadores do plano de manejo, Nellson Motta. Este disse conhecer muito bem o povo do sudeste, que a cachoeira seria

destruída e viraria uma “*porquice*”. Afirmou que a comunidade não estava preparada para realizar EA, que para isso é preciso ser um pedagogo, ter uma formação acadêmica.

Eu estava logo atrás dele e fiquei muito chocado e incomodado com suas falas. Pedi a palavra e me coloquei como um representante da academia que trabalhava com EA e que discordava totalmente do que o mesmo havia dito. Disse que para se fazer EA não é preciso formação acadêmica e que é interesse da EA ser “enraizada” na sociedade. Comentei sobre programas de formação de educadores do MMA e que existia muito material disponível ao qual qualquer um pode ter acesso. E que, pelo que conheci da comunidade, eles não querem destruir aquela área. Pelo contrário, pretendem realizar atividades ligadas ao ecoturismo e não ao turismo de massas. De qualquer forma é dentro da EEJI e que sendo assim podem ser feitos estudos e existem mecanismos para que isso não gere tanto impacto. Como exemplos citei: controlar a visitação, estabelecer números determinados de visitantes por período, monitoramento contínuo e participativo dos impactos, entre tantas outras medidas cabíveis e possíveis de serem efetivadas numa ESEC.

Após algumas falas, sobre o assunto, as quais reforçaram minhas colocações, Nellson Motta retomou a questão. Ele usou de forma equivocada minhas palavras, dizendo que como o colega (eu) mesmo falou é necessário um curso ou algum tipo de formação. Mas, um tanto contrariado concordou com a visitação à cachoeira, desde que sob uma série de recomendações a serem elaboradas posteriormente e com base em maiores estudos.

4.2.3 Diferentes demandas

Outra polêmica discussão que na oficina de Zoneamento não foi concluída e foi novamente discutida em um grupo à parte, na oficina de Programas, referiu-se à pesca esportiva nos rios das UCs de Proteção Integral. Antes da discussão começar, Gustavo me perguntou “*você é biólogo não é?*”

Eu confirmei e ele me pediu para defender a proposta de pesca esportiva como uma atividade de EA na ESEC. Eu disse que não concordava e que a pesca esportiva

não poderia ser enquadrada como EA de forma alguma. Acrescentei que pessoalmente não concordava com a pesca esportiva, pois a considerava como diversão à custa de um ser vivo. Gustavo discordou de mim e disse “*ainda acharei um biólogo para defender essa idéia.*”

Entrei na discussão e acompanhei seus desenvolvimentos por um tempo, antes de me manifestar. Observei que esta proposta era defendida, principalmente, por Wilson e sua esposa Margarete que tinham essa como a principal atividade econômica da família. Wilson defendia que quanto mais pessoas estivessem na pesca esportiva, menos estariam na pesca de rede. Que no sistema de pesca-e-solta o peixe não morre e continua lá. Gustavo defendeu a idéia dizendo que essa poderia ser incluída como uma atividade de EA.

Magali da academia, pronunciou-se dizendo que não existiam estudos suficientes sobre o assunto e que alguns dos estudos que já foram realizados apontam para problemas enfrentados pelos peixes que são devolvidos à água. Mencionou uma bactéria que pode se desenvolver na boca do peixe por conta do anzol, levando-o à morte. Ressaltou ainda, que os peixes, por algum tempo após serem devolvidos à água, ficam com reflexos comprometidos, sendo facilmente predados.

Gustavo novamente defendeu a idéia dizendo que se não existem estudos suficientes, a pesca esportiva da Juréia poderia ser realizada associada a uma pesquisa para levantar mais informações sobre a questão.

Eu havia me manifestado e interferido em muitas das discussões nesta oficina e em outras. Em geral interferi em assuntos sobre os quais eu compartilhava da mesma visão das comunidades. Desta vez eu estava em outra situação, pois não concordava com a proposta que estava sendo apresentada e defendida pela comunidade. Decidi me manifestar para demonstrar que eu não estava apenas do lado da comunidade, mas sim expressando minhas opiniões que na maioria das vezes estavam em concordância com os anseios das comunidades, mas nem sempre.

Pedi a palavra e disse que achava que a pesca esportiva não poderia ser enquadrada como EA. Acrescentei que em minha opinião, esta atividade não deveria ser praticada nas UCs de Proteção Integral. Antes que eu concluísse minha fala,

Wilson, com os olhos cheios de água, interrompeu-me dizendo que a família dele dependia desta atividade e que eu falava isso por não ser comigo.

Após sua manifestação, eu finalizei dizendo que entendia a situação dele, mas que ele precisava observar que alternativas de atividades econômicas estavam se abrindo para a Juréia. Disse que estávamos estabelecendo acordos no Plano de Manejo. Enfatizei que se pretende que haja visitas de grupos para a ESEC com finalidades de EA. Que eles poderiam pensar em desenvolver atividades como levar grupos escolares e outros ao interior da ESEC para atividades de EA de fato. Que essa atividade poderia proporcionar tanto retorno econômico ou mais que a atividade de pesca esportiva. E que eles precisavam estar abertos a essas novas possibilidades para a Juréia.

Minha fala reforçou os que defendiam que esta atividade não poderia ser realizada nas UCs de PI. Mas a discussão sobre esse tema não foi finalizada neste momento.

4.2.4 Algumas considerações

O deboche dos pesquisadores em relação à fala do pescador sobre “quanto mais tira, menos termina”, nos leva a tecer algumas considerações. Possivelmente esses pesquisadores não consideram a possibilidade de conhecimentos válidos serem elaborados a partir da observação prática da vida e das próprias atividades realizadas pelos moradores da Juréia. Desse modo, não têm condições para compreender uma simples, mas aparentemente paradoxal frase “*quanto mais tira, menos termina*”. E é possível que nunca compreendam. Continuarão a pensar que esta é mais uma das crendices que ouviram de pessoas simples por aí.

A postura dos pesquisadores debochando seja dos conhecimentos tradicionais, seja das demandas das comunidades, demonstra que temos muito o quê superar em relação aos intercâmbios entre diferentes saberes e suas complementaridades.

Canclini (1982), ao discutir o conceito de pensamento selvagem de Lévi-Strauss, afirma que não devemos colocar em oposição a magia e a ciência, o pensamento mítico e o racional. Em sua opinião, o pensamento selvagem e o científico não correspondem

a etapas do desenvolvimento humano superiores ou inferiores em uma escala. Temos que colocá-los em paralelo como distintos.

A visão demonstrada por parcela dos pesquisadores, certamente confirma a predominância da ideologia preservacionista no debate. O principal argumento sempre era em relação à natureza, aos atributos naturais. Se passar um ser humano irá prejudicar, talvez daqui a 200 anos! É isso? E os palmiteiros e caçadores? Dá para pedir para eles não passarem por 200 anos?

A fala do morador em relação à tal zona intangível nos leva a pensar em que tipo de medidas, de fato, têm sido efetivas na conservação das áreas naturais. As famosas zonas intangíveis na realidade se tornam intangíveis a quem afinal? Pois já está evidente que invasores, extrativistas clandestinos, caçadores ilegais entre outros grupos de índole duvidosa não procuram consultar e respeitar os planos de manejo ao decidir em que áreas eles irão desenvolver suas práticas ilegais.

A simples determinação de que uma zona não deva sofrer com a interferência humana, não garantirá a proteção esperada. Desta forma, a questão a ser enfrentada é a possibilidade de regulamentar o uso das áreas, construindo regras de forma coletiva, que de fato sejam legitimadas pelas populações locais. Isso deverá ser muito mais efetivo do que assumir que as zonas intangíveis serão respeitadas ou que as proibições de coleta de marisco surtirão os efeitos desejados de preservação ambiental.

Continuamos a definir zonas intangíveis, brigando por como ficará no papel o traçado oficial das mesmas, enquanto de fato, essas áreas continuam entregues às práticas ilegais. E como ilegais, permanecem não acompanhadas de estudos e monitoramento de impactos. Neste sentido, mesmo que continue proibida a extração de marisco nos costões da Juréia, ninguém obedece nem obedecerá a essa regra.

Com esse tipo de atitude por parte dos planejadores, perde-se a oportunidade de um trabalho de acompanhamento, em que conhecimento local e conhecimento científico poderiam ser aplicados na manutenção tanto dos mariscos, como da segurança e hábitos alimentares das populações locais. Este procedimento poderia garantir o alimento daqueles que de qualquer forma irão realizar tal coleta e proporcionar um monitoramento do recurso de forma conjunta e participativa, onde os

pesquisadores seriam aqueles que estão nas universidades e aqueles que vivem no local, sem hierarquias, sem donos da verdade.

Acredito que com uma pesquisa na qual os moradores sintam-se realmente participantes, o alcance seria diferente. Mesmo no caso de se constatar que seria preciso reduzir a extração, pois a teoria do “quanto mais tira menos termina” não é ilimitada em seu alcance. Avalio que como co-partícipes do processo de geração de conhecimento, os moradores da comunidade não relutariam em concordar com as medidas necessárias. Possivelmente ajudariam a “guardar” o recurso, para que eles próprios possam continuar a desfrutar dos mesmos no futuro. Da mesma forma, tantos casos descritos em pesquisas que constataram em áreas e recursos apropriados de forma comunal, que as comunidades locais apresentam normas para regular a utilização dos recursos naturais. E as instituições locais, muitas vezes, respondem às situações de desgaste dos recursos visando à sua manutenção e evitando a “tragédia dos comuns” (Feeny et al, 1990; Berkes, 1996; Ostrom 1990; McKean e Ostrom 1995; Berkes 1996).

Mas enquanto as regras forem impostas, embora possam aparentar serem aceitas pelo povo, simplesmente serão ignoradas.

A construção participativa de normas de gestão das áreas naturais deve ser acompanhada do compartilhamento de informações e de linguagem adequada para que as populações locais possam efetivamente se apropriar dos símbolos, métodos e linguagem de tais processos.

Ao longo da elaboração do plano de manejo, a OMJ realizou um projeto próprio que proporcionou esse tipo de experiência aos moradores¹¹.

A conduta dos pesquisadores, ao desqualificarem o conhecimento e as demandas das populações locais, certamente contribui para uma visão deturpada da ciência. Também demonstra que alguns cientistas colocam sua forma de saber como superior à dos demais participantes. Essa postura não é compartilhada por todos os pesquisadores nem mesmo por todos aqueles relacionados ao plano de manejo. Foram expressas principalmente, mas não apenas, por um grupo de pesquisadores com os quais interagi apenas na oficina de Zoneamento.

¹¹ Ver sobre este projeto na seção 4.5

A oficina de Zoneamento foi marcada por inúmeros confrontos e desentendimentos entre pesquisadores do Plano de Manejo e a população local. Em parte atribuo isto à forma como são feitos os planos de manejo no estado de São Paulo e em outras regiões.

Existe um trabalho intenso que é realizado pelos pesquisadores antes das oficinas participativas ou em paralelo. Desta forma, quando os pesquisadores vão para uma oficina para a participação da comunidade na elaboração do plano de manejo, muitas vezes eles já têm uma proposta, em geral bem organizada.

Entre os pesquisadores muitas vezes existe grandes diferenças de postura. Há os que acreditam ser importante a participação das pessoas na construção, estando dispostos a rever inclusive as propostas que levaram. Enquanto outros se colocam como superiores, como os letrados que detêm a solução. Em geral, estes não são dispostos a rever suas propostas já pré-estabelecidas e normalmente sustentam posturas e argumentos preservacionistas.

Utilizarei um exemplo hipotético para me expressar. Um pesquisador de grandes mamíferos pode constatar em sua pesquisa a presença de onça pintada em determinado local de uma UC. Esse pesquisador provavelmente utilizou dos métodos mais reconhecidos entre armadilhas fotográficas, registro de pegadas entre outras. Com isso o pesquisador olhará no mapa e determinará uma área que ele considera que deverá ser intangível. Ou ainda, que a área deve mesmo ser uma UC de proteção Integral. E essa será sua proposta no momento de participação: uma zona já traçada no mapa. Este pesquisador pode ter feito toda sua pesquisa sem consultar a população local. Afinal, na visão deste, se é uma UC de Proteção Integral, a população nem mesmo deveria estar ali.

Pois bem, esse pesquisador pode não se envolver com a população em momento algum. Mas, possivelmente irá à oficina de Zoneamento. Já que tem que ser participativo, ele precisará no mínimo defender sua proposta já pré-estabelecida.

Da mesma forma, em alguns casos, como presenciados na Juréia, a comunidade também se organiza e leva suas propostas pré-estabelecidas. No entanto, esta, em geral não conta com o mesmo “arsenal” de argumentos técnicos que os pesquisadores

detêm e a negociação torna-se desequilibrada. Desta forma, confrontos entre as populações locais e alguns pesquisadores são inevitáveis.

O desafio é avançarmos para uma construção coletiva onde não negociaremos a partir das várias propostas pré-estabelecidas e sim possamos construí-las juntos. Para tal os pesquisadores devem compreender a importância de cada demanda das comunidades e respeitar sua simbologia e saberes próprios. Da mesma forma, as populações locais devem respeitar e compreender a importância das pesquisas e dos atributos da natureza que as UCs pretendem proteger. Isso somente será possível através de uma relação dialógica entre os sujeitos.

A discussão e demanda em relação à pesca esportiva demonstra que as populações locais defenderão seus interesses argumentando ou buscando apoio para tal. É compreensível que uma família que dependa de certa atividade econômica defenda sua prática a qualquer custo. Porém, temos conhecimento acumulado suficiente para propor alternativas econômicas que possam satisfazer às necessidades materiais sem comprometer os atributos naturais das UCs.

Por algum tempo, Wilson e sua esposa demonstraram aspereza no relacionamento comigo. Até que organizei uma saída de campo de estudantes da pós graduação da ESALQ para a região da Juréia. Contratamos os serviços de Wilson nesta ocasião, para nos levar com seus barcos até alguns dos sambaquis localizados no interior da EEJI. A partir dessa ocasião, ele mudou sua forma de se relacionar comigo, possivelmente por ver concretamente outra forma de obtenção de renda, alternativa à pesca esportiva.

4.3 Poder de decisão

*A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte
A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer INTEIRO
E NÃO pela METADE*

(Comida - Arnaldo Antunes; Marcelo Fromer; Sérgio Britto)

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC certamente trouxe inúmeras contribuições em relação à participação social na criação, implantação e gestão das UCs, principalmente através dos conselhos gestores e das consultas públicas, respectivamente para participação social na gestão e na criação dessas áreas protegidas.

No entanto, as UCs criadas no estado de São Paulo entre os anos 1970 e 1980, na ditadura militar, ou nos anos que se seguiram à queda, que ainda sofriam efeito da postura autoritária do regime militar, não tiveram os atores locais envolvidos no processo de criação e gestão das mesmas.

A criação da EEJI é um desses casos, que não contou com a devida participação social, sendo uma articulação entre técnicos do governo e parcela do ambientalismo. Desde o princípio, as decisões acerca da inclusão ou exclusão de áreas, assim como a própria categoria foram escolhas políticas, segundo relatos de técnicos da época (Queiroz, 1992).

A recategorização da EEJI dando origem ao mosaico em 2006 foi fruto da organização e articulação de atores locais, principalmente através da OMJ. No entanto, a proposta original destes não foi aceita. Segundo relatos de pessoas tanto da OMJ como do OG que acompanharam o processo, as discussões foram muito polarizadas entre a forma como alguns dos técnicos do OG e da SMA com envolvimento antigo com a Juréia pretendiam propor para a área.

Os efeitos do não envolvimento efetivo dos atores locais na decisão do traçado do primeiro mosaico, certamente contribuíram para com os vários conflitos que existiram em relação aos limites dessas UCs. Divisões equivocadas no mar, pescadores de rio com amplos trechos de mar para pesca, divisão de propriedades, comunidades tradicionais já residentes nas áreas então categorizadas como de UCs de Proteção Integral, trilha no parque e cachoeira na ESEC, entre outras questões.

A influência das ONGs sempre esteve presente na Juréia, desde sua criação. Conforme alguns autores já constataram, em alguns locais da Juréia, ONGs ambientalistas são recebidas com hostilidade por muitos dos moradores locais, que em geral, confundem o ambientalista com o preservacionista radical (QUEIROZ, 1992, FERREIRA, 2001).

No final do ano de 2009, quando estava intenso o debate sobre a criação do novo mosaico, por algumas vezes, pessoas do OG, nos bastidores comentavam que sofriam muita influência dos ambientalistas. Nas conversas citavam uma ONG a Slave a Floresta Atlântica e dois ambientalistas, Marco Motta e José Paulo Sartoriano.

Quando o OG apresentou a nova proposta de mosaico, em novembro de 2009, sofreu muitos questionamentos relativos à inclusão de todas as comunidades em RDS. Um dos principais argumentos do órgão gestor para a não viabilidade de se atender à solicitação era a pressão que sofriam do movimento ambientalista e da academia.

O OG repetiu isso em todas as quatro reuniões como uma espécie de escudo para justificar posturas conservadoras. Os moradores em todos os locais questionaram que não deveriam ser ouvidos os ambientalistas e sim as comunidades. Na reunião do Despraiado, Gustavo em meio a suas argumentações quando mencionou que a ONG Salve a Floresta Atlântica era filha da ditadura, afirmou que os moradores da Juréia estavam lá há 400 anos e que não podem ser retirados.

A implementação do mosaico de 2006 parecia para muitos um novo momento em relação à participação social nas questões relacionadas à gestão da área. Presenciei antes de começar uma das oficinas do plano de manejo, em meio a uma conversa, um morador tradicional dizer ao outro que estava muito feliz por estar lá e que em 20 anos ele não havia participado de alguma coisa assim na Juréia.

Muitas pessoas locais participavam com muito entusiasmo das discussões. Muitas dessas, entretanto, pareciam não entender que no caso daqueles que continuavam em UCs de proteção integral, seu direito de permanência não era garantido. Os que tinham essa compreensão em geral eram os mais questionadores.

Moradores antigos relatam acontecimentos dos tempos em que guardas parques abriam painéis para ver se continha caça, entre outros abusos. Acredito que após tantos anos de opressão em relação à questão ambiental, o fato dos técnicos de hoje conversarem sorrindo e demonstrando atenção a essas pessoas, acaba dificultando-lhes compreender a real situação em que ainda estão. Desta forma quando algumas pessoas mais questionadoras tinham posturas mais radicais ao longo das discussões do plano de manejo, como era o caso dos membros da OMJ ou Sampaio da ONG Local (ONG local), entre outros moradores exaltados, os mesmos eram vistos por algumas pessoas como “baderneiros”.

Uma excelente ilustração para atos vistos como “baderna” ocorreu na oficina que reuniu todas as UCs do Mosaico em março de 2009. Logo na abertura, bastante polêmica, enquanto alguns informes eram dados e alguns acordos de convivência celebrados, o pessoal da OMJ que estava há alguns minutos parado ao lado de fora entrou, causando bastante alvoroço. Entraram num bando de gente distraído a todos e desconcertando os apresentadores, Miguel (colaborador da OMJ) ia filmando tudo e todos, aumentando o clima de suspense e tensão.

Neste momento Gustavo, integrante da OMJ, que é um sujeito grande pegou o microfone de Renatinho do TS, que é um sujeito pequeno. Este ficou tentando reaver o microfone, deixando a situação ainda mais tensa. Gustavo, ignorando Renatinho, falou sobre as demandas da comunidade que devem ser atendidas, que a forma como essa oficina e esse processo estava acontecendo não estava respeitando isso. Ressaltou que algumas demandas haviam sido direcionadas ao OG e não foram atendidas e apresentou mais algumas críticas.

Para ser sincero, torci para que ninguém da OMJ sentasse ao meu lado naquele momento ou ainda que me cumprimentasse, anotando tudo de cabeça baixa. Nesta etapa da pesquisa eu estava apresentando-me em público, relacionando-me igualmente

com os diferentes grupos de atores da arena pública e confesso que até mesmo eu fiquei constrangido com a situação tensa que se criou.

O clima ficou muito tenso e o moderador Rafael Amaro, contratado pela Academia para moderar as oficinas, contornou a situação pedindo para que as questões emergenciais fossem debatidas em canais específicos e que os trabalhos pudessem continuar. Começou a explicar a metodologia e a divisão dos grupos que se seguiria.

Novos protestos foram feitos, agora por Sampaio da ONG Local, dizendo que os moradores do Despraiado não estavam presentes e que deveria ser esperado por eles. O então gestor da RDS do Despraiado, Matias, disse que o OG disponibilizou uma van que foi no local e hora marcados e não encontrou as pessoas.

Mauro (presidente da OMJ) manifestou-se afirmando que as pessoas do Despraiado não foram para a oficina em protesto contra a condução da RDS, pois não estariam sendo atendidas as solicitações do conselho deliberativo.

Neste momento os ânimos se exaltam e o moderador Rafael tenta interromper a fala de Mauro que responde incisivamente:

“DEIXA EU FALAR RAFAEL!” E continuou:

Não é participativo não, foi entregue as informações em CD para as pessoas. Vocês acham que todo mundo que mora na Juréia tem computador? (...) faz 20 anos que a população vem sendo pisoteada, e não está bom não, por que em Parque e Estação Ecológica ninguém pode morar. (Mauro presidente de OMJ)

Luana (vice presidente da OMJ) manifestou-se dizendo que pediram o adiamento da data para que pudessem analisar e transmitir as informações do CD para a população. Ela falou sobre a posição da OMJ, de que todos os moradores da Juréia devem ser abrangidos pelas RDSs e sobre a necessidade de uma inversão na pauta para se chegar aos pactos. Ao fim da fala de Luana, Gustavo, sentado algumas fileiras atrás de mim, incentiva palmas e o salão aplaude.

Na oficina seguinte de Zoneamento, as discussões foram pautadas por confrontos e choques entre dois processos que correram em paralelo. De um lado o trabalho dos pesquisadores que já avançado os levava à oficina de zoneamento com

uma proposta para defender¹², de outro lado, o trabalho denominado pela OMJ de pré plano de manejo¹³. Ambos defendendo suas propostas e a população local evidentemente com o anseio de decidir.

Na oficina de zoneamento, logo no almoço do primeiro dia, parte dos moradores que se reconhecem como da OMJ reuniu-se para discutir suas impressões. Muitas pessoas manifestaram-se dizendo que os pesquisadores não estavam dando oportunidade deles colocarem suas opiniões, ou ainda que eles eram indiferentes a estas. Gustavo, após ouvir os presentes, manifestou-se dizendo que sua impressão era que os pesquisadores levaram tudo pronto apenas para que eles assinassem embaixo para dizer que era participativo.

Segundo Scherer-Warren (2001b), são múltiplas as possibilidades de participação nas políticas públicas, mas estas: *“... devem ser constantemente avaliadas pelos representantes da sociedade civil, para que sua participação não seja apenas usada como uma forma de legitimação dos desejos e interesses do poder instituído”*.

Após intensos debates e confrontos na oficina de Zoneamento, algumas questões aparentemente haviam sido decididas, como acesso à Cachoeira do Engenho e acesso das pessoas de fora às festas tradicionais ambas no interior da EEJI, acesso da Barra do Una a Iguape por Rio, para moradores, entre outras questões.

Luana, ao final desta oficina, disse-me que considerava que haviam ocorrido muitas conquistas, que a permissão da passagem por rio até Iguape foi um grande avanço, pois os moradores sempre faziam esse trecho escondidos e com medo. Disse que talvez, em vinte anos, fosse a primeira vez que a comunidade viu suas demandas minimamente atendidas.

Gustavo, ao apresentar na plenária final os resultados do grupo da EEJI na oficina, iniciou com uma homenagem a seu Peixe¹⁴, antiga liderança da Juréia que havia falecido há alguns anos atrás. Em meio à homenagem dizendo sobre os avanços conquistados e que seu Peixe não pode ver, Gustavo emocionou-se. Para alguns dos

¹² Ver sobre esse assunto na seção 4.2

¹³ Ver mais sobre esse projeto na seção 4.5

¹⁴ Nome Real.

presentes, esta manifestação poderia ser considerada como apenas mais uma de suas interpretações manipuladoras¹⁵.

Quando a ADIN foi aprovada, a OMJ e outras organizações locais somaram esforços na mobilização para que fosse novamente criado o mosaico e desta vez incluídas todas as comunidades. Nas várias situações de ação que acompanhei, a OMJ tentava influenciar a todo o momento a decisão com a proposição de audiências públicas na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), ou nos municípios de Iguape e Peruíbe.

Na ALESP, sempre tentando unir as comissões de meio ambiente e direitos humanos para discutir o assunto da Juréia, a OMJ através não apenas de Gustavo, mas de Mauro e Luana sempre trouxeram propostas e reivindicações dos moradores, principalmente da parcela que se sentiam parte do movimento da instituição.

No entanto, a decisão nunca esteve ao alcance dessas mesmas pessoas. Em algumas das reuniões que acompanhei de discussão entre as diferentes propostas, do OG e da OMJ, minha impressão era como se o Estado deixasse um espaço em sua agenda, para ouvir os cidadãos e nada mais. Quando a OMJ apresentou a proposta para o Secretário adjunto de Meio Ambiente do Estado e à Procuradoria Geral do Estado, a resposta que receberam foi: tentem outra reunião, acionem o ministério público.

Na mesma reunião, eu questionei onde seria o espaço de construção e participação coletiva na elaboração da nova proposta. A resposta de Borges do OG foi que essa é uma decisão política (grifo nosso) e que as audiências públicas serviriam para o OG ouvir diferentes propostas e depois decidir.

Respostas como essa suscitam muitas questões. Até quando será assim? Decisões políticas? Isso quer dizer que depende do que for conveniente em relação à política? E o meio ambiente? E as populações locais? Também ficam á mercê dos interesses do momento? Seria essa uma estratégia eficiente de preservação mesmo seguindo a lógica preservacionista? Talvez sim, enquanto os interesses políticos possam sustentar a visão preservacionista, no entanto nada garante que assim se perpetue.

¹⁵ Ver discussão seção 4.4

Nas audiências públicas, a proposta que o OG apresentou, foi praticamente a mesma que havia sido alvo de questionamentos e de inúmeras propostas de alterações quando foi apresentada na Juréia. A cada nova reunião, o OG ao apresentar sua proposta, afirmava que era para todos levarem propostas e que eles estavam apresentando a deles, partindo do primeiro mosaico e a solicitação era essa mesma, que os moradores locais apresentassem as suas. As pessoas diziam em toda reunião, audiência e na consulta pública, que queriam todas as comunidades em RDS. O OG continuava dizendo que sofria pressão do movimento ambientalista, da academia e que as pessoas deveriam levar propostas...

Em geral, além da estrada de acesso à Barra do Una e à Cachoeira do Paraíso que os moradores reivindicavam que fosse toda RDS, outra alteração que o OG resistia em aceitar era a inclusão das áreas de Gustavo e Mauro em RDS¹⁶. Em minha opinião isso se dava por questões pessoais, embora alguns dados ambientais estrategicamente selecionados pudessem sustentar os argumentos de que, do ponto de vista ecológico não é possível incluir essas áreas como RDS.

Novos conflitos relacionados aos limites territoriais do mosaico se anunciam. A expansão da RDS do Despraiado para onde o OG propõe, pode gerar um conflito futuro, uma vez que a área está sendo invadida e sofre fortes pressões de assentamentos externos à Juréia com os quais faz fronteira. Segundo relatos, já em 2010, moradores do Despraiado haviam se deparado com pessoas dessa área de invasão caçando nas áreas da comunidade.

Os moradores em suas reivindicações pediam para que nesta área fosse redobrada a fiscalização. Solicitavam também que a RDS abrangesse outra área, que envolveria comunidades de Rio das Pedras e Aguapeú. Embora não mencionassem, todos os atores da arena sabiam que deste modo também seriam incluídas na RDS, as áreas de Gustavo¹⁷.

A família de Mauro reside no Rio Verde, um dos locais mais belos da Juréia, apreciado por ecologistas e certamente pelos próprios moradores. Para esta área a OMJ propunha um segundo setor da RDS Barra do Una, ligado apenas pela trilha do

¹⁶ Ver mais sobre esse assunto na seção 3.2

¹⁷ Ver proposta dos moradores na seção 3.2 e anexos

Imperador. A família de Mauro é reconhecidamente uma das mais antigas da Juréia habitando a região há mais de 300 anos. Ou seja, neste caso não poderia ser alegado nem mesmo pelos opositores mais radicais da ocupação humana em UCs que esta família não poderia ser atendida por não ser tradicional. Uma das justificativas mencionadas nas arenas públicas para a não inclusão dessas famílias em RDS foi que não seria possível criar RDS para poucas famílias e que a área era de grande importância para a preservação.

Em face dessa situação, o OG está disposto a deixar essas pessoas permanecerem no local até o final de suas vidas, mas não admite para essa área a criação de UC de uso sustentável.

No momento que o OG apresentava suas propostas para o novo mosaico, Marcia Helena (OG) falou-me em particular, referindo-se à família do Mauro:

Léo, esse pessoal só quer falar de uso, de uso. Mas e a conservação? Como fica? (...) eles estão preocupados com a família do Mauro no Rio Verde, mas nós não desapropriaremos essas pessoas, Prioridade zero! Elas poderão ficar lá o resto de suas vidas... (Mauro – Presidente da OMJ)

Deixam que fiquem, na esperança de que vão embora. Como tem sido feito na maioria das UCs de Proteção Integral do Estado com pessoas em seu interior. Restringem-se às assistências básicas e os serviços públicos, como postos de saúde, escolas, vias de acesso. Nesse contexto, pouco a pouco os jovens vão para as cidades próximas, deixando seus pais na floresta, enquanto esses envelhecem e morrem. Assim, pouco a pouco a floresta vai perdendo seus moradores, as pessoas que se identificavam com ela. As florestas então ficam livres para a ação de palmiteiros e caçadores.

Mauro não quer apenas que seus pais possam permanecer na área até a morte. Quer que seus filhos possam criar seus netos na área se assim o desejarem, com condições de trabalhar de forma sustentável e obter retorno econômico do local.

Em algumas conversas, Mauro me falou sobre as expectativas para trabalhar de forma sustentável, com turismo, manejo de palmito e caixeta caso a área fosse recategorizada para RDS¹⁸.

Certamente algumas ONGs ambientalistas do estado influenciaram nas decisões embora não tenham ocupado os espaços de participação. Isto pôde ser notado nas várias falas públicas e nos bastidores, sobre a influência na decisão dos assim chamados ambientalistas.

Os espaços de participação são uma conquista da sociedade civil organizada, fato que começou a ser experimentado com a abertura política pós-ditadura. No caso da Juréia, esses espaços de participação, sejam as reuniões de conselho, as oficinas de plano de manejo, as audiências e consultas públicas entre outros, foram intensamente ocupados por atores locais que são diretamente afetados pelas idas e vindas das políticas ambientais.

No entanto os ambientalistas, representados em geral pela figura de algumas ONGs da capital não se fizeram presentes nestes espaços. Embora continuem, como há mais de vinte anos atrás, a influenciar a decisão junto aos órgãos gestores e governantes do estado. Esta parcela do ambientalismo utiliza o que podemos chamar de *lobby*, buscando influenciar quem quer que esteja no poder. Porém, o fato de não representar o povo, não agindo de modo associado a um processo de discussão e acúmulo na sociedade sobre a recategorização da Juréia, para que defenda essa proposta através de suas táticas de *lobby*, nos leva a crer que essa parcela do ambientalismo porta-se como o que Maristela Bernardo (FUNDAÇÃO FRANCISCO, 1995) chamou de “nova elite”, atrelada às instâncias de poder, mas descolada da sociedade que diz defender e cujos interesses alega representar.

Também não podemos chamar essa parcela do Ambientalismo de articulista como Scherer-Warren (2001) define, já que esses ambientalistas não cumprem a ponte entre a sociedade e o Estado. Pelo contrário, em suas estratégias e ações, defendendo posturas preservacionistas, muitas vezes contrariam os resultados dos próprios espaços de participação, que foram uma conquista popular.

¹⁸ Ver mais sobre este assunto na seção 4.5

Muito se fala, inclusive por parte dos ambientalistas, que as pessoas precisam exercer sua cidadania. Segundo Dalari (2001), o período final da revolução francesa foi quando o termo cidadania passou a ser utilizado amplamente, representando a liberdade, igualdade e participação garantida na decisão sobre os assuntos que interessavam ao povo. Segundo o mesmo autor, naquela época pensava-se que:

O comando político deveria caber à cidadania, composta por cidadãos e cidadãs, todos livres e iguais, não se admitindo que, como pessoa e membro da cidadania, alguém fosse superior ou inferior a outro. Todos deveriam ter, igualmente, o direito de participação nas decisões de interesse social, não tendo qualquer importância a origem social, o nome da família, as condições econômicas, a profissão, a cor da pele, o lugar de nascimento ou qualquer outra circunstância que quisesse utilizar para estabelecer discriminações sociais e privilégios políticos ou legais. (DALARI, 2001: 101-2)

No século XX, a cidadania já estava presente nos anos 80 na luta pela redemocratização e na carta constituinte de 1988, nos direitos civis e políticos, assim como nas lutas populares por melhorias na qualidade de vida urbana. Já nos anos 90 foi incorporada nos discursos oficiais e reinterpretada. Aproximou-se mais do ideal de participação civil, exercício de civilidade, responsabilizando socialmente os cidadãos de forma igualitária via parcerias nas políticas governamentais (GOHN, 2004).

No entanto, já a partir do século XVIII passou-se a ter uma nova categoria social privilegiada, denominada por vezes de burguesia, a qual passou a ter o poder de decidir o que é legal, justo e conveniente para a sociedade (DALARI, 2001).

No contexto das áreas naturais vimos que historicamente, instituições fundadas e mantidas por pessoas das elites intelectuais sempre influenciaram as decisões e legislações sobre meio ambiente. No entanto, essa é uma reivindicação cada vez mais levantada por moradores locais atingidos por tais políticas.

A abertura política possibilitou a conquista de espaços de participação e fortalecimento das causas populares e que ambientalistas ocupassem cargos no governo. No entanto, os governantes por vezes resistem a compartilhar as decisões com os grupos historicamente excluídos. Da mesma forma, os ambientalistas que conquistaram influência política, apresentam a mesma resistência. Evitam compartilhar a influência que conquistaram como se isso os levasse a perder espaço, prestígio e

assim evitam a dificuldade de sustentar seus conceitos nas arenas públicas de embates e a necessidade de revê-los.

Sendo assim, o discurso da participação está presente nos processos da Juréia e em outros que envolvem populações humanas em UCs. No entanto, essas populações não querem apenas participar. Querem decidir. Querem ser agentes na construção de seu amanhã.

Quando incluímos outras visões nas tomadas de decisão, elas podem levar os processos para direções diferentes das que um ou outro de seus participantes inicialmente idealizou. No entanto o resultado final será socialmente legítimo.

O artigo 1º da Constituição brasileira diz que todo poder vem do povo e será exercido ou através de representantes ou diretamente. Muitos povos evidenciaram a descrença em sistemas onde as pessoas apenas participam através de representantes, pois o povo quer participar diretamente das decisões que lhes interessam (DALARI, 2001).

Em relação à Juréia, podemos entender que a vontade da população local em fazer parte da decisão sobre a nova proposta do mosaico, pode ser considerada como a vontade de exercer plenamente sua cidadania, participando das decisões em relação à gestão da área em que habitam e conseqüentemente, da construção de seu futuro. Presenciei em determinado momento desta pesquisa a discussão da possibilidade de optarem pela iniciativa popular, quando Gustavo sugeria em algumas reuniões que eles mesmos propusessem o novo projeto de lei para mosaico.

No entanto, as ações de parcela do movimento ambientalista, que se portava segundo o que podemos chamar de burguesia ou nova elite, e de outros atores de visão preservacionista, impediam que os atores locais tivessem sucesso em suas empreitadas. Os moradores estavam mobilizados em torno das arenas públicas e tentando influenciar os governantes, seguindo a mesma estratégia de lobby. No entanto, quem tem influenciado a decisão é uma parcela do movimento ambientalista e uma parcela da academia. Estas sustentam uma postura preservacionista e contribuem para que as decisões sobre as áreas naturais protegidas continuem como há mais de vinte anos atrás, no caso da Juréia, sendo tomadas nos gabinetes.

Os moradores da Juréia apresentam divergências, contradições e não necessariamente correspondem ao ideal de sociedade ou de população tradicional que possamos ter¹⁹. No entanto, a organização local se mostrou extremamente atuante e motivada na formação dos sujeitos que se identificam com a proposta das RDSs²⁰. A inclusão efetiva do olhar dos atores locais na tomada de decisão, com mecanismos claros e legítimos, certamente levará a que resultados mais efetivos para a conservação sejam alcançados.

¹⁹ Este assunto é abordado em maior profundidade na seção 4.1.2

²⁰ Este assunto é abordado em maior profundidade na seção 4.5

4. 4 Legitimidade do movimento pela recategorização

*Em cada cabeça um mundo
Cada vida uma escritura
Cada idéia uma leitura
Cada capítulo uma história
Em cada página de glória
Tem uma mancha que invade
Pra cada voz da verdade
Outra diz talvez não seja
Pra cada boca que beija
Tem outra que roga praga
Pra cada mão que afaga
Tem outra mão que apedreja.
(12 linhas - Siba e a Fuloresta)*

Queiroz (1992) constatou que os moradores da Juréia apresentavam muitas diferenças e divergências entre si. Constituíam-se em uma unidade política naquela época, apenas nos embates contra ambientalistas e Estado. Fora desse contexto não apresentavam uma verdadeira coesão, sendo que muitas das comunidades sequer interagiam entre si, até a criação da EEJL.

A partir de 1989 vários moradores expressavam descontentamento com a fiscalização que estava aumentando e incidindo sobre as práticas e modos de vida dos moradores. Isto contribuiu para a consolidação do movimento em defesa dos moradores, que se materializou através da OMJ – Organização dos Moradores da Juréia, criada em 1990 pela união de várias associações de bairros (QUEIROZ, 1992).

Entre as atribuições da entidade estavam identificar e encaminhar as demandas comuns dos bairros (a primeira seria a exclusão das posses e propriedades da EEJL, ficando apenas sob efeito do tombamento); proteger o meio ambiente e valorizar o modo de vida da população local, garantindo seus meios de subsistência; incentivar técnicas de manejo adequado dos recursos naturais; não apoiar atividades de especulação imobiliária; entre outras atribuições de caráter social e ambiental (QUEIROZ, 1992).

O primeiro presidente e uma das principais lideranças da OMJ foi Gustavo da Costa Junior. Ele cresceu em São Paulo capital e freqüentava a Juréia com seu pai desde criança, onde a família possuía duas fazendas que somavam 1500 ha. Gustavo herdou as terras do pai em 1980, quando se mudou para Iguape e começou a trabalhar

com manejo de palmito e caixeta. Com a criação da EEJl as práticas de manejo que Gustavo desenvolvia começaram a sofrer restrições.

Gustavo apresentou inúmeras propostas à SEMA na negociação para regularizar suas ações. Até que conseguiu assinar um termo de compromisso no qual regularizava sua atividade que havia sido considerada pela Coordenadoria de Proteção dos Recursos Naturais (CPRN) como de extrema importância para a pesquisa sobre manejo sustentável de palmito (QUEIROZ, 1992).

Em 1989 o relatório da fiscalização da CPRN afirmou que Gustavo desrespeitou o termo de compromisso ao extrair palmito da mata virgem e construir abrigos para caça em sua propriedade. Posteriormente, técnicos da SMA levantaram suspeitas quanto à veracidade dos títulos das terras que Gustavo herdou de seu pai (QUEIROZ, 1992).

Gustavo apresenta conflitos históricos com ambientalistas e técnicos do governo principalmente por ser uma pessoa sempre propositiva e muito articulada em busca de garantir o uso de suas áreas. Na época, não era muito empregada a expressão “uso sustentável” e Gustavo já apresentava suas ações sustentáveis em alguns eventos (QUEIROZ, 1992).

No entanto, segundo Queiroz (1992), naquela época alguns ambientalistas já viam Gustavo como um oportunista que manipulava as comunidades em favor de seus interesses pessoais (QUEIROZ, 1992). Essa fama teria gerado a antipatia de alguns ambientalistas pela própria OMJ. Outros pesquisadores que passaram pela Juréia também expressaram desconfianças em relação à legitimidade da liderança de Gustavo e da própria OMJ (FERREIRA, 1996).

Na primeira metade da década de 1990, a OMJ através da figura de Gustavo, já se manifestava em fóruns e debates sendo apontado como um dos movimentos de moradores mais organizados no Vale do Ribeira (FERREIRA, 1996). Nessas ocasiões, Gustavo já sustentava o discurso de que as políticas de conservação, da forma como estavam sendo elaboradas, não contribuíam para a conservação dos recursos e prejudicavam a vida dos moradores locais. Em sua opinião, estes, ao invés de se tornarem parceiros e fiscais da natureza, tornavam-se indiferentes à exploração de invasores clandestinos (FERREIRA, 1996).

Gustavo também questionava os critérios que foram utilizados para a criação da EEJI. Em 1994 já falava em mosaico de UCs com várias categorias, possibilitando que as pessoas ficassem na área. Gustavo defendia que as populações locais deveriam ser parceiras da conservação, que o Estado não tinha condições de fiscalizar, que a atitude do Estado não poderia ser truculenta e policialesca, pois haviam acabado de sair de um regime militar, era necessária outra postura (FERREIRA, 1996).

Gustavo, por ser proprietário de grandes áreas na Juréia, ter interesses óbvios no uso de suas áreas e por ser uma pessoa que não condizia com o ideal de tradicionalidade que embasa as políticas ambientalistas, sempre foi alvo de críticas, suspeitas e especulações.

Vinte anos depois do início desta luta, após muito convívio entre técnicos e lideranças, as pessoas mantêm relações diplomáticas. No entanto, os questionamentos em relação à legitimidade da OMJ e das reivindicações sobre a recategorização da área de todas as comunidades para RDS eram constantes ao longo dos embates travados nas arenas.

Um exemplo ocorreu na atividade de sócio-drama realizada na oficina de Programas do Plano de Manejo das UCs do primeiro mosaico, em maio de 2009. Nesta atividade, cada ator local interpretou o papel de outro ator. Gustavo interpretou o gestor da UC, Lourenço do OG organizou algumas pessoas que representaram as lideranças locais e outras pessoas interpretaram outros papéis.

Lourenço, em minha interpretação, insinuou na encenação ser Gustavo que se organizava com outras poucas pessoas que representaram a diretoria da OMJ. Lourenço juntava-se com mais duas ou três pessoas ia para o lado, cochichava e voltava em pouco tempo dizendo:

“Nós! a comunidade da Juréia! Nos reunimos, e a COMUNIDADE da Jureia decidiu que” ... e dizia algo referente ao que estava sendo discutido.

Gustavo por sua vez, em sua interpretação portava-se como um gestor que atendia a todas as demandas da comunidade, que dialogava e procurava resolver os conflitos que surgiam na interpretação. Em geral atendia às demandas da comunidade sem questionamento e dizia para Lourenço: “se vocês decidiram, por mim está bom”.

Lourenço, em meu entendimento, insinuava que as lideranças tomavam decisões por elas mesmas e não eram representantes de fato do povo. Essa visão, como dito, de fato representa a visão de muitos dos técnicos do OG, e de pesquisadores que já passaram pela Juréia.

Ao iniciar o trabalho de campo desta pesquisa eu pouco sabia realmente sobre o contexto da Juréia. Embora já tivesse ido para lá antes da pesquisa diversas vezes para lazer, aulas de campo na graduação, estágio de monitoria de trilhas, entre outras, o que sabia era o contexto geral de conflitos envolvendo populações locais e UCs de proteção integral. Não sabia de muitos detalhes ou ainda não conhecia os atores-chave desta arena de disputa que é travada há vários anos.

Por um lado esse desconhecimento fez com que eu levasse mais tempo para entender quem é quem nessa arena. Por outro lado, isso permitiu que meu olhar não fosse influenciado pelo olhar de tantos outros que já escreveram sobre a Juréia e sobre esses mesmos atores com os quais eu interagi e pesquisei ao longo deste tempo.

Gustavo foi uma das primeiras pessoas com quem fiz contato e este se mostrou muito disposto a se aproximar e saber mais sobre minha pesquisa. Logo no início da coleta de dados acompanhei uma reunião com a coordenação da OMJ para planejamento de algumas oficinas que aconteceriam como parte do projeto Pré Plano de Manejo²¹.

A primeira impressão que tive de todos foi muito boa, Gustavo, Luana e Mauro, além de Lobão e outros colaboradores. Fiquei muito entusiasmado ao ver os atores locais articulando-se e preparando a execução de um projeto próprio. Mas logo na segunda ida a campo, presenciei desentendimentos e conflitos entre moradores das diferentes regiões da Juréia com a OMJ, o que me causou preocupação, uma vez que estava me aproximando consideravelmente deste grupo.

Durante o trabalho de campo, diversas vezes as diferenças e divergências entre os moradores estavam evidentes. Em muitos dos casos, as divergências e contestações direcionadas às lideranças do movimento pela recategorização aparentavam dever-se a mal-entendidos, à falta de informação ou ainda a questões

²¹ Ver mais sobre esse projeto na seção 4.5

pessoais. Um dos conflitos que presenciei ocorreu às vésperas do início do projeto de Pré-Plano de Manejo.

A diretoria da OMJ e alguns colaboradores estavam reunidos na casa de um deles para planejarem as atividades que aconteceriam no dia seguinte. Eu combinei de encontrá-los para atravessar o rio que dava acesso ao local onde se reuniriam. No entanto, cheguei atrasado e não pude atravessar. Permaneci no bar, na outra margem do rio, onde estavam dois moradores e a dona do estabelecimento. Embora eu não soubesse, momentos antes ocorrera uma discussão entre os membros da OMJ e as pessoas que lá estavam.

Mencionei que ia à reunião com o grupo e que estava realizando uma pesquisa. A dona do bar, dona Marlene, logo se pronunciou dizendo que estava indignada, pois agora tinha repórter na Juréia! E nem foram falar com ela que é moradora antiga de lá. Disse que essas pessoas se reúnem e decidem as coisas do jeito deles. E quem era aquele baixinho com pose de caçara? Quem ele pensa que é? Marcelinho, um dos moradores presente também se pronunciou criticando a Luana da OMJ e defendendo as opiniões de dona Marlene.

Após algumas críticas, que só ouvi sem me posicionar, começamos a conversar sobre a Juréia. Conversamos sobre vários assuntos. Perceptivelmente Marcelinho estava bem desinformado sobre a recategorização enquanto Juca (filho de Dona Marlene) aparentava estar um pouco mais informado, pois sabia sobre as oficinas de elaboração do plano de manejo e tinha algumas informações sobre as reuniões de conselho.

Após uma conversa de aproximadamente uma hora e meia, os participantes da reunião da outra margem do rio retornaram. Quando chegaram, todos nos cumprimentaram, pediram copos e cerveja e começaram a conversar e a beber conosco. Fiquei numa situação um pouco embaraçosa diante de Marcelinho e Juca que haviam acabado de criticar essas mesmas pessoas para nós. Em determinada conversa, Marcelinho tentou se integrar ao grupo recém-chegado e Luana perguntou se agora ele estava “mais calminho”. Marcelinho disse que iria nessa tal reunião sobre a qual eles estavam comentando. Luana disse que seria bom que ele fosse mesmo, especialmente ele, que mora na reserva.

Enquanto a maior parte das pessoas estava conversando na parte externa do bar, Frederico (colaborador da OMJ) ficou no balcão conversando com dona Marlene. Estava explicando melhor as oficinas de pré-plano de manejo que aconteceriam, pois uma delas seria realizada bem próxima a este local.

Em ralação à passagem acima, gostaria de mencionar que o repórter ao qual a senhora se referiu na verdade não era repórter e sim Miguel um profissional de filmagem que é colaborador da OMJ. Ele mora em Iguape e sua família tinha propriedade no Prelado. Este registra as ações da OMJ há algum tempo. O baixinho com pose de caçara a quem a senhora se referiu era Mauro, morador tradicional da Juréia presidente da OMJ. Pelo que entendi, os membros da OMJ e colaboradores pararam no bar para divulgar que aconteceria a oficina do Pré-Plano de Manejo. Não identifiquei por quais motivos teria começado a discussão entre essas pessoas.

Mauro, ao final, enquanto Dona Marlene ainda fez alguns questionamentos falou:

“é por essas picuinhas que os caçaras estão onde estão”!

Acompanhei a execução de uma das rodadas de oficinas do projeto de Pré-Plano de Manejo realizado pela OMJ. Nesta ocasião, Gustavo não estava presente por motivos de saúde. Luana, em determinado momento avaliou que isso era bom, para que as pessoas vissem que a OMJ não era o Gustavo e sim constituída por todos eles, moradores da Jureia.

Durante a execução das atividades, algumas das falas mostraram-se um pouco confusas. Em alguns momentos, os moderadores das atividades expressavam suas posições de forma direcionada. Uma das moderadoras, certa hora afirmou que o objetivo era a recategorização de todas as áreas e que todos possam ficar. Mauro falou que o objetivo da OMJ é a recategorização e que todos têm que estar do lado deles, a comunidade e academia (olhou para nós) e continuou o discurso.

Falou ainda que se até agosto não tivessem o plano de manejo, que este (que estava sendo elaborado por eles) poderia ser usado como emergencial. Não ficou claro para mim se a estratégia da OMJ era em princípio incentivar a participação das pessoas no plano de manejo ou não, pois em nenhum momento das atividades que acompanhei, divulgou-se a realização das oficinas que seriam conduzidas pelo OG, Academia e TS. Cheguei a pensar que as pessoas que estavam ali presentes poderiam estar

confundindo o que era um processo e o que era outro e que poderiam estar sendo manipuladas pelas lideranças.

O decorrer da história, com olhar mais cuidadoso e mais próximo, me demonstrou que eu estava errado na maior parte de minhas primeiras impressões. A maioria dessas mesmas pessoas que eu acreditava que estavam sendo manipuladas participou ativamente das oficinas para o Plano de Manejo e das mobilizações que se seguiram para pressionar a criação do mosaico e ampliação das RDSs.

O projeto da OMJ proporcionou aos participantes, entendimento sobre o que estava realmente acontecendo, familiaridade com o assunto, com os métodos e materiais de oficinas, como mapas e trabalhos em grupo. Além disso, também incentivou que as pessoas se colocassem e manifestassem suas opiniões e participassem das mobilizações para fazer frente ao modelo de preservação que há muitos anos interfere, diretamente, na vida dessas pessoas.

Depois de ter acompanhado a primeira rodada de oficinas escrevi uma mensagem eletrônica para Luana, a pedido dela, colocando algumas opiniões de forma cautelosa. Disse que notei a preocupação dela e dos demais em não influenciar as pessoas nos debates e discussões, mas que por algumas vezes isso aconteceu. Comentei também que via no projeto deles uma excelente oportunidade para gerar uma participação qualificada dos atores locais na elaboração do Plano de Manejo das UCs e que uma articulação com TS e equipe da Academia com a finalidade de aproximar os dois processos seria interessante.

Não recebi resposta a essa mensagem. Fiquei preocupado se teria sido mal interpretado. Algumas semanas depois, soube que ocorrera uma reunião entre OMJ, TS, Academia e OG para articular o projeto deles com a construção do Plano de Manejo. Posteriormente, Luana me informou que houve resistência a que os dados do Pré-Plano de Manejo fossem efetivamente incorporados.

Em relação aos conflitos e desentendimentos internos na arena dos moradores da Juréia, desde a primeira vez que fui à barra do Una, ouvi de lá críticas e informações desencontradas sobre as pessoas da OMJ. Na reunião do conselho que acompanhei, em fevereiro de 2009, o gestor anunciou que seria substituído o conselheiro da OMJ, pois Pietro, que era da Barra do Una e representava a OMJ, havia saído da diretoria da

mesma. Pietro nesta ocasião manifestou-se questionando a legitimidade da OMJ afirmando que esta possuía mais pessoas de fora do que da própria Juréia.

Posteriormente soube que este morador havia se desentendido com Gustavo e que a Barra do Una já havia se desligado do movimento em meados da década de 1990, quando entraram com uma tentativa de desafetação da vila da EEJL, de forma isolada, independente da OMJ. Pietro, diversas vezes em reuniões, oficinas e audiências públicas manifestou-se dizendo que a OMJ não era representativa, que não representava a todos. Em uma das ocasiões, questionou a eleição da OMJ, afirmando que ninguém havia participado. Essa afirmação foi contestada por outra moradora, segundo a qual ele próprio estava presente e teria votado na eleição em questão.

Na ALESP, quando se discutia a ação do ministério público para desocupação da Juréia, este morador novamente afirmou para a Defensoria Pública que a OMJ não representava a todos os moradores da Juréia e que uma liderança não podia ser auto-intitulada. Neste momento Mauro falou: *“se o Pietro não quiser participar que não venha! Mas uma pessoa não pode desmobilizar um movimento de mais de 20 anos.”*

Após sua fala, vários dos moradores presentes cumprimentaram Mauro, concordando com suas colocações.

Em algumas discussões que acompanhei, presenciei afirmações de que as pessoas da Barra do Una teriam abandonado novamente a articulação coletiva após a recategorização da Vila como RDS. Margarete, moradora da área que era parque no mosaico de 2006 em uma reunião de articulação para a criação do novo mosaico, falou:

Não existiu o mosaico porque ficamos sentados. E antes de criar o mosaico estávamos todas as comunidades juntas e depois se separaram (...) agora é o melhor momento para as comunidades se unirem (...) quando agente se mobiliza, não pode mais separar por que agora sou parque ou RDS.

Queiroz (1992) constatou que a maioria dos moradores da Juréia era, na época de sua pesquisa, favorável à ESEC, desde que nas áreas dos outros. Sendo assim, não é de se estranhar que existam desentendimentos e conflitos internos entre moradores da Juréia e a OMJ.

Alguns técnicos e pesquisadores envolvidos com a Juréia, por várias vezes presenciaram desentendimentos entre os moradores e questionamentos sobre a

legitimidade da OMJ. Isso, somado a tudo o que já foi dito e escrito sobre esses atores, certamente influenciou a visão do OG para com as demandas da OMJ de recategorização para RDS das áreas de todas as comunidades.

Essa desconfiança pode ser ilustrada na fala do secretário adjunto de meio ambiente do estado para Mauro, quando aquele questionou se todos os moradores que a OMJ defendia que ficassem em RDS, sabiam o que era uma RDS.

Na primeira vez que vi Gustavo em uma oficina do plano de manejo, a impressão que tive, foi semelhante à visão preconceituosa dos técnicos e outros pesquisadores que já passaram por lá. Gustavo é uma pessoa muito extrovertida e por vezes ousado. Ele sempre pegava o microfone nas ações desenvolvidas na arena pública. Suas atitudes me remetiam ao estereótipo de um animador de platéia. Ele costuma iniciar suas falas dizendo frases como: Bom dia Comunidade! Para quem olha de fora e talvez até para alguns de dentro, de fato pode parecer uma encenação.

Fiquei com essa impressão por um bom tempo também, até conviver com mais proximidade e observar que ele porta-se desta forma também com o dono do bar, com a moça do supermercado, com o pescador de manjubinha, com o policial rodoviário e com amigos.

Certa vez reforcei o convite feito pela OMJ a um companheiro ambientalista da academia para que este participasse de uma audiência pública que discutiria a inclusão das comunidades em RDS. Este me disse temer que com sua participação na audiência ou com a assinatura de um abaixo assinado preparado pela OMJ em resposta ao dos pesquisadores da Academia, com intuito de ajudar o morador tradicional, acabasse a serviço dos latifundiários. Ele estava se referindo à extensão das terras da família de Gustavo.

Eu que também não tinha minhas opiniões muito formadas nessa época, escrevi uma mensagem eletrônica para Gustavo, questionando qual o tamanho de sua área e por que ele não deixava claro nas audiências públicas que ele queria que a RDS abrangesse sua área também, ao invés de ficar dizendo que era para as famílias da região onde a propriedade dele estava.

Gustavo me respondeu dizendo que a terra dele tinha 1500 ha e que não era maior do que a de outros, que têm terras na Juréia do mesmo tamanho. Disse que

freqüentava a Juréia desde os quatro anos de idade e que seu pai o ensinou que a floresta era uma “indústria viva”, bastava saber cuidá-la que ela sempre produziria. Gustavo comentou que nesses anos de luta ele já foi chamado de “bicha”, “maconheiro”, “palmiteiro”, “latifundiário” entre tantas outras coisas. Mas que enquanto sustentam esse discurso, as pessoas da Juréia que ele conhece desde criança estão cada vez piores, morrendo ou indo embora sem ter condições de criar seus filhos. Disse que teve que abandonar suas práticas em seu sítio, mas que toda vez que vai lá derruba barracos de caçadores e vê vestígios de palmiteiros que estão cortando os palmitos que ele plantou há anos atrás.

Em 2011, às vésperas de uma reunião da OMJ com o novo secretário de meio ambiente do Estado de São Paulo, conversei com Gustavo. Novamente o questionei sobre deixar clara a intenção de que a RDS abrangesse a área dele ao invés de sustentar o discurso sobre as famílias de Rio das Pedras e Aguapeú. E novamente ele me disse:

Mas não sou só eu! Tem outras famílias lá também! Hoje tem apenas cinco famílias, mas existiam mais, pega os cadastros antigos para você ver. As pessoas foram embora por conta dessa política ambiental que não as deixa sobreviver em suas áreas. E é nessa região que ainda tem gente tirando palmito hoje na Juréia. (conversa por telefone em junho de 2011)

Gustavo, em um depoimento durante as articulações que se seguiram à ADIN, disse-me que a pessoa que comandava a maior extração de palmito na Juréia, possuía carreta, caminhonete e mais de 40 pessoas trabalhando para ela no corte ilegal. Essa pessoa havia dito que para ela, RDS não seria bom, não. Que preferia que ficasse como ESEC. Nesta ocasião Gustavo concluiu dizendo:

.. você acha que a Estação Ecológica vai conseguir preservar alguma coisa? Ele não quer que seja RDS por que todo mundo sabe o que ele faz, mas ninguém fala nada, por que não é meu mesmo, então para mim tanto faz... (Depoimento de Gustavo em novembro de 2009)

Durante o desenvolvimento dos trabalhos desta pesquisa, como outras pessoas, eu tendia a confiar nas lideranças caiçaras, Mauro e Luana, que eram locais e representavam o que idealizamos como liderança local. No entanto, eu não poderia

negar, mesmo no início da pesquisa, que Gustavo certamente cumpriu um papel importante em formar e politizar o movimento na Juréia.

Luana entre os dias em que acompanhávamos a apresentação da proposta de novo mosaico, elaborada pelo OG, em meio a uma conversa, me contou que estava surgindo uma situação delicada no Despraiado. Havia um jovem que estava falando mal da diretoria da OMJ. Alegava que eles desviavam o dinheiro que recebiam, para ir a todas essas reuniões que freqüentam e para desenvolver esses projetos, entre outras acusações. Segundo ela, em uma reunião da OMJ no bairro do Despraiado, eles tocaram no assunto pedindo que a pessoa se manifestasse publicamente e fizesse suas acusações diretamente a eles.

O jovem pronunciou-se re-afirmando as acusações de que eles recebem para o que fazem. Segundo o relato, Gustavo ao se manifestar disse que não era rico, mas que tinha a situação financeira resolvida e que na maioria das vezes usa dinheiro próprio para pagar gasolina e pedágio para eles poderem se deslocar de um lugar a outro e que estavam sempre correndo atrás de vereadores que pudessem apoiar com aluguel de van e ônibus. Mauro por sua vez, disse que estava pior do que o jovem, pois este poderia assumir um emprego. Enquanto ele, há vinte anos estava nessa luta pelo que é de todos da Juréia. Disse que dormia hoje na casa de um e amanhã na casa de outro e que, na maioria das vezes, depende de favor e boa vontade para almoçar aqui e jantar ali.

Segundo Luana, os esclarecimentos foram importantes e geraram mais união no Despraiado. Quanto ao referido Jovem, a partir desse dia identificou-se com o movimento e passou a dizer que iria acompanhar as audiências em São Paulo.

Lembro-me que durante as pesquisas de campo, ao presenciar pessoas da própria Juréia criticando a OMJ, muitas vezes essa atitude me parecia fruto de falta de informação ou pontos de vista equivocados. Hoje, já tendo conhecido muitas outras lideranças de comunidades na Mata Atlântica e na Amazônia, vejo o quanto é comum as lideranças serem alvos de críticas, intrigas, fofocas e outras questões que dificultam o alcance dos objetivos comuns. Não quero dizer aqui que as lideranças são pobres injustiçadas. Até mesmo por que é fato que em muito locais existem exemplos de lideranças que se corromperam.

Mas em relação à Juréia, minha percepção é que muitas das impressões que as pessoas têm ao avaliar superficialmente a situação local geram especulações quanto à legitimidade da OMJ. Estas especulações podem ser convenientes para reforçar os argumentos dos preservacionistas, mas não ajudarão na implantação do uso sustentável nas áreas naturais.

Quanto à legitimidade do pedido de RDS, não tenho dúvidas que grande parte dos moradores locais não sabe o que é uma RDS ou o que de fato pode ser feito de forma sustentável na região. E essa é uma realidade que a OMJ tentava transformar a cada uma de suas ações, buscando trazer informações e capacitar os moradores locais. No entanto, enfrentam barreiras entre os próprios moradores. Parte dessas, considero históricas, e parte certamente decorre da influência da própria visão que pesquisadores, ambientalistas e técnicos do governo possuem de Gustavo e outras lideranças. Elas acabam por influenciar a visão dos próprios moradores, principalmente os mais simples e com menos informação.

Em minha análise, os questionamentos em relação à legitimidade da OMJ e o histórico preconceito dos pesquisadores e técnicos, sem sombra de dúvida, influenciam as decisões sobre a abrangência das RDS. Principalmente no que concerne a não envolver as terras de Gustavo e Mauro, como se assim fosse feito justiça. Afinal, Gustavo é morador não tradicional, supostamente manipulador de pobres inocentes e Mauro, embora caçara, filho da terra, de família de mais de trezentos anos na região, é conivente com o suposto vilão. Sendo assim, terá que pagar o preço em nome da preservação. Como se a gestão das UCs fosse responsável também, por reorganizar a lógica social local, segundo seus próprios critérios e idealizações.

Em todos os eventos que acompanhei realizados pela OMJ ou em que esta se fez presente, ao final, a diretoria incentivava uma rodada de avaliação, onde as pessoas expressavam suas impressões e sugeriam encaminhamentos. Pude notar nesses momentos, que Gustavo, Mauro e Luana, deixavam sempre as pessoas falarem suas opiniões antes de se manifestarem. Em parte isto ocorria pelo papel de consolidar os encaminhamentos, mas em parte pela preocupação de que todos se expressassem. Luana sempre motivava as mulheres à participação e a falarem, pois segundo ela: “se

não, depois as pessoas pensam que é só o Gustavo, Mauro e eu que pensamos assim”.

Em depoimento recente, Gustavo me informou que estava um pouco distante da OMJ por conta de projetos pessoais no município de Iguape onde está como presidente de um partido político. Declarou que pretendia mudar a realidade do município, pois em sua opinião, o poder municipal precisa ser fortalecido, sendo este poder é que deveria, segundo ele, comandar o território. Gustavo defendeu um governo onde as pessoas façam parte dos processos e possam exercer a cidadania plena. Afirmou que as propostas da OMJ, historicamente, “batem de frente” com o modelo de ambientalismo que se formou no estado, mediante a ação da “Salve a Floresta Atlântica” e do ambientalista Sartoriano, que segundo ele estão preocupados com a elite e *“querem manter o status quo”*.

Disse que a partir de uma reunião que tiveram e de telefonemas trocados com o novo diretor do OG, está com a impressão de que *“o Estado passará por cima de tudo e fará da forma dele”*. Gustavo afirmou que os que são contra a proposta de RDS, não permitirão que o uso sustentável aconteça. Afirmou que as RDSs da Juréia existiram por três anos e nada foi feito para sua efetiva implantação, as de Jacupiranga existem há cinco e nada foi feito também, segundo ele. Em suas palavras: *“... esses caras não vão deixar que as coisas aconteçam”*.

Em meio a esse depoimento Gustavo ainda disse:

“Esse povo fala que eu manipulo as pessoas, eles acreditam nisso (...) temos uma visão brutalmente divergente desse modelo de ambientalismo e as pessoas usam de tudo, difamação e o que tiverem, para nos criticar...”

4.5 Iniciativas locais e a demanda por novos modelos de conservação

*Do poder que tem a massa
 - Levanta João
 Do barro que Deus criou
 - Levanta João
 Leva teu olhar pro céu
 João é rei nunca foi réu
 Diante do criador
 - Levanta João
 Vá tente valente
 Quebre a corrente João
 Que prende a gente no chão
 Onde há tristeza e dor
 Todo homem nasce livre
 - Levanta João
 Pra pensar e pra agir
 - Levanta João
 Levanta com o seu povo
 Levanta que um tempo novo
 Tá chegando por aqui*

(Levanta, João - Chico César)

O movimento em defesa dos moradores da Juréia formou-se pela união de associações de bairro e inicialmente teve como principais lideranças pessoas que não se enquadram nos conceitos de tradicionalidade (QUEIROZ, 1992; FERREIRA, 1996). Ao longo dos anos de luta, muitas atividades foram realizadas na região, relacionadas à questão ambiental e as UCs, pela OMJ e por outras entidades, proporcionando aos moradores locais, tradicionais ou não, vivências e aprendizados que instrumentalizaram sua luta pela permanência na área.

Como mencionado anteriormente, na década de 1990 a OMJ já participava de fóruns e debates defendendo um modelo de conservação que envolvesse as pessoas. Nessa época, a principal liderança era Gustavo e, segundo relatos, Mauro era um jovem que acompanhava as discussões, mas ainda não se expressava tanto.

Mauro é caíçara, sua família que é uma das mais antigas da Juréia, mora na região do Morro do Grajaúna, próximo à praia do Rio Verde. Ele comenta que quando jovem com uns 16 anos, viu chegar à Juréia os primeiros ambientalistas alegando que criariam um santuário para preservar a natureza e o modo de vida das populações

tradicionais, que tirariam veranistas e latifundiários e que eles poderiam ficar. Um destes foi João Pedro de Silveira Rocha, da SMA, que teria dito na ocasião que contrataria Mauro quando este fizesse 18 anos para trabalhar na tal reserva. Seu pai em meados da década de 1980 sofreu uma multa por preparar uma roça. Essa teria sido a ocasião em que eles ficaram sabendo que o tal santuário havia sido criado e que não era como haviam dito anteriormente.

Em 1986 Mauro e outras pessoas foram para São Paulo na tentativa de falar com o governador. Nesta ocasião foram atendidos por um assessor de Franco Montoro. Este teria explicado sobre a criação da Juréia e seus limites. Em 1990, Mauro recebeu em Iguape um Juiz que conversou sobre a questão da multa e disse que se eles desejassem voltar a morar na área seria preciso mudar a lei. Este juiz comentou com Mauro que havia um rapaz (Gustavo) que já estava organizando um movimento com outras pessoas no Aguapeú e Rio das Pedras e sugeriu que o procurasse. Mauro conheceu Gustavo nessa época e começou a se envolver no movimento pela permanência dos moradores na Juréia.

O pai de Mauro foi funcionário da Nucleobrás e desde então possuía um telefone no Grajaúna. Mauro passou a atuar como articulador do movimento no interior da Juréia. Recebia os telefonemas das pessoas que estavam nas cidades articulando o movimento, fazia os contatos com os moradores. Segundo ele, nessa época “rodava” a Juréia toda, de canoa pelos rios, a pé pelas trilhas, ou pelas praias, informando as comunidades e articulando as ações.

Quando o estado descobriu a função de articulador que Mauro vinha cumprindo na Juréia, cortaram o telefone de seu pai e começaram a pressioná-lo para que influenciasse Mauro a deixar a luta. Nesta época Mauro dizia a seu pai que não conseguia mais abandonar a luta, que aquelas pessoas que falaram que criariam um santuário para preservar a natureza e os moradores estavam mentindo. E que eles ainda seriam expulsos de suas terras um dia. Mauro pedia a seu pai para dizer para as pessoas do governo que o pressionavam que ele não obedecia ao pai.

Mauro passou a acompanhar a OMJ já desde o início do movimento e segundo o mesmo, ele ainda não entendia muito bem no início, o que estava acontecendo. Mas os anos de organização mobilização e participação na luta pelos seus direitos o fizeram

compreender a situação à qual eles e os demais moradores da Juréia estão expostos. Em 1992 conseguiram as primeiras autorizações para fazerem suas roças e posteriormente outras vieram. Essas, segundo Mauro, ajudaram a desmobilizar as pessoas que se contentaram apenas com as licenças após tantos anos de proibição.

Em 1993 Mauro fundou e foi o primeiro presidente de uma associação de jovens, para que estes também se envolvessem com a questão coletiva. Posteriormente Mauro se tornou presidente de uma associação Iguapense de produtores. No final da década de 1990 o movimento dos moradores da Juréia declinou, fruto de vários fatores, entre eles, o descontentamento com uma década de luta sem alcançar os principais objetivos e pela contratação de algumas das lideranças mais contestadoras para trabalharem para o Estado, com contratos renovados mensalmente. Segundo Mauro, algumas lideranças que foram contratadas não participaram mais do movimento e não deixavam que familiares participassem. Esta teria sido a mesma época em que os guarda-parque da própria comunidade abusavam de suas autoridades, abrindo as panelas dos moradores para ver se continham caça.

No entanto, em 2002, a criação do conselho da EEJI proporcionou que as comunidades se articulassem novamente. Nesse ano havia representantes de todas as comunidades que após as reuniões do conselho, realizavam uma avaliação e o que eles chamavam de “conversa da comunidade”.

Os anos de luta, a convivência com Gustavo e outras lideranças, a participação em fóruns e debates, entre outros fatores, fizeram de Mauro uma forte liderança caixara, que sustenta um discurso semelhante ao que Gustavo e outras lideranças da Juréia, como Seu Peixe, já sustentavam na década de 1990 (FERREIRA, 1996).

Em uma discussão sobre a utilização de recursos do parque do Prelado por pessoas que vivem fora, mas que segundo Mauro, possuem “como quintal” a área que naquele momento era o referido parque, os ânimos mais uma vez se exaltaram. Segundo Mauro, essas pessoas sempre fizeram suas roças ou extraíram algum recuso destas áreas. Borges, do OG, disse que seria muito complicado e que acreditava não ser possível.

Mauro, exaltado, disse:

Dá sim! o problema é que nunca sentamos para negociar, foi sempre na base da porrada. Nós daqui e o Estado daí. Mas dá sim! (...) A visão de conservação que vocês têm não funciona. Vocês acham que o negócio é passar arame farpado em volta e pronto? Quando veio a lei do palmito, fechou 4 fábricas que tinha em Iguape e um monte de gente ficou desempregada. As fábricas passaram as técnicas, os vidros e os rótulos para os palmiteiros e abriram um monte de fabriqueta clandestina, e nunca faltou palmito no mercado. Tem a dá com pau... (fala de Mauro, presidente da OMJ – Oficina de Zoneamento)

Luana, vice presidente da OMJ e liderança caiçara, neta de ex-moradores da Juréia, certa vez me contou como começou a se envolver com o movimento dos moradores. Disse que sempre atuou com a questão caiçara e realizou trabalhos com a juventude e o meio ambiente. Comentou sobre o problema que eles enfrentam com os jovens caiçaras que a cada dia deixam as comunidades e da vontade de transformar essa realidade. Ela me disse que já havia se envolvido antes com outras entidades de Peruíbe, de ação socioambiental. E com as reuniões do conselho da EEJL, a partir de 2002 começou a acompanhar mais a organização dos moradores e a se envolver com a gestão da UC. Nas “conversas da comunidade” aproximou-se das propostas da OMJ, passando a participar mais ativamente entre 2004 e 2005. Em 2008 Mauro foi eleito presidente e Luana vice-presidente da OMJ. Mauro é representante dos caiçaras pela OMJ na Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Durante uma discussão na Barra do Una, quando o OG apresentava a proposta de mosaico, alguns moradores locais defendiam a permanência dos veranistas dizendo que eles próprios, os moradores tradicionais, dependiam do trabalho como caseiros. Neste momento Luana manifestou-se dizendo que era caiçara e que há alguns anos ela vinha capacitando-se e acreditava que os moradores locais podem avançar para sair da dependência e ser possível aos caiçaras caminharem para a auto-suficiência.

Presenciei Luana por diversas vezes incentivando as mulheres das comunidades a se manifestarem, sejam nas rodadas de avaliação ou nas preparações das atividades. A OMJ sempre realizou e promoveu atividades e eventos de capacitação e debates em torno da questão das UCs. Em 1994 realizou o primeiro encontro do Estado de São

Paulo de moradores de UCs. Posteriormente participou das discussões para a elaboração do SNUC e sua regulamentação.

Durante o desenvolvimento da pesquisa de campo, foi possível acompanhar duas importantes ações de formação promovidas pela OMJ. A primeira delas foi o projeto que eles denominaram de Pré-Plano de Manejo, a segunda foi um seminário de Gestão Participativa em RDS.

O Pré-Plano de Manejo foi um projeto que a OMJ desenvolveu com apoio de colaboradores, no qual a própria comunidade elaborou um instrumento de gestão para o mosaico. Com base em roteiros metodológicos federais de elaboração de planos de manejo e outros materiais, realizaram uma série de oficinas nas comunidades da Juréia, utilizando metodologias participativas e trabalhos em grupo, realizando levantamentos de demandas e diagnósticos participativos com as comunidades.

Na primeira rodada das oficinas, à qual acompanhei em dois diferentes locais, realizou-se um diagnóstico participativo de fauna e flora, de atrativos turísticos e mapeamento de áreas de uso dos recursos naturais. As pessoas que conduziam as atividades, além dos membros da diretoria, eram colaboradores da OMJ. Alguns desses possuíam formação em nível superior, outros trabalhavam com ecoturismo na região e de forma geral, eram todos conhecedores da Jureia. No início não havia uma articulação clara para que os dados fossem de fato incorporados no Plano de Manejo. Entretanto, o trabalho da OMJ proporcionou que as comunidades se preparassem para a participação e que fossem organizadas as demandas da comunidade, com base em seus próprios levantamentos.

As oficinas também cumpriram o papel de esclarecimento e fortalecimento da mobilização. Acompanhei essa etapa do processo no Barro Branco e no Guaraúzinho. Nesses dois locais, seus moradores possivelmente tinham compreensões diferentes sobre o mesmo. Na segunda localidade, durante a oficina, foi feita uma retrospectiva das ações que levaram ao mosaico. Neste momento, Luana comentou sobre as pessoas envolvidas com o início da OMJ. Lembrou que por um tempo os trabalhos ficaram parados, no final da década de 1990, por desestímulo devido a uma década de luta ainda sem grandes avanços. Comentou ainda, que o movimento foi retomado em 2002, com a mobilização das comunidades para criação do conselho da EEJI. E que

em 2005 dois deputados levaram a proposta adiante, resultando na criação do mosaico em 2006.

Luana esboçou em um painel, o desenho da proposta de RDS que envolvia todas as áreas ocupadas. Comentou que a proposta foi rejeitada e deu-se início a um processo de negociação onde apenas uma pessoa pode participar. Este foi o Gustavo. As informações resgatadas por Luana possibilitaram que as pessoas que não estavam informadas pudessem compreender a mobilização que teria levado à criação do Mosaico.

Em junho de 2009, a OMJ promoveu o Seminário Sobre Gestão Participativa em RDS: Integração entre os povos da Mata Atlântica e da Amazônia. Esta atividade teve apoio do PROTER (Programa da Terra) e financiamento de um programa do MMA. O seminário contou com um ciclo de palestras e discussões com comunitários de RDSs do estado do Amazonas, um técnico do governo e um representante do conselho Nacional dos Seringueiros. O seminário foi realizado nos municípios de Peruíbe, Iguape, Pedro de Toledo, e o encerramento ocorreu em São Paulo na Assembléia Legislativa.

Acompanhei a execução desse projeto em dois momentos, o primeiro deles no dia 12/06/2009 no Núcleo do Itinguçu que naquele momento já havia voltado a ser ESEC, por conta da ADIN. Eu estava com um grupo de estudantes de pós-graduação da ESALQ em uma saída de campo em Peruíbe, com atividades na Juréia e no Parque Estadual da Serra do Mar.

Nas apresentações ao longo do seminário, foi enfatizada a participação social na gestão das RDS no estado do Amazonas. Muitos projetos que envolvem a participação das comunidades na conservação dos recursos naturais foram citados pelos comunitários. Exemplos desses são os estudos dos quelônios e pesquisas para manejo sustentável, como do pirarucu.

Foram comentados os critérios para permanência das pessoas nas UCs do estado do Amazonas, onde segundo os relatos, estabeleceu-se que tais critérios devem estar associados à conservação. Ou seja, as práticas dos residentes devem ser compatíveis com os objetivos das UCs. Um morador de uma das RDSs disse que reside no local há quinze anos e que nunca viu problemas com quem chegou depois.

Acrescentou que a comunidade decide quem entra, e se este não seguir as regras, tem que sair.

As mobilizações e estratégias de luta também foram mencionadas, e em determinado momento, Almires, da RDS Uacari, no Amazonas, disse outra frase que foi muito repetida nessa época, na Juréia: *“Governo é que nem feijão, só amolece na pressão”!*

Almires disse para o povo da Juréia que eles precisavam se unir e pressionar os governos. Se eles estão no poder é para servir o povo, e quem está na Juréia não deve sair, disse ele. Afirmou ainda que na RDS onde vive, as pessoas sabem o que podem usar, o que está aumentando o que está diminuindo. Segundo ele quem decide não são os especialistas e sim as pessoas que estão dentro da UC. *“Nós temos uma capacitação e definimos as coisas”* afirmou.

Uma das experiências que um comunitário apresentou foi sobre a RDS de Mamirauá. Esta foi a primeira RDS do Brasil, dando origem à categoria. Ela foi criada a partir da recategorização de uma ESEC e hoje é referência para o trabalho de conservação com participação das comunidades. O rapaz comentou que muitos moradores de Mamirauá, trabalham no instituto que faz a co-gestão da UC e se capacitaram em cursos, inclusive no exterior e hoje trabalham nas comunidades.

Gustavo finalizou o seminário que ocorreu no Itinguçu dizendo que em síntese, o que o pessoal do Amazonas mostrou é que é possível estabelecer uma RDS e desenvolver projetos com as comunidades e que as conquistas foram obtidas pela mobilização. Aqui em São Paulo, mesmo discutindo o assunto há 20 anos - sobre a importância das comunidades na conservação - ainda não entenderam, disse ele referindo-se ao poder público e ao movimento ambientalista. Comentou ainda sobre um exemplo na Juréia, de denúncias de desflorestamento feitas por moradores, referindo-se à vontade e à disposição dos mesmos em colaborar para a conservação.

Na abertura do projeto, que ocorreu na Assembléia Legislativa, Luana representando a OMJ iniciou falando sobre a necessidade de ser garantida a manutenção dos modos de vida da população local, com base no artigo 42 do SNUC e que a OMJ gostaria de participar da elaboração do novo Projeto de Lei.

O Deputado Hélio Junqueira disse que Luana estava correta e que era preciso incluir todos os interessados na discussão e reconhecer que não foram realizadas todas as audiências necessárias.

O Seminário iniciou-se com apresentações semelhantes às que ocorreram nos municípios, enfatizando os projetos de conservação com participação da população local e a mobilização social.

Como mencionado, neste momento que era encerramento do projeto, outros convidados participaram. Um dos participantes foi o professor Willian Balée da Tulane University, USA, então no Brasil para ministrar disciplina de Ecologia Histórica, para a pós-graduação em Ecologia Aplicada – ESALQ-CENA/USP.

O professor Balée falou sobre seus trabalhos de pesquisa na Amazônia e exemplificou – em português - como estudos científicos provaram que a presença humana em vários locais não reduziu, mas aumentou a complexidade do ecossistema local. Comentou ter se constatado que muitas sociedades ancestrais proporcionaram com suas práticas de manejo dos ambientes e recursos naturais um aumento na biodiversidade dos locais manejados. Falou sobre os tesos que são semelhantes aos sambaquis da Mata Atlântica, mas constituídos de cerâmica e terra.

O conceito de Florestas Antropogênicas também foi abordado, considerando que os seres humanos são constituintes da paisagem e que em muitos casos contribuíram para o aumento da biodiversidade. Balée concluiu dizendo que não se pode afirmar que é incompatível a presença humana com a biodiversidade e tão pouco cair no mito do bom selvagem. Não podemos afirmar que é uma coisa ou outra. Isso seria uma ilusão, segundo ele. Depende muito de como as coisas acontecem e de que forma são geridos e manejados os recursos naturais. Não existe uma regra aplicável a todas as situações e a todos os locais, complementou Balée. E, portanto, a presença dessas pessoas na área discutida, como RDS, poderia contribuir para a conservação do ambiente e, como em outros locais, ser essencial a esta manutenção.

Outro convidado foi o professor Marcos Sorrentino da ESALQ-USP. Este fez uma fala politizada promovendo uma reflexão sobre a sociedade como um todo, afirmando que não basta olhar apenas para a UC, é preciso uma leitura de contexto. Precisamos avançar no olhar do conjunto para que não tenhamos que definir áreas para a

conservação, mas que as próprias áreas verdes possam “contaminar” o restante do planeta para que tenhamos um “planeta jardim”. Neste planeta “eu me preocupo com a UC sim, mas também com o rio que passa em minha cidade, com a rua onde moro”, complementou.

Roberta do OG, também convidada, iniciou sua fala expressando o prazer de estar na mesma mesa que o professor Balée, um importante referencial de seu próprio trabalho. Comentou sobre o trabalho do OG com as UCs de Uso Sustentável no Estado. Falou superficialmente sobre a posição do OG e as expectativas de recriação do mosaico e como seriam as etapas seguintes. Como única representante do OG, foi muito questionada pelos presentes e as questões da Juréia permaneceram incertas.

Muitas das ações promovidas pela OMJ tiveram protagonismo marcante das lideranças caiçaras que se formaram no movimento de resistência ao modelo de conservação ao qual estão expostos. Elas apontam para a possibilidade das populações locais empoderadas serem capazes de conduzir os processos rumo ao que Leff (2000) preconiza como a re-apropriação social da natureza e auto gestão das áreas naturais pelas comunidades locais, através do uso sustentável e democrático dos recursos naturais.

Segundo Gohn (2004), o empoderamento, da maneira como é compreendido no Brasil, não possui caráter universal. A autora afirma que o *empoderamento*:

Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos (...) em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los porque os atendem individualmente... (GOHN, 2004:23)

As ações desenvolvidas pela OMJ buscam empoderar os moradores da Juréia. No sentido de promover o crescimento contínuo e desenvolvimento da capacidade crítica da população local, quanto à sua situação legal, envolvendo-as nas mobilizações para recategorização e atuando como agente formador dos moradores locais nos processos de participação na gestão da UC.

No entanto, a OMJ enfrenta resistências que vão desde as dificuldades internas, desestímulo por conta de vinte anos de luta e ainda não contarem com a vitória

definitiva, até críticas quanto à sua legitimidade que dificultam o trabalho que há anos vem sendo construído com essas comunidades.

Certa vez fiz as seguintes perguntas a Mauro. E se virasse RDS? Como é que seria? Ele me disse:

Léo, eu não tenho dúvidas! Se virar RDS é para trabalhar de forma sustentável! Com turismo, com manejo de palmito e caixeta, com pesca, com roça, mas de forma sustentável. Tenho certeza que dá, e vocês estarão conosco, academia, movimento ambientalista, OG, todo mundo. A gente vai fazer junto!

Ao longo da conversa, Mauro contou que já havia conhecido os parques regionais da França e algumas UCs na Amazônia e mencionou que existem muitas ações dando certo e que na Juréia seria possível também.

Os atores locais, pelo menos há 40 anos presenciam o interesse de grupos ambientalistas, empresários, militares e pesquisadores na região. Esse interesse proporcionou diferentes interações que levaram os próprios moradores a desejar realizar suas pesquisas e propor seus próprios modelos de conservação.

Como foi retratado na revisão teórica desta pesquisa, Chico Mendes sofreu influência dos ambientalistas na construção de seu discurso para fortalecer as práticas que ele já desenvolvia. De modo análogo, pude notar na fala de Mauro e de outras lideranças, como Gustavo, que estes incorporaram parte do discurso de pesquisadores que escreveram sobre a Juréia e sobre eles próprios ao longo desses anos de interação. Pude notar inclusive, parte de meu discurso sendo adaptado e recriado na fala dessas lideranças.

Em determinado momento, em que a participação se tornou mais intensa, chequei a contribuir com alguns documentos da OMJ. Da mesma forma, alguns dos técnicos do OG que possuíam um entendimento da importância do envolvimento das pessoas no processo, também auxiliaram na elaboração de mapas da proposta da comunidade.

Mauro, em várias audiências públicas na Assembléia Legislativa e em outros momentos de discussão, contestou o modelo autoritário de conservação. Isso ocorreu principalmente quando os representantes do OG diziam que não daria para atender ao

pedido de RDS para todos por que o movimento ambientalista fazia muita pressão para que isso não ocorresse. Certa vez Mauro disse:

*Há vinte anos atrás, vieram na nossa casa, Sartoriano, João Pedro, Marco Motta, dizendo que iam conservar a Juréia para nós caiçaras e quando a gente foi ver, ninguém mais podia morar lá. Chega desse modelo de ambientalismo! Queremos mudança de paradigma! Meio ambiente não é isso, meio ambiente é vida!*²²

Na apresentação da proposta para o novo mosaico no Itinguçu, em novembro de 2009, várias pessoas haviam se manifestado pedindo RDS para aquela região. Em algumas das manifestações, compromissos foram enunciados por parte da comunidade. Caso a área venha a ser classificada como RDS, as populações exercerão o papel de verdadeiras guardiãs do território. Um momento emblemático foi quando seu Golias exaltado em sua fala disse:²³

“Vamos lá, vamos fazer esse desenho e incluir todos! E se houver algum vagabundo agente põe para fora!” (grifo meu).

Pouco após essa fala, no Itinguçu, eu me manifestei. Disse que as UCs foram alvo de uma negligência histórica com relação ao desenvolvimento de Educação Ambiental. Não uma EA para o visitante, pois isso existe bem desenvolvido, mas uma EA com o morador, de forma a possibilitar que a presença humana não gere tanto impacto. Na Juréia temos uma oportunidade enorme, pois a comunidade está disposta a essa parceria, quer fazer isso junto. A EA já ocorre, realizada pelos próprios moradores e está se perdendo uma grande oportunidade de construirmos de fato algo junto com essas pessoas que estão dispostas e comprometidas.

Nas audiências públicas de fevereiro de 2010, para a nova criação do mosaico, manifestei-me comentado sobre o projeto de Pré-Plano de Manejo e as iniciativas que acompanhei da OMJ. Ambos demonstraram para mim que a comunidade tem capacidade e está disposta a participar da gestão e da construção de formas sustentáveis de desenvolvimento. Comentei nessa ocasião que a longa disputa entre

²² Mauro se referia aos técnicos da SMA e ambientalistas, que historicamente influenciam as decisões sobre a Juréia.

²³ Esse assunto foi abordado na seção 4.1.

preservacionistas e conservacionistas ainda estava presente e que não estava de fato sendo considerado o que é melhor para a conservação.

Em junho de 2011, a diretoria da OMJ participou de uma reunião com o novo secretário de meio ambiente do Estado e o novo diretor do OG. Segundo relatos da diretoria da OMJ, durante a reunião, os técnicos do OG sustentaram a antiga proposta que já foi apresentada, discutida e rejeitada pelos moradores da Juréia inúmeras vezes e foram resistentes quanto a discutir a proposta da OMJ.

Na reunião, teria sido proposta como encaminhamento, a realização de outra conversa para ajuste das propostas antes de novas audiências públicas, a qual deveria ocorrer após 10 dias. Hoje, transcorridos um mês e meio desta referida reunião, tal conversa não ocorreu. Os membros da OMJ aguardam o OG retomar a negociação. O OG, por sua vez, alega estar conversando com outros grupos.

Refletindo sobre tudo isso, eu me pergunto: Por que estes outros grupos não se manifestam nas arenas públicas, já que os espaços de participação são uma conquista do povo?

No primeiro semestre de 2011, representantes do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), visitaram Peruíbe e a Juréia. Segundo relatos da diretoria da OMJ estavam conhecendo a região devido a investimentos que serão destinados à Juréia e outras UCs como o Parque Estadual da Serra do Mar. Os investimentos segundo a diretoria da OMJ, possivelmente seriam em infra-estrutura, projetos de desenvolvimento sustentável e possivelmente desapropriações. Segundo a OMJ, não houve discussão prévia com as comunidades nem com as instituições que as representam. A OMJ redigiu uma carta manifestando-se contrariamente ao projeto antes de ser discutido com as comunidades, alegando que este pode configurar-se como mais uma ação de limpeza étnica nas UCs do estado (anexo E).

5 CONCLUSÃO

*Você não sente, não vê
Mas eu não posso deixar
De dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve
Vai acontecer
O que há algum tempo era novo, jovem
Hoje é antigo
E precisamos todos, rejuvenescer
(...) No presente, a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa, que não nos serve mais*

(Velha Roupa Colorida - Antonio Carlos Beuchior)

O início do debate entre preservacionistas e conservacionistas foi marcado pelo choque de diferentes perspectivas em relação às estratégias de proteção da natureza. Os conservacionistas, representados inicialmente por Griford Pinchott, defendiam que os recursos naturais deveriam ser manejados de forma racional, e que os benefícios fossem para todos. Os preservacionistas, representados por John Muir, defendiam que as áreas virgens deveriam manter-se intocadas e livres da ação humana, e que o seres humanos fossem a estas áreas, como forma de renovação espiritual.

O preservacionismo tem dominado o debate em torno das estratégias de proteção da natureza. Essa corrente tem suas influências no protecionismo Inglês do Século XVIII, quando poetas e pintores retratavam os habitantes do campo como imunes às tensões sociais e às relações econômicas com outras sociedades. O preservacionismo contemporâneo continua a defender a não interferência humana nas áreas naturais, não apenas para que as pessoas possam ter um local de contato íntimo com a natureza, mas, principalmente, para que a biodiversidade não sofra a interferência humana.

As influências dos pensadores que retratavam o campo como imune às tensões sociais ainda estão presentes na postura dos preservacionistas, que na atualidade, idealizam um estereótipo de população tradicional que não existe. Essa corrente admite a presença nas UCs apenas de pessoas que correspondam à inadequados conceitos de população tradicional.

Desta forma, a perspectiva preservacionista tem, historicamente, influenciado a tomada de decisão em relação às UCs. Porém, podemos levantar inúmeros

questionamentos quanto à efetividade das estratégias que não envolvem os atores locais na tomada de decisão e não proporcionam o envolvimento individual e coletivo na defesa do meio ambiente e na promoção de novos modelos de desenvolvimento compatíveis com a conservação da natureza.

Não pretendo aqui reforçar a polarização entre preservacionistas e conservacionistas, pelo contrário, não se trata de preservacionistas que são insensíveis às questões sociais ou conservacionistas que não se preocupam com a biodiversidade. Saliento que acredito que ambas as correntes tem objetivos em comum, mas divergem muitas vezes nas estratégias adotadas para se alcançar tais objetivos e reforçar as diferenças somente obscurece o que há em comum entre essas correntes. Há de se promover um diálogo honesto sobre a eficácia de cada estratégia de conservação e preservação.

As UCs de Proteção Integral podem, na prática, gerar situações de livre acesso à biodiversidade, devido à desestruturação de sistemas de apropriação comunal e à impossibilidade do Estado “cuidar de cada pé de pau²⁴”. Na Juréia isso foi evidenciado pela intenção do palmitreiro de que a área ficasse como ESEC, para que as pessoas do local não o denunciassem por se sentirem proprietárias também do recurso. Ou ainda, pelas muitas afirmações que nas áreas onde os moradores foram retirados, aumentaram as invasões e extração ilegal de palmito. Da mesma forma a simples criação de UCs de Uso Sustentável não garante a conservação, há de se garantir um acompanhamento e acesso a políticas públicas de desenvolvimento local com incentivo a atividades de base sustentável.

A postura e as estratégias para a criação e gestão de UCs no Brasil, passaram por inúmeras transformações, tendo como referência a criação do Parque Nacional de Itatiaia, em 1937. Essas transformações variam de medidas truculentas e extremamente violentas na ditadura militar à gestão participativa nos dias atuais.

No entanto, vivemos ainda em tempos de transição, onde há os que defendem a participação e o envolvimento das comunidades na criação e gestão dessas áreas e aqueles que mantêm posturas semelhantes às medidas autoritárias do passado.

²⁴ Frase mencionada em um debate na arena pública da Juréia por um morador exaltado.

A criação do mosaico da Juréia - Itatins em 2006, com traçado não correspondente às solicitações das comunidades, gerou inúmeros conflitos entre os limites das UCs e as práticas e intenções dos moradores. Isso influenciou o relacionamento, tanto entre as comunidades, como entre seus membros. Situações semelhantes se anunciam, com a possibilidade dos diferentes atores não participarem efetivamente da decisão no traçado do novo mosaico que, segundo promessas, um dia será criado.

A questão do direito de permanência gerou diferentes situações entre os moradores das RDSs e das UCs de Proteção Integral. Na RDS da Barra do Una houve uma cisão na comunidade, entre moradores tradicionais e não tradicionais. Nas UCs de Proteção Integral, moradores tradicionais e não tradicionais ainda estavam engajados na mesma luta. À medida que algumas comunidades e famílias eram incluídas em RDSs, essas tendiam a reduzir sua atuação no movimento coletivo.

O conceito de tradicionalidade, como vem sendo utilizado, pautado em questões temporais, pode não ser o mais apropriado para a conservação da sóciobiodiversidade. Na Juréia, moradores tradicionais e não tradicionais, demonstraram disposição e realizam ações voltadas para a conservação ambiental e mobilização em torno da organização coletiva. O contrário também é verdadeiro. Há pessoas tradicionais e não tradicionais que degradam e impactam o ambiente natural, os recursos e a biodiversidade que a UC objetiva proteger. Não existe uma regra, mas sim diferentes condutas e práticas que independem da categoria tradicional ou não tradicional.

Desta forma, compartilhamos do mesmo pensamento de autores que sugeriram a utilização do termo populações residentes ou populações locais ao invés de populações tradicionais. Pois, este último adjetivo, pode representar apenas um rótulo criado pela sociedade urbana sem efetivamente garantir que a pessoa que for assim rotulada, de fato contribua com a conservação da biodiversidade.

Definir nas UCs as atividades que sejam permitidas, a intensidade, as técnicas e práticas adequadas de manejo, as formas de monitoramento dos impactos, estratégias de mitigação e o envolvimento coletivo na defesa dessas áreas, possivelmente sejam mais eficientes para a conservação da biodiversidade do que a definição de quem pode permanecer nas UCs, de acordo com as práticas de seus antepassados.

E como definir quem fica? A condição seria a disposição de assumir e honrar pactos de conduta que contribuam, efetivamente, com a conservação da biodiversidade e com a promoção do desenvolvimento social, pautados em modelos sustentáveis de relação entre moradores locais e natureza protegida. Para serem efetivos na conservação da biodiversidade e corresponderem às expectativas dos habitantes locais, os pactos devem ser reconhecidos por estes. Para isso, precisam ser construídos coletivamente incluindo as diferentes formas de saber, de modo que todos tenham o mesmo poder de decisão.

Como defendemos que as UCs devem continuar a representar áreas comprometidas com a conservação, reafirmamos que os acordos não podem contrariar os objetivos de conservação, mas nunca devem ser estabelecidos de forma autoritária.

As UCs podem exercer um importante papel na re-significação da relação entre seres humanos e natureza, constituindo-se em palcos para consolidação de novos modelos de sociedade, onde seres humanos e natureza possam coexistir contribuindo-se mutuamente. Os atributos da natureza podem ser conservados, ao mesmo tempo em que se proporciona qualidade de vida e desenvolvimento humano às populações que habitam as áreas naturais.

Não podemos partir da visão ingênua que as populações dessas áreas deverão permanecer com suas culturas congeladas no tempo, sem influências da sociedade urbana e do modo de vida capitalista. Sendo assim, é necessário deixar claro que o desenvolvimento que preconizamos para essas áreas não é o mesmo desenvolvimento adotado nos centros urbanos, pela cultura do asfalto e do Shopping Center.

Não queremos dizer que as pessoas deverão viver como há 100 anos. Pelo contrário, poderíamos e deveríamos nessas áreas implantar o que há de mais avançado na sociedade em relação às práticas, técnicas e construções sustentáveis de baixo impacto, sejam elas tradicionais ou não. Para tal, é necessário um trabalho conjunto e horizontal entre populações locais, academia, movimento ambientalista, órgãos governamentais e outros interessados, onde a opinião de um não se sobreponha à de outro por sua posição política ou influência conquistada.

Talvez assim, as UCs possam mostrar ao mundo que é possível coexistir no mesmo espaço bichos, plantas e gente. E assim, as áreas verdes poderão trazer

novamente cor às partes do mundo que se tornaram cinza. E deixemos de discutir por até quantos metros da margem dos rios podem ser derrubados da floresta, em nome daquilo que, equivocadamente, é chamado de progresso. Mas, possamos ter exemplos de outros modelos de desenvolvimento, que demonstrem a possibilidade da manutenção de longas faixas de mata ciliar, ao mesmo tempo em que se mantêm boas produções agrícolas e extrativistas, ao ponto de satisfazer nossas necessidades materiais e simbólicas e contribuir, efetivamente, para a manutenção das áreas naturais.

No entanto, a pesquisa confirmou a hipótese de que a participação efetiva dos atores locais nas decisões é dificultada pela predominância da ideologia preservacionista no debate. Isso pode ser notado na oficina de Zoneamento, pelos inúmeros conflitos entre pesquisadores da academia, que ali estavam para defender suas propostas pré-estabelecidas, e os moradores locais, também com suas propostas e demandas bem definidas.

Os pesquisadores que apresentam concepções preservacionistas, muitas vezes assumem posturas que dificultam o envolvimento das comunidades na proteção dos ambientes naturais, gerando aversão e conflitos históricos que distanciam populações locais, órgãos gestores e movimento ambientalista.

Não pretendo desmerecer as diversas áreas do conhecimento que são responsáveis por significativos avanços, inclusive para subsidiar decisões relacionadas ao meio ambiente. No entanto, essas pesquisas devem subsidiar a decisão, que deve ser tomada considerando-se os diversos aspectos que a complexidade do tema exige.

Uma pesquisa pode constatar a presença de determinada espécie ameaçada de extinção e subsidiar a justificativa da exclusão dos moradores locais de determinada UC. Porém, a exclusão destes moradores não garantirá que a espécie, em questão, seja protegida. Desta forma, pode ser mais efetivo trabalhar conjuntamente com essas populações locais, sensibilizando-as e engajando-as na proteção dos recursos naturais e da tal espécie ameaçada, ao invés de pensarmos que as normas impostas serão cumpridas.

Ressalta-se que a visão preservacionista não era unânime, nem mesmo entre os profissionais envolvidos com o plano de manejo. Os pesquisadores do terceiro setor e

da academia apresentaram diferenças de abordagem nos momentos de participação na elaboração dos planos de manejo, e diferenças de posicionamento em relação à recategorização da Juréia.

Parte das justificativas do OG sobre a não expansão das RDSs para algumas das regiões solicitadas pelos moradores refere-se às pressões que o órgão gestor sofria do movimento ambientalista. Os técnicos do OG quando mencionavam estas pressões, citavam a ONG Salve a Floresta Atlântica e dois ambientalistas, José Paulo Sartoriano e Marco Motta, estes teoricamente, pressionavam para que a recategorização não ocorresse. Tais pressões foram declaradas ao longo da pesquisa por diversos atores. Mas não as presenciei, já que ocorreram nos gabinetes. O que de fato presenciei foi o argumento da pressão do movimento ambientalista sendo utilizado como um escudo que justificava a não inclusão de algumas áreas em RDS.

Porém, chamamos a atenção para a atual disseminação da questão ambiental na cultura da sociedade, onde todos podemos nos dizer ambientalistas. Desde que comprometidos com a causa ambiental e com ações que reflitam o ideal de mudança em nossa sociedade, rumo a um “futuro viável” para todos nós, seja no cotidiano doméstico, na prática profissional, ou ainda na organização comunitária.

Desta forma, concluímos que a suposta pressão que o OG sofre por parte do movimento ambientalista, não pode ser entendida como a postura unânime do movimento e sim uma visão preservacionista de parcela do que podemos chamar de ambientalismo. A disseminação que a questão ambiental alcançou, em vários setores da sociedade brasileira desde o final da década de 1970, é mérito do próprio movimento ambientalista, com o surgimento do ecologismo de denúncia, da inserção definitiva da questão ambiental nas pautas governamentais, influenciadas pela conferência de Estocolmo e de Tbilisi, passando pela profissionalização do movimento e fortalecimento das ONGs.

Essa disseminação provocou o enraizamento do ambientalismo na sociedade, levando a um movimento multi-setorial, ou a uma orientação cultural, tornando-se transversal nos diversos setores da sociedade. Envolve desde os profissionais que atuam em ONGs, acadêmicos, técnicos do governo e por que não, os próprios moradores locais de áreas protegidas.

No entanto, alguns ainda se dizem porta-vozes do movimento, sem a devida legitimidade, e a cada dia se perde a oportunidade de termos mais e mais ambientalistas construindo o novo amanhã. Desta forma, os moradores e lideranças da Juréia podem ter práticas e ações que incentivem a conservação do meio ambiente, aliada a benefícios para as comunidades, mas ainda estão à margem do que vem sendo considerado movimento ambientalista e à margem da tomada de decisão.

Não quero afirmar que todos os moradores e interessados pela Juréia são conservacionistas e ambientalistas por essência, mas sim que isso está presente nos ideais de parcela do grande grupo chamado moradores da Juréia. E se esses forem incentivados e reconhecidos, certamente terão a força transformadora necessária, para a eficaz conservação dos recursos naturais daquele local. Força esta, maior que qualquer medida pautada em valores externos e não reconhecidos pela população local.

A estratégia de *lobby* adotada por alguns ambientalistas vem sendo responsável por significativos avanços na legislação ambiental e certamente por proteger muitos locais e ecossistemas que já estariam entregues aos interesses dos grandes latifundiários, que a todo custo tentam afrouxar a legislação ambiental neste país. No entanto, para que o movimento ambientalista, de fato, seja legítimo ao influenciar os governantes, a estratégia de lobby deve estar alinhada a posições e propostas construídas coletivamente, a fim de que sejam adotadas estratégias eficazes de conservação e que se promova o envolvimento individual e coletivo na defesa do meio ambiente e na construção de sociedades sustentáveis, de forma democrática e horizontal.

O Vale do Ribeira é a região mais pobre e com a maior cobertura florestal do estado de São Paulo. O estado possui algumas das melhores universidades do país, inúmeras instituições do terceiro setor que atuam na área ambiental e existem muitas experiências nacionais e internacionais que demonstram ser possível a presença humana com a conservação da biodiversidade.

Há, portanto, conhecimento acumulado, potencial humano e institucional suficientes para promover o desenvolvimento dessa região, pautados em modelos que promovam o bem estar social, a conservação dos ambientes naturais e da

sociobiodiversidade. Negar essa possibilidade é corroborar com o argumento daqueles que afirmam ser incompatível a manutenção das florestas com o desenvolvimento do país.

O paradigma de ilhas de biodiversidade deve ser substituído por um novo paradigma emergente. As UCs, vistas como ilhas, não garantirão a proteção frente às fronteiras que, a cada dia, sofrem maiores pressões. Que, de ilhas, passem a ser vistas como pontos de expansão da sociobiodiversidade, sendo esta expansão possível somente com o fortalecimento das populações que vivem no interior dessas áreas, a partir da construção de sociedades sustentáveis que façam pressão contrária em um mundo que caminha na contramão da sustentabilidade.

*“Tem gente que passa a vida inteira,
Travando a inútil luta com os galhos,
Sem saber que é lá no tronco,
Que está o coringa do baralho”.*

(As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor - Raul Seixas)

Referências

ALLEN, D.E. **The Naturalist in Britain** - Harmondsworth: Penguin, 1978. 52p.

AMEND, S; AMEND, T.; **Habitantes en los Parques Nacionales**: una contradicción insoluble? In: AMAMEND, S; AMEND, T. (Coord.) Espacios sin habitantes? Parques Nacionales de América del Sur. Caracas: editorial Nueva Sociedad/UICN, 1992.p 498

ARNOLD, J.E.M. ; CAMPBELL, J.G. Collective management of hill forests in Nepal: the community forestry development Project. In: NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Proceedings of the Conference on Common Property Resource Management**, 1986. Washington, D.C., National Academy Press, p. 425-454.

BARRETTO FILHO, H.T. **Da nação ao planeta através da natureza**. 2001.p 536. Tese – (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas , Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARRETTO-FILHO, H.T.**Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil**. In: RICARDO, F. (org.) Terras Indígenas e Unidades de Conservação. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p.53-63.

BERKES, F. Fishermen and the “tragedy of the commons”. **Environmental Conservation**, v.12, p.199-206, 1985.

BERKES, F.,(1996) Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P.F.;BERKES, F. SEIXAS, C.S.(Org.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p 415.

BOFF, L.; **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres – Rio de Janeiro: Sextante, 2004. 314p.

BORRINI-FEYERABEND, G. **Manejo participativo de áreas protegidas**: adaptando o método ao contexto. Temas de Político Social, Quito: UICN-SUR 1997. p 68.

BRASIL; Lei nº 7.735, de 22 fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7735.htm> acesso em: 11 de ago de 2011

BRASIL; **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC**. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília IBAMA/ DIREC 2000.

BRASIL; Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e da outras providências - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, MMA – 2007.

BRASIL, 2000b____. **Mensagem número 967, de 18/07/2000.** Justificação de vetos na versão final do SNUC. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Mensagem_Veto/2000/Mv0967-00.htm.
 Acesso em: 15 jul. 2011.

BRASIL 1967, decreto n. 289 de fevereiro de 1967. – Dispõe sobre a criação do IBDF e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126130/decreto-lei-289-67> Acesso em: 16 jul.2011.

BRASILIA, DF; **Política Nacional de Educação Ambiental** – PNEA, Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm Acesso em: 11 ago. 2011.

BRASILIA, DF; **Programa Nacional de Educação Ambiental**, ProNEA, Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102p.

BRASILIA, DF; **Gestão Participativa do SNUC**, Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Áreas Protegidas. Série: Áreas Protegidas do Brasil, 2004.

BRASILIA, DF; **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas** - PNAP, Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm Acesso em 11 ago. 2011.

BRINBLECOMBE, P. Interest in Air Pollution among the early Fellows of the Royal Society. **Notes & Recs. of the Royal Society**, London, v. 32, p 138, 1978.

BRITO, M.C.W. **Unidades de Conservação**: Intenções e resultados. 2 ed. – São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003. 230p

BROCKINGTON, D.;GOE, J. **Expulsão para a conservação da natureza: uma visão global** 2004. In: DIEGUES, A.C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub – USP, 2008. 193p.

BROMLEY, D.W.; CHAPAIN, D.P.; **The village against the center: Resource depletion in South Asia. American Journal of Agricultural Economics**, Milwaukee, v.66, p. 868-873, 1984.

CAMPOS, S.V. **Mudanças sociais e conservação na estação ecológica da Juréia Itatins: O Caso do Despraiado** – 2001. 212p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

CANCLINI, N.G.; **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo:Editora Brasiliense, 1982. p 150.

CAPRA, F.**Teia da vida, uma nova compreensão dos sistemas vivos**. São Paulo: Pensamento; Cultrix, 1996. 256 p.

CARVALHO, J.C. A conservação da natureza e dos recursos naturais na Amazônia brasileira. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA, v. 7, p.1-47, 1967.

CREADO, E.S. ; MENDES, A.B.V.; FERREIRA, L.C.; CAMPOS, S.V.C. Entre “tradicionais” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 9, p 255-271 jul/dez 2008.

DALARI, D.; Direito de participação. In: SORRENTINO, M. (Coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**.São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. 228 p.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 483 p.

DIEGUES, A.C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo:Nupaub – USP, 2008. 193 p.

DIEGUES, A.C.S.; **O Mito moderno da natureza intocada**. 6.ed. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008. 197 p.

DOWIE, M. Refugiados da conservação. In: DIEGUES, A.C.(Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub – USP, 2008. 193 p.

DRUMMOND, J.A. **Devastação e preservação ambiental: os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 1997. 306 p.

FEENY, D. ;BERKES, F.; MACCAY, B.J.; ACHERSON, J.M. A tragédia dos comuns: vinte anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A.C. (Org.) **Espaços e recursos naturais**. São Paulo: NUPAUB – USP, 1990. p.17 – 42.

FERREIRA, L.C. **A Floresta Intransitiva**: conflitos e negociações na Mata Atlântica, SP. 1996. 270p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

FERREIRA, L.C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, Campinas., v.2, n.5, p. 35-54, 1999.

FERREIRA SILVEIRO, S. O., CAMPOS, S. V., Silveira, P. C. B., OLIVEIRA, V. G., MENDES, A. B. V., PINTO, A. O., Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Idéias**, campinas, v. 8, n.2, p.115-150, 2001.

FERREIRA, L.C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.7 n.1, p 47-68, jan/jun, 2004.

FERREIRA, L.C.; CAMPOS, S.V.; CREADO, E.J.; MENDES, A.B.V; CAROPRESO, C; Encontro das Águas: Dinâmicas Sociais e Biodiversidade na Amazônia Brasileira. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos v. 16, n.1, p.50 – jan/jun 2007.

FLORIANI, D.Diálogo de Saberes: uma perspectiva socioambiental. In: FERRARO Jr., L.A. (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores, Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 1997. 358 p.

FOLADORI, G.; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana** v.10 n.2 Rio de Janeiro, 2004. p 323-348.

FUNDAÇÃO FRANCISCO, **Desafios e perspectivas do movimento ambientalista no Brasil**. Brasília: Novib/Holanda e Damien Fundation, 1995. 145p

GHIMIRE, K. **Parques e populações**: problemas de sobrevivência no manejo de parques nacionais na Tailândia e em Madagascar. São Paulo; NUPAUB-USP, 1993. 68p. (Série documentos e relatórios de pesquisa, 3 – Versão Preliminar)

GLUCKMAN, M. Análise situacional de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDEMAN-BIANCO, B. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo:Global Universitária, 1989. 402p.

GOHN, M.G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p 20-31, maio - ago 2004.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, Nova Iorque, v. 162, p.1243-1248, 1968.

JANZEN, D.H. Wildland biodiversity management in the tropics: where are we now and where are we going? **Vida Silvestre Neotropical**, Costa Rica, v.3, p.3-15, 1994.

JOHANNES, R.E. Traditional marine conservation methods in Oceania and their demise. **Annual Review of ecology and Systematics**, Palo Alto, v. 9, p. 349-364, 1978.

JOHNSON, D.; ANDERSON, D. (Ed.) **The ecology of survival**: case studies from Northeast African History. London: Crook. 1988. p 318.

JOHNSON, M.C.; POULIN, M.; GRAHAM, M. Rumo a uma Abordagem Integrada da Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade: Lições Aprendidas a Partir do Projeto da Biodiversidade do Rio Rideau. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n.1, p 57-86, jan-jun. 2007.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000 [1994]. p 152.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder; Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p 495

LOUREIRO, CFB; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (Org.). **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase, 2003. p 44.

LOUREIRO, C.F.B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação** : aspectos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: IBASE; Instituto TerraZul; Parque Nacional da Tijuca, 2007. p 88.

MacCHAPIN. **Um desafio aos conservacionistas** 2008 In: DIEGUES, A.C. (Org.) **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: Nupaub – USP, 2008. p 193.

MacCORMICK, J.; **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 224 p.

MALINOWISK, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento da aventura dos nativos nos Arquipelagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p 436

McKEAN, M.A.; OSTROM, E. Regimes de Propriedade Comum em Florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. 293p.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil **Ambiente & Sociedade**, Campinas,v.9, n. 1, p 41-64, jan./jun. 2006.

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e nacionais às demandas locais**. 2003. 391p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MILL, J.S. **Principles of political economic**. London: Longmans, Green and Co. 1870, ed., 1965, IV, 6,2.

MORIN, E.; **Ciência com Consciência**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Cabeça Bem-Feita**, 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

NOGUEIRA NETO, Paulo. **Estações ecológicas: uma saga de ecologia e de política ambiental**. São Paulo: Editora Empresa das Artes, 1991, 103p.

OLIVEIRA, R.D.; OLIVEIRA, M.D. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. 6 ed. In: BRANDÃO, C.R. (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.17-34.

OLMOS, F. [et al.]; Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das populações tradicionais à Mata Atlântica In: Albuquerque, J. L. B., J. F. Cândido-Júnior, F. C. Straube e A. L. Roos (eds.) **Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias**. Tubarão : Editora Unisul, 2001.p 379-312

OSTROM, E. **Governing the commons. The evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.p 280

_____. ; GARDNER, R.; WALKER, J. **Rules, games and common-pool resources**. Michigan: Michigan Press, 1994. p 3-51

PADUA, M.; FILHO, A.F.C.; **Os Parques Nacionais do Brasil**. São Paulo:José Olympio, 1973. p 224

PÁDUA, J.A. A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**,São Paulo, v. 15, n. 44, p119-142, out. 2000.

PRINCEN, T.; FINGER, M.; **Environmental NGOs in world politicss**. London:Routledge,1996. p 262.

QUEIROZ, R.C **Atores e reatores na juréia: idéias e práticas do ecologismo**. 1992. 22p. Dissertação (Mestrado em antropologia) - Instituto de Filosofia Ciências e Historia, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

QUINTÃO, A.T.B. **Evolução do conceito de parques nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento.** Brasília: Brasil Florestal –abr/jun, 1983. p 13-28.

RADKAU, J. (1996), **Wood and forestry in German history.** *Environment & History*, 2, 1: 63-76.

SÃO PAULO 2009. **Lei Estadual nº 13.798, de 2009.** Institui a Política Estadual de Mudanças *Climáticas*. São Paulo. 2009. Disponível em: <www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/estadual/leis/2009_lei_13798.pdf> Acesso em 11 ago. 2011.

SÃO PAULO 2010a. **RESOLUÇÃO 029 DE 30 DE MARÇO DE 2010.** Dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências. São Paulo. Secretaria estadual de Meio Ambiente SMA. 2010. Disponível em: <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/estadual/resolucoes/2010_Res_SMA_29.pdf> Acesso em 11 ago. 2011.

SÃO PAULO 2010b; **Estudo Técnico para Recategorização de Unidades de Conservação e Criação do Mosaico de UCs Juréia-Itatin.** São Paulo. SMA – FF. 2010. 187p.

SCHERER-WARREN, I. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA. E.J. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Cortez, Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.p 220.

_____. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, M. (Coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo:EDUC/FAPESP, 2001.p 229

SIRKS, A. Enquanto isso na Terra do Pau Brasil. In: MacCORMICK, J.**Rumo ao Paraíso:** a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. Apêndice p. 215-224.

THOMAS, K.**O Homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454p.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996. 348p.

VIANNA, L.P. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de “população tradicional” no contexto das unidades de conservação.** São Paulo, 1996. 217p
Dissertação – (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas ,Universidade de São Paulo, 1996.

VIOLA, E.J.; LEIS, H.R. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: O papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H.R. (Org.) **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes. FASE, AIRI, PUC/RJ, 1991.p183.

VIOLA, E.J.; LEIS, H.R. O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Rio 92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E.J.; **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. 3 ed. São Paulo:Cortez, Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. 217p

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva (1922). Tradução: Regis Barbosa / Karen Elsabe Barbosa. 4 ed. Local: Editora da Unb, 2004. 422p.

WEST, P.C.; BRECHIN, S.R. National parks, protected areas, and resident peoples: a comparative assessment and integration. In: WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. (Ed.). **Resident Peoples and National Parks**. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 363-400.

WWF. **Subsídios para discussão**. In: “Workshop – Diretrizes e políticas para Unidades de Conservação”. Brasília: WWF,1994. 61 p (relatório Interno).

ANEXOS

ANEXO A

São Paulo, 2 de julho de 2009

Carta do Instituto Socioambiental (ISA) às comunidades de Jureia-Itatins

Prezados,

Por meio deste comunicado, o ISA vem manifestar sua posição depois da recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que acatou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade anulando a Lei do mosaico da Jureia, e fazendo com que a região volte a ser uma Estação Ecológica. Com isso foram interrompidos os trabalhos do plano de manejo que vinham sendo executados pela Fundação Florestal juntamente com a Unicamp e o ISA. Queremos destacar nossa opinião em relação aos trabalhos executados, à situação dos beneficiários das Unidades de Conservação e às ações planejadas para um futuro próximo visando a elaboração de um novo Projeto de Lei que recrie o mosaico. É urgente que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo encaminhe esse Projeto de Lei, em respeito aos trabalhos ora desenvolvidos e às comunidades locais, que se empenharam em participar e discutir o plano de manejo durante mais de um ano.

Apresentamos aqui uma análise do processo e do contexto de elaboração do plano de manejo do mosaico Jureia-Itatins, que é um exemplo dos conflitos socioambientais representados por populações que habitam Unidades de Conservação e seu entorno e têm estreitas relações com a natureza. Em curto espaço de tempo (três anos e meio) criou-se um mosaico em substituição à Estação Ecológica criada havia mais de 20 anos. O mosaico, agora anulado, gerou expectativas de mudança, e com o início do plano de manejo, os moradores, foram mobilizados, e os processos participativos fortalecidos. Diante destes fatos, o ISA acredita que é necessário fazer uma reflexão sobre o processo e os resultados, já obtidos e atentar para os caminhos que indicam os próximos passos na criação de uma nova lei que dialogue com as populações tradicionais e garanta a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica.

Durante os anos de 2008 e 2009 foram realizadas uma série de ações no mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (litoral Sul de SP, e interior do Vale do Ribeira), por meio de um intenso e rico processo de discussões e elaboração de seu plano de manejo. Pela primeira vez, diferentes comunidades que convivem e habitam o mosaico

participaram de uma ação ao lado de cientistas e técnicos do governo do Estado de São Paulo, de diversos fóruns de debate e de estudos coordenados por pesquisadores de universidades, lideranças locais e organizações não governamentais. Foi um momento histórico no processo de elaboração dos planos de manejo no Estado de São Paulo e de implantação de Unidades de Conservação na região de Jureia-Itatins (Leia mais.)

Nesse período, o ISA foi contratado pela Fundação Florestal para elaborar, em um primeiro momento, o diagnóstico socioeconômico das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Barra do Una e do Despraiado. Em seguida, passou a coordenar junto a Unicamp os processos de envolvimento e participação da sociedade civil na elaboração das demais etapas de elaboração do plano de manejo de todo o mosaico. Em mais de 20 oficinas e reuniões dos conselhos gestores nas diferentes etapas, com 50 a 100 participantes em média em cada uma, foram explicados os conceitos de RDS e de plano de manejo e realizado o diagnóstico junto às comunidades. A partir daí, iniciou-se a elaboração do zoneamento de cada Unidade de Conservação (UC) do mosaico e a proposição de ações em cada programa de gestão.

Infelizmente esse processo foi interrompido pela recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, acatando Ação Direta de Inconstitucionalidade (nº 153.336.0/-00) movida pelo Ministério Público, pedindo a nulidade da Lei nº 12.406/06, que criou o mosaico da Jureia-Itatins. Independentemente do mérito dessa decisão, nós do ISA estamos consciente de que essa medida implica um retrocesso ao transformar aquele território novamente na Estação Ecológica da Juréia-Itatins e conseqüentemente paralisar os trabalhos que vinham ocorrendo.

Criada em 1986, a Estação Ecológica tinha como objetivo principal a conservação dos ecossistemas naturais e a pesquisa. Se por um lado esta Unidade de Conservação foi um marco do ambientalismo nos anos 1980 contra o processo voraz de destruição da Mata Atlântica, por outro, deixou à margem o desenvolvimento socioeconômico de mais de 300 famílias, entre elas caiçaras, que já se encontravam no local.

Consideramos que a sociedade local está engajada, ciente dos objetivos ambientais de cada UC do mosaico mas que também pretende resolver definitivamente os entraves

que por mais de 20 anos levaram-na ao isolamento e em muitos casos ao abandono da área por muitas famílias, sem condições mínimas de qualidade de vida.

A construção do plano de manejo de forma participativa, etapa importante do processo de implantação vinha confirmando a necessidade de parceria entre o Estado e as comunidades para atingir os objetivos de cada unidade do mosaico. A interrupção do plano de manejo e o retorno ao “passado” representam um sério revés ao processo que vinha sendo realizado e que o ISA apoiava e do qual vinha participando.

Um novo projeto é necessário e urgente

Consideramos urgente, portanto, a necessidade de um novo Projeto de Lei de criação do mosaico. Caberá à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo tomar a iniciativa e, ao elaborar o novo projeto manter a transparência levando a proposta para discussão com os diversos setores envolvidos, sem incorrer no erro do projeto anterior. Isso significa que os atores engajados e a comunidade local devem poder opinar e decidir sobre os novos limites do mosaico, entre outras questões.

Consideramos também fundamental que o Estado e a comunidade local resgatem e aproveitem, na elaboração no novo Projeto de Lei, todos os estudos que já foram realizados, bem como as propostas já acordadas em reuniões e nas oficinas do processo do Plano de Manejo.

Este também é o momento de rever e aprimorar tais discussões, incorporando no próximo plano de manejo os avanços definidos em outros planos de outras Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, onde a presença humana representada pelas comunidades tradicionais não se dá apenas por instrumentos provisórios, tais como os “Termos de Compromisso”. Este é o momento de dar legitimidade às populações que historicamente ocupam e zelam pela conservação do ambiente da Jureia, por meio de seu modo de vida tradicional e saberes acumulados. Esta é a oportunidade de atuar no aprimoramento dos trabalhos de zoneamento e nas bases para os programas de gestão feitos recentemente. Estabeleceu-se de fato um modelo novo e criativo de plano de manejo, que contempla a realidade socioambiental da região.

É imprescindível que as comunidades e outros envolvidos com as UCs estejam mobilizados para que esse Projeto de Lei seja adequado às suas realidades e às demandas já levantadas, para garantir a conservação dos ecossistemas naturais e a

sustentabilidade socioeconômica local. O Estado de São Paulo deve conduzir a proposta do novo mosaico por meio de um debate amplo em todas as comunidades da Jureia-Itatins antes das audiências previstas em lei. Isto significa que o Estado deve realizar reuniões nas comunidades que esclareçam e discutam a nova proposta, as categorias e a elaboração de um documento final. O novo Projeto de Lei, após aprovado, terá uma nova agenda de implantação, de estruturação e de retomada das atividades dos conselhos.

Por isso, recomendamos que todos os envolvidos com a Jureia, principalmente as comunidades locais, mantenham-se mobilizados para essa nova fase. Já têm em mãos uma série de documentos e mapas produzidos durante o processo do plano de manejo, com os quais poderão discutir e negociar a nova proposta. Mesmo sem as atividades dos conselhos dos parques e RDSs, as ações dentro da agenda positiva que o Estado de São Paulo vinha implementando por meio da Fundação Florestal vinha implementando devem continuar atendendo às reivindicações das comunidades.

Sobre os beneficiários das UCs

Gostaríamos de ressaltar pontos importantes com relação a esse processo. O Brasil avançou nos últimos anos na consolidação de legislação ambiental e de garantia de direitos para populações tradicionais, reconhecendo seu papel na conservação ambiental. Exemplo de legislação é o próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com as categorias de unidades de desenvolvimento sustentável, como Reservas Extrativistas (RESEXs) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs). São espaços importantes para a garantia da riqueza da sóciobiodiversidade brasileira.

Entre outros objetivos, essas categorias visam garantir a permanência e os direitos das populações tradicionais nos seus territórios ocupados historicamente. Essas categorias foram uma reivindicação de comunidades locais que viram durante anos, na Amazônia, no litoral paulista e em outras regiões do país, seu patrimônio histórico cultural ser dilapidado pelas ameaças, pressões e pela expulsão de inúmeras famílias a mando de interesses particulares, empresariais, por grileiros de terra ou mesmo por empreendimentos governamentais. Vale lembrar casos conhecidos na década de 1970, como a expulsão por jagunços de famílias caiçaras de Trindade, e as ameaças que

rondaram o Rio Verde (Juréia-Itatins) contra as famílias feitas pela empreiteira Gomes de Almeida, que ali visava construir um condomínio de luxo para milhares de turistas. O ISA considera que a discussão dos beneficiários do mosaico deve ser retomada junto à comunidade local, com base nos cadastros oficiais realizados, que são documentos que atestam a presença de famílias no interior das UCs desde 1990. As famílias tradicionais da Juréia devem participar deste processo de definição livremente e sem o constrangimento advindo das relações de dependências econômicas e/ou pressões externas. Consideramos que devem permanecer nas UCs de uso sustentável tanto as famílias tradicionais como as demais famílias que constam do antigo Cadastro Geral de Ocupantes bem como seus descendentes. Portanto, o ISA reconhece não somente o direito de permanência de famílias tradicionais, mas também daquelas que não têm outra alternativa de sobrevivência e que mantém relações sociais com as comunidades tradicionais sustentáveis no que diz respeito ao meio.

Finalizando, gostaríamos de ressaltar que é necessária a presença do Estado para fomentar projetos e suprir políticas públicas voltadas à educação, habitação, saúde, cultura e geração de renda para as famílias, que lhes garantam a longo prazo a autonomia e sustentabilidade, ao lado da conservação dos recursos naturais. Ao contrário do que tem ocorrido historicamente, o Estado não pode abdicar de suas responsabilidades no investimento socioeconômico, mesmo depois de terem sido definidos os termos de compromisso e o futuro das várias famílias, bem como não deve abdicar de manter uma boa relação entre as comunidades e as UCs.

A Jureia-Itatins, fruto de uma luta também da sociedade civil, é símbolo da sociodiversidade e biodiversidade contida na Mata Atlântica.

O ISA coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários sobre sua atuação na região ao longo deste processo.

ANEXO B

CONTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES DE MORADORES PARA A ELABORAÇÃO DO NOVO PROJETO DE LEI DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE JURÉIA-ITATINS

UNIÃO DOS MORADORES DA JUREIA

IGUAPE/PERUÍBE – AGOSTO - 2009

1 INTRODUÇÃO

A Estação Ecológica de Juréia-Itatins, EEJI foi criada, em 1986, pelo Governo do Estado de São Paulo com uma área de, aproximadamente 80.000 km², nos municípios de Iguape e Peruíbe tendo, também, como confrontantes Itariri, Miracatu e Pedro de Toledo.

Nessa área habitavam centenas de famílias de moradores tradicionais, proprietários rurais, posseiros e veranistas, que exerciam diversas atividades como agricultura, pesca, turismo, artesanato e outras.

A EEJI, como Unidade de Conservação de Proteção Integral não permitia a presença de pessoas morando em seu interior criando desde o início da sua implantação, um enorme conflito entre os seus ocupantes e a sua administração.

Os Moradores da EEJI, liderados pela União dos Moradores da Juréia, UMJ vêm, há mais de vinte anos, travando com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, um dos mais emblemáticos embates da Política Ambiental Brasileira, pelo seu legítimo direito de morar e de viver dignamente na área.

A UMJ, entidade civil fundada em 1990, que representa as Comunidades de Moradores da Juréia, nos municípios de Iguape e Peruíbe foi criada com o objetivo de promover o

desenvolvimento sustentável, os direitos de cidadania, ao território, ao trabalho, com base na manutenção da cultura das comunidades tradicionais.

Apesar dos seus filiados serem os Moradores da Juréia, a UMJ participa ativamente de ações de caráter regional, estadual e nacional, seja na organização dos moradores de outras Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, seja no caráter cultural das Comunidades Tradicionais do Rio de Janeiro e do norte do Estado do Paraná, ou como membro da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A organização da UMJ foi uma reação da comunidade de moradores, à criação da EEJI, que não obedeceu a parâmetros sócio-ambientais, que um projeto desta magnitude exige, incluindo áreas de ocupação antrópica antiga, e não incluindo outras de grande importância ambiental.

A não observância desses e de outros parâmetros, que deveriam nortear a criação de Unidades de Conservação, originou profundos problemas sócio-ambientais, causando conflitos permanentes, entre os moradores e o poder público estadual, destacando-se entre outros: abusos de poder; perda de biodiversidade; aniquilamento da cultura tradicional local; desprezo pelo etno-conhecimento; êxodo e marginalização dos moradores tradicionais para as periferias das cidades próximas; medo e insegurança dos que resistiram e continuaram ocupando as suas propriedades rurais.

Fruto dessa incansável luta, finalmente, no ano de 2006, em um acordo com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Assembléia Legislativa aprovou e o Governador sancionou a Lei Estadual nº 12.406, de 12 de Dezembro de 2006, que criou o Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins (**Anexo I - Resumo da História da Criação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins e da sua Reclassificação, com a Criação do Mosaico, através da Lei nº 12.406 de 2006**).

Essa Lei reclassificou algumas áreas da EEJI, alterando as suas categorias, permitindo a moradia (permanente ou temporária) dos moradores tradicionais e o desenvolvimento de atividades, que não comprometem a conservação ambiental da área e estimula o resgate cultural dessas comunidades.

As Unidades de Conservação criadas ou modificadas foram: Estação Ecológica de Juréia-Itatins (parte continental e parte marinha); Parque Estadual Itinguçu (parte continental e parte marinha); Parque Estadual do Prelado (parque continental e parte marinha); Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Despraiado; Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Barra do Una (parte continental e parte marinha); Refúgios Estaduais de Vida Silvestre das Ilhas do Abrigo ou Guaraú-Guararitama.

Além dessas Unidades de Conservação, os representantes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos moradores da Juréia estão elaborando levantamentos e estudos visando à criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Una da Aldeia.

O Anexo II, apresenta um resumo dos Mapas elaborados e das Audiências Públicas, realizadas durante o processo de negociação para a elaboração do Projeto de Lei Estadual do Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins, que originou a Lei nº 12.406/06.

2 A SITUAÇÃO ATUAL DOS MORADORES E DOS DEMAIS OCUPANTES DO MOSAICO

Segundo levantamentos recentes, existem atualmente centenas de famílias de Moradores Tradicionais, além de grande número de proprietários rurais, posseiros, veranistas e outros habitando no Mosaico.

A situação fundiária das Unidades de Conservação do Mosaico é bastante complexa, sendo que encontram-se em andamento, cerca de 180 ações de desapropriações, num contexto que gera grandes conflitos, entre os moradores tradicionais, os proprietários rurais, os posseiros, os veranistas e a administração do Mosaico.

A partir da criação dos Parques Estaduais, PE e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, RDS surgiram perspectivas reais para uma atuação conjunta, entre o poder público, as entidades não governamentais, e as comunidades residentes no Mosaico e no seu entorno, para desenvolver um amplo programa sócio-ambiental, não só para minimizar os conflitos, como para permitir o desenvolvimento de atividades que possibilitem aos moradores, o resgate da sua cultura, da melhoria da qualidade de vida de suas famílias e a conservação do meio ambiente.

A organização e o fortalecimento de um trabalho conjunto, entre instituições públicas e entidades não governamentais no Mosaico, vêm sendo discutidos, há vários anos, inicialmente nas reuniões do Conselho Consultivo da EEJI, posteriormente, após a criação do Mosaico, nas reuniões dos novos Conselhos das Unidades de Conservação, e também em eventos promovidos conjuntamente pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, as entidades representativas dos moradores, as ONGs que atuam na região e outras instituições públicas municipais, estaduais e federais ligadas ao setor.

Nesse sentido, durante o ano de 2007 foram realizados vários eventos, que tiveram basicamente os seguintes objetivos principais: identificar as ações e projetos em desenvolvimento pelas entidades na área do Mosaico e seu entorno; definir demandas para o desenvolvimento de ações e projetos para a sustentabilidade da região; discutir e formatar um arranjo entre as instituições que atuam na região; definir uma agenda de compromissos e continuidade dos trabalhos, tanto para uma estruturação definitiva dos projetos quanto para o fortalecimento do arranjo institucional; capacitar técnica e administrativamente as ONGs, as comunidades e outras entidades do seu entorno.

No mês de março de 2008, a Fundação Florestal contratou a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, FUNCAMP, e o Instituto Sócio-Ambiental, ISA para elaborarem, no período de 18 meses, os Planos de Manejo para todas as Unidades de Conservação do Mosaico.

3 A ADIN

No mês de setembro de 2007, a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, contra a referida Lei, sendo que o recurso teve seu julgamento final, em abril de 2009.

O Acórdão de 10 de junho de 2009 apresenta a seguinte conclusão: “Rejeitaram a matéria preliminar e julgaram procedente a ação”. Como resultado desse Acórdão a Unidade de Conservação retrocede ao seu status jurídico original, ou seja, de Estação Ecológica.

A Procuradoria Geral do Estado ingressou com Embargos de Declaração, no dia 04 de agosto de 2009.

A anulação da Lei 12.406 de 2006 acirrou ainda mais a situação de insegurança e de medo das comunidades, que resistiram nesses 23 anos de luta!

4 A NOVA LUTA POR UM PROJETO DE LEI QUE POSSIBILITE A IMPLANTAÇÃO DE UM MOSAICO, QUE ATENDA ÀS NECESSIDADES SOCIAIS E AMBIENTAIS DAS COMUNIDADES DA JURÉIA E SEU ENTORNO

A UMJ, mesmo reconhecendo os avanços que a Lei nº 12.406 trouxe com a criação do Mosaico, continuou promovendo debates, com as Comunidades sobre a necessidade da elaboração de um novo Projeto de Lei, que viabilize a sobrevivência e o resgate cultural de todas as comunidades que se encontram na área abrangida pelo Mosaico.

Nesse sentido, a UMJ desde o ano de 2006, vem coordenando a realização de conferências, reuniões, seminários, protestos e outras atividades, contando com a colaboração de outras entidades não governamentais que atuam na região e em outras regiões do Brasil.

Como já foi dito, essa Lei surgiu pela demanda dos moradores da Juréia, e também de um grande esforço de articulação social e política, coordenado pela UMJ, entre essa população e o poder público legislativo e executivo estadual, cujos representantes realizaram um grande número de reuniões de negociações e várias audiências públicas, visando à definição de novos parâmetros para favorecer as Comunidades prejudicadas pela criação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, em 1987.

Embora o Projeto inicial (PL613-04) tivesse outro formato, incluindo todas as Comunidades de Moradores da Juréia em uma só Reserva de Desenvolvimento Sustentável, não foi possível contemplá-las, durante o processo de discussão do PL,

por não haver consenso por parte da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

O PL 613-04 culminou na aprovação da Lei Estadual 12406-06, que criou o Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins, sendo que os moradores foram obrigados a aceitar que apenas duas comunidades fossem contempladas como Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) (Despiciado e Barra do Una), mas assumindo, junto com as comunidades remanescentes nas demais Unidades de Conservação de Proteção Integral, o compromisso de continuar lutando pela elaboração de um novo Projeto de Lei, que contemple as comunidades que ainda estão excluídas das Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

5 OS PRÉ-PLANOS DE MANEJO

Esses projetos foram desenvolvidos, no período de 2007 a 2009, tendo como parceiros o PROTER - Programa da Terra, representantes das comunidades atendidas, e UMJ - União dos Moradores da Jureia, com financiamento do Programa Comunidades Tradicionais - Carteira de Projetos Agroextrativistas da Coordenadoria de Agroextrativismo do Ministério do Meio Ambiente.

A proposta para elaboração dos Pré-Planos de Manejo surgiu não somente pela necessidade da promoção da capacitação das comunidades visando à discussão do Plano de Manejo oficial, mas também para a definição de um Plano Emergencial de Uso, para as RDS de Barra do Una e do Despiciado.

Outros objetivos foram: acelerar e nortear o processo de implantação das Unidades de Conservação do Mosaico; capacitar as Comunidades no conhecimento sobre a legislação sobre os conceitos de participação e no processo de discussões públicas na elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação.

5.1. PRÉ-PLANOS DE MANEJO DAS RDS DE BARRA DO UNA (Anexo III) E DA RDS DO DESPICIADO (Anexo IV) – 2007/2008

A diferença entre os trabalhos desenvolvidos nestas duas RDS, no processo de capacitação foi que, a Comunidade do Despiciado apresentou e aprovou no Conselho Deliberativo, o Zoneamento para ser utilizado como Plano Emergencial de Uso. Já na RDS de Barra do Una, o Conselho aprovou o Zoneamento apenas como um material de consulta para os trabalhos do Plano de Manejo oficial.

5.2 PRÉ-PLANOS DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO ITINGUÇU (Anexo V) e DO PARQUE ESTADUAL DO PRELADO (Anexo VI) – 2008/2009

No Parque Estadual Itinguçu, o trabalho foi executado separadamente em cada uma das quatro comunidades que compõem a Unidade, sendo elas Guaraúzinho, Barro Branco, Tocaia e Utinga Grande, garantindo assim participação e o envolvimento entre os moradores de localidades diferentes.

Na parte final foi promovida uma oficina, visando à integração dessas comunidades para a intersecção de todos os zoneamentos propostos nos diferentes localidades, e para permitir a elaboração de um zoneamento único para o Parque.

No caso do Parque do Prelado, a metodologia utilizada foi a mesma, apenas diferenciando pelo fato de que as oficinas foram desenvolvidas sem divisão das comunidades, mas ocorreram de forma itinerante, na Barra do Ribeira e na Praia da Jureia.

6 CONCLUSÃO

A ADIN, que declara inconstitucional o Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins (Lei 12406 de 2006), impediu a Fundação Florestal de dar continuidade na elaboração do Plano de Manejo, na contratação de gestores, na execução dos programas e das ações destinadas à implantação das Unidades de Conservação do “Mosaico.”

Isto configura a necessidade premente e inadiável da elaboração e aprovação de um novo Projeto de Lei, criando uma solução para a atual situação de insegurança e de medo dos moradores da região da Juréia-Itatins e seu entorno.

A UMJ entende que a presença humana, nas áreas de interesse para proteção ambiental, é a chave para o seu sucesso.

Assumimos essa responsabilidade quando realizamos três empates contra desmatamentos na Estação Ecológica da Juréia.

A UMJ entende que a gestão das UCs devem ser participativa e para isso executou projetos de contribuindo para a gestão da RDS Barra do Una, RDS Despraiado, Parque Estadual do Itinguçu e Parque Estadual do Prelado (Mosaico da Juréia).

Tudo isso mostra a vontade das comunidades permanecerem na Juréia e assumindo as responsabilidades inerentes à esta situação.

A UMJ, pelo seu histórico na representação das comunidades da Juréia, na defesa dos direitos dos seus moradores, bem como na participação em processos de discussão e definição de políticas públicas para Unidades de Conservação no estado de São Paulo e em outros estados, apresenta essa proposta que tem como principais objetivos:

1-Resolver definitivamente a situação de medo e insegurança dos moradores, com a inclusão de todas as comunidades da Juréia, em Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

2-Servir como contribuição ao início das negociações, para a elaboração do Projeto de Lei, de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

ANEXO C

Exmo. Sr.

José Serra

Governador do Estado de São Paulo

Em 1980 foi implantada a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI) que delimitou um trecho de Mata Atlântica, bioma considerado um dos hotspots do planeta. Isso significa que, devido à sua elevada biodiversidade e ao grau de ameaça desse bioma, toda a comunidade científica mundial reconhece a Mata Atlântica como uma das áreas mais importantes para conservação no mundo. Neste contexto, a EEJI é apontada como um dos últimos cinco santuários do mundo, detendo cerca de 4% dos 13% restantes de Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Assim, a sua importância para a conservação é inquestionável, corroborada em cerca de 760 títulos acadêmicos e protegida por, pelo menos, 175 atos legais. Uma das singularidades dessa Unidade de Conservação Integral é a complexa heterogeneidade de relevo, solo e clima, que evoluiu ao longo do tempo e faz com que a região possua características únicas quando comparadas a outras porções de Mata Atlântica. A história das nossas florestas e seus primeiros habitantes pode ser averiguada na Juréia-Itatins, razão pela qual ela é citada como patrimônio natural e arqueológico. Apesar de todo o reconhecimento acadêmico e legal, ações gerenciais concretas para sua proteção vêm sendo adiadas. Paralelamente, sem orientação e com pouco apoio governamental, a pequena população tradicional do início do século passado cresceu e somaram-se a ela outros grupos sociais, formando, ao longo desses anos, grandes conjuntos populacionais mistos dentro da EEJI. A saída encontrada até o presente momento foi instituir duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável em territórios antes destinados à Estação Ecológica, que supostamente protegeriam a própria floresta e a comunidade tradicional, além de dois Parques Estaduais, que permitiriam insumos econômicos para a população. Essa alternativa foi estabelecida em 2006, com a criação do Mosaico Juréia-Itatins e derrubada em 2009, por um Ato de Inconstitucionalidade. Hoje, estamos novamente diante de propostas para a criação de um novo Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins, como um caminho para a solução dos conflitos gerados por esses

anos desgovernados.

Nós, pesquisadores do Estado de São Paulo, queremos, nessa carta, declarar nossa posição em relação a EEJI, frente às alternativas que se apresentam em diferentes grupos sociais. Somos e seremos contrários a qualquer proposta que segmente o complexo de ambientes ainda conservados na EEJI, que interrompa os elos de conectividade ainda existentes. Em síntese, defendemos com veemência que o coração de Juréia, que abrange a Serra do Itatins, as planícies dos rios Una do Prelado, Comprido e Rio Verde e os Maciços da Juréia e do Parnapuã, sejam destinados à conservação integral. Nessas áreas, a proposta ideal é eliminar as pressões humanas, ou no mínimo reduzi-las significativamente, mas nunca ampliá-las. Pode-se, sem dúvida, considerar a possibilidade da co-existência dessas florestas voltadas para conservação integral com a população realmente tradicional e residente nessa área, cuja sobrevivência e subsistência dependem 100% dessas terras. Se o conceito de tradicionalidade for de fato obedecido, segundo critérios autênticos, o número de famílias com direito a moradia e acesso irrestrito será bastante reduzido. Nessa situação, deverão predominar os impactos ambientais de menor magnitude e, talvez, possam ser respeitados os princípios biológicos que norteiam a cadeia alimentar e a pirâmide energética, garantindo a conservação da biodiversidade remanescente da região.

Na situação atual de cobertura florestal do Estado de São Paulo, não estamos em condição de perder áreas importantes para conservação biológica, mas reconhecemos os conflitos existentes. Algumas áreas dispostas na faixa de borda da Estação Ecológica estão depauperadas em função dos desmatamentos, usos inadequados, excessivo número de moradores e partições de terrenos por proprietários. É evidente que para uma Unidade de Conservação Integral o caminho é a restauração dessas áreas historicamente degradadas. Essa é a nossa proposta. No entanto, se o consenso for pela perda de território dentro da referida Unidade, seja para um outro tipo de uso ou mesmo para uma outra Unidade de Conservação, cabe lembrar que cada hectare subtraído da atual Estação Ecológica deverá ser repostado por uma área de igual ou de melhor qualidade ambiental adjacente a essa UC. Em suma, qualquer negociação deverá vir acompanhada por medidas compensatórias, claramente dispostas em Lei. Se

a opção for pela criação de áreas de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, então a conservação será a linha mestra e a negociação deverá considerar que somente a comunidade realmente tradicional poderá viver e usufruir dos recursos desse terreno. Com essa decisão, chácaras de lazer, segundas residências, casas de veraneio, entre outros, não poderão persistir na área e seus terrenos deverão ser desapropriados, ou seja, esse acordo junto à comunidade deverá acompanhar as decisões sobre as novas Unidades e os novos limites. Além disso, para uma situação de equilíbrio, as fronteiras entre áreas com predomínio de uso humano e de conservação da biodiversidade deverão ter, obrigatoriamente, gradientes que tamponem as interferências e impeçam o seu avanço. Se esses requisitos não estiverem claros no novo desenho do Mosaico, então não há a intenção de conservar, pois essas são as premissas mínimas para garantir a conservação da biodiversidade remanescente e dos processos ecológicos, para manter a variabilidade genética, as comunidades de plantas e animais e para assegurar os gradientes ambientais e as paisagens do bioma.

Não podemos tripudiar sobre os conceitos ecológicos elementares. Não podemos apoiar a caça e o extrativismo ilegal em Unidade de Conservação. Algumas dessas ações podem criar um agrupamento de densa cobertura de copas, mas sem composição, estrutura e laços funcionais das cadeias e fluxos, criando uma “floresta” sem vida, sem equilíbrio, sem sustentação e sem razão para investirmos esforços na sua conservação. Não vamos gastar recursos do Estado para proteger tal tipo de “floresta”.

Não se pode perder de vista o que é uma Unidade de Conservação. Elas não foram estabelecidas para veranistas, para moradores pseudotradicionais ou para conter segundas residências. Precisamos questionar sobre o que fundamenta um discurso politicamente correto sob a perspectiva da Natureza. Precisamos discutir o que são valores morais, éticos, de recursos, de serviços e de equilíbrio e como efetivamente colocá-los em prática na conservação de um território ambientalmente protegido.

Precisamos sempre lembrar que o significado do valor da biodiversidade é sua contribuição para o equilíbrio climático, para a manutenção dos ciclos biogeoquímicos, para a manutenção dos reservatórios naturais de água, para a absorção de resíduos e para a proteção frente a distúrbios ambientais, como enchentes e pragas. Isso é

sobrevivência, isso significa vida.

É muito importante ressaltar que quando tratamos de conservação biológica, valor de recurso é valor para controle biológico, para pesquisa científica, para educação, para estocagem de elementos destinados à sobrevivência e à saúde humana, e não para acúmulo de riquezas ou para fazer justiça social. Para isso, os caminhos e as instâncias são outros.

ANEXO D**Consulta pública 02/2010 Proposta de reclassificação UMJ****ANTIGO MOSAICO DA UCS DA JURÉIA-2006**

PROPOSTA FF NOVO MOSAICO DA UCS DA JURÉIA -2009

PROPOSTA UMJ NOVO MOSAICO UCS DA JURÉIA

PROPOSTA UMJ PARA O NOVO PL Mosaico

INCLUIR TODAS AS COMUNIDADES DA JURÉIA (Despraiado, Barra do Una, Grajaúna, Guaraúzinho, Rio Comprido, Rio das Pedras, Grajaúna, Barro Branco, Utingão, Aguapeú e Rio das Pedras) EM RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL -RDS

JUSTIFICATIVA PARA AMPLIAÇÃO DA RDS DO DESPRAIADO:

Área total da RDS Despraiado: 5562 ha

- Transformar toda a área de ocupação e de uso dos moradores em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) - demanda da população local, através de abaixo assinado com as seguintes condicionantes;

- Corrigir e expandir os limites da RDS para sudeste como área de manejo da RDS do Despraiado, incluindo as planícies do rio das Pedras e Aguapeú e viabilizar os rios da região como acesso aos moradores, restabelecendo o fluxo das águas.
 - Trata-se de uma área antropizada desde a Colônia com agricultura, manejo florestal e extrativismo, realizados pela comunidade tradicional até a implantação da estação ecológica (1986).
 - O manejo florestal exercido ao longo da história, mostra-se uma prática construtora de biodiversidade, a presença das comunidades nesta área dará continuidade do uso tradicional, recuperação de áreas degradadas, retoma a inter-relação entre as comunidades, do Despraiado, Aguapeú e Rio das Pedras.
 - Realocar as famílias que pertencem a esse ecossistema que, neste novo desenho, fiquem dentro de UCs de proteção integral, para dentro dos limites da RDS
 - Incluir na RDS a extensão da Trilha da Boa Vista (área histórico cultural) até o Pico do Itatins (Dedo de Deus) trecho exclusivo para alpinismo; (Trilha já utilizada a mais de 50 anos por especialistas, em especial, Vitor Negreti, e nos últimos anos com autorização especial para Monitores Ambientais da região) e incluir a Cachoeira Encontro das Águas no Costão do Despraiado para visitação.
 - Corrigir os limites, incluindo a área antropizada nas RDS, mas não estender até o divisor de Miracatu pelos seguintes motivos;
- 1 É uma região da alta declividade, coberta com vegetação primária própria para conservação da biodiversidade.

- 2 Em toda a existência da comunidade do Despraiado esta área sempre foi utilizada como preservação permanente, protetora das nascentes.
- 3 Expõe os moradores da comunidade do Despraiado a um gravíssimo conflito fundiário com os invasores que vem há anos desmatando os topos de morro e cabeceiras das águas dos moradores do Despraiado (empates da UMJ):

JUSTIFICATIVA PARA AMPLIAÇÃO RDS BARRA DO UNA

Área total da RDS 2923ha

- Estender a RDS pelo Rio Una do Prelado, ou Comprido e suas margens (50m de cada lado) incluindo todas as famílias ribeirinhas;
- Estender a RDS ao longo da estrada do Una e Paraíso em suas margens até os limites das roças e usos pelas comunidades incluindo as comunidades do Utinga Grande, Itinguinha, B. Branco e Tetequera ;
- Estender a RDS B. do Una por toda extensão marinha do mosaico (desde o Parque do Prelado, Praia do Guarauzinho) com 1000m de extensão para o mar, como zona exclusiva de pesca e controle das comunidades da Juréia.

Esta extensão da RDS cumpre a função como zona tampão entre a APA Marinha e o Mosaico (Parques Itinguçu, Prelado, e Estação Ecológica).

Esta área é uma ação da comunidade para impedir os arrastos de barcos de fora.

que desrespeitam as normas da pesca e matam centenas de alevinos expostos na

praia queremos, junto com os pescadores, fiscalizar a área e instalar recifes artificiais para impedir o arrasto predatório.

- Estender a extensão terrestre da RDS Barra do Una na área do Grajaúna, ligada pela extensão marinha da RDS.

As famílias caiçaras remanescentes da Praia do Una (estação ecológica) serão realocados para esta área que é um Polo de Difusão da Cultura Caiçara.

Estas famílias representam a ocupação mais antiga da Juréia, pelos seus usos e costumes, responsáveis pelo estado de preservação da área, protegidas por diplomas legais que tratam das comunidades tradicionais, produtoras de biodiversidade e pela continuidade da cultura caiçara um marco do povo brasileiro.

JUSTIFICATIVA PARA ALTERAÇÃO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA (EE), PARQUES DO PRELADO (PP) E ITINGUÇÚ (PI)

Área total da EE 83166 ha

Área total do PP 1603 ha

Área total do PI 2554 ha

- (EE), (PP), (PI) (RDS B Una) Estender a trilha do Imperador como Zona Histórico Cultural desde início do Parque do Prelado em Iguape, continuamente, até a praia do Guaraúinho em Peruíbe;
- (PP) (PI) Viabilizar a permanência das famílias remanescentes, instaladas nas UCs de proteção integral
- (EE) Incorporar partes dos municípios de Itariri, e de Peruíbe como compensação (em análise)
- (PP) (PI) Diminuir área dos parques Itinguçú e Prelado para incorporar área para Estação Ecológica

AS DIICULDADES IMPOSTAS PELA LEI QUE CRIOU A ESTACÃO ECOLÓGICA JURÉIA, DESISTIMULOU AS ATIVIDADES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA

REGIÃO. HÁ SÉCULOS OS RIOS E RIACHOS FORAM UTILIZADOS PELAS COMUNIDADES E PELA FALTA DE USO OS RIOS SE ASSORIARAM, NASCEU UMA VEGETAÇÃO SOBRE AS ÁGUAS, IMPEDINDO: A ENTRADA DE LUZ, (CAUSANDO ENTROPIA) IMPEDINDO O FLUXO DAS ÁGUAS O QUE ELEVOU O LENÇOL FREÁTICO DA REGIÃO DA PLANÍCIE - PREJUDICANDO A FUNÇÃO FLORESTAL. AS COMUNIDADES DA JUREIA SE DISPOÊM A REALIZAR A RECUPERAÇÃO FLORESTAL RESTABELECER O FLUXO DAS ÁGUAS E RECUPERAR AS FUNÇÕES FLORESTAIS

ANEXO E**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO PAINEL DE INSPEÇÃO (MICI)
DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID).****A UNIÃO DOS MORADORES DA**

JURÉIA (UMJ), associação civil sem fins lucrativos, devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 57741878-0001-03, membro titular da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT (Brasil), instituição responsável e competente pela coordenação de políticas nacionais voltadas as comunidades tradicionais Caiçaras e outros grupos étnicos existentes em sua área de abrangência, conforme Decreto Federal nº 6.040/2007, com sua sede localizada na Alameda dos Guaranis, nº 24, no bairro da Barra do Ribeira, município de Iguape, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, informar e requerer esclarecimentos, conforme passa a expor a seguir:

Em dezembro de 2010, ao tomar conhecimento do projeto “PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR E DO SISTEMA DE MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA”, apresentado pela secretaria estadual do meio ambiente do governo do estado de São Paulo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, esta instituição manifestou-se contrariamente a realização do financiamento, alegando entre outros problemas, que:

- 1) *As comunidades tradicionais, abrangidas pelo projeto em sua totalidade, tanto na Estação Ecológica Juréia – Itatins, como no Parque Estadual da Serra do Mar não foram consultadas e não participaram da elaboração do projeto, atitude que fere a participação garantida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, configurando-se inicialmente este projeto como ilegal;*

- 2) *O projeto ao propor o esvaziamento e a realocação dos moradores tradicionais das áreas onde foram criadas as unidades de conservação, fere o acautelamento aos modos de 'criar, fazer e viver', destes povos, previsto nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, configurando-se mais uma vez como ilegal;*
- 3) *O projeto não fundamenta-se e não remete suas atividades, em nenhum momento, aos conceitos de "comunidades tradicionais", "territórios tradicionais" e de "Desenvolvimento Sustentável", bem como, não envolve a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, ferindo previsão do Decreto Federal nº 6.040/2007, configurando-se também como ilegal neste sentido;*
- 4) *A liberação prévia de recursos para a conservação ambiental, da maneira como previsto no projeto, pode causar danos imediatos e irreversíveis aos povos e comunidades tradicionais (Indígenas, Quilombolas, Caiçaras entre outros), com a perda material de seus territórios, bem como, a perda imaterial de seus conhecimentos, configurando-se como atitude premeditada, inconseqüente e até criminosa, podendo causar a 'limpeza étnica' nestas áreas.*

Voltamos a denunciar os problemas apontados acima em notificação detalhada apresentada e enviada via mensagem eletrônica a este Painel de Investigação em 26 de março de 2011, onde:

...pedimos a suspensão imediata dos trâmites da concessão do empréstimo até o momento em que a discussão entre povos e comunidades tradicionais e o estado de São Paulo ocorra de forma realmente participativa e democrática em fóruns públicos com alto índice de mobilização social e que o risco da utilização destes recursos na limpeza étnica seja definitivamente abortado.

Seguindo orientação, elaboramos e enviamos em 25 de abril de 2011 uma convocação oficial a este Painel de Investigação, onde solicitamos uma reunião presencial entre representantes das comunidades abrangidas pelo projeto, membros da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, do BID e deste painel, para que:

...a discussão sobre todo o projeto apresentado para o Parque Estadual da Serra do Mar e Estação Ecológica da Juréia Itatins ocorra o mais breve possível, para tratar da adequação das propostas as legislações e reivindicações destes povos. Requeremos ainda, que a reunião aconteça nas proximidades das comunidades abrangidas pelo projeto, preferencialmente, na Estação Ecológica da Juréia - Itatins, Litoral Sul do Estado de São Paulo, e que o processo de solicitação dos recursos permaneçam suspensos até que o risco da utilização destes recursos na limpeza étnica seja definitivamente abortado.

No entanto, já se passaram 8 (oito) meses desde o nossa primeira denuncia e 3 (três) meses desde a convocação oficial a este Painel de Investigação, sem nenhuma resposta oficial as nossas solicitações, especialmente em relação a realização das discussões públicas sobre o projeto em questão e a suspensão do processo de solicitação dos recursos pleiteados.

Além disso, temos informações de que membros do BID estão se reunindo periodicamente com membros da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o que nos trás grandes preocupações quanto ao prosseguimento das ações associadas ao projeto sem a devida participação das comunidades abrangidas, podendo consolidar as denuncias que estamos fazendo desde dezembro de 2010 a este Painel de Investigação.

Desta forma pretendemos através desta nova notificação, reiterar todas as denuncias e requerer uma resposta oficial/formal deste Painel de Investigação especificamente sobre:

a) A possibilidade da vinda ao Brasil de uma comissão composta por membros deste Painel de Investigação e do BID para investigar as denuncias feitas e realizar reuniões com as comunidades a serem abrangidas pelo projeto;

b) A situação atual do processo de solicitação dos recursos referentes ao projeto "PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR E DO SISTEMA DE MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA" e o nosso pedido de suspensão dos tramites do mesmo.

c) Quais foram as medidas tomadas por este Painel de Investigação para apurar as denuncias realizadas.

Informamos ainda, que aguardaremos uma resposta oficial sobre os requerimentos acima relacionados por um prazo

3

de 15 dias a contar do próximo dia útil do envio desta mensagem, quando após este prazo, no caso de não obtermos uma resposta oficial deste Painel de Investigação, iniciaremos uma ampla divulgação dos diálogos realizados até aqui, bem como, analisaremos as possibilidades políticas e jurídicas cabíveis para satisfazer as nossas reivindicações.

Contando com a seriedade e presteza deste Painel de Investigação em retornar uma resposta oficial a nossa denuncia, nos despedimos com a mais sincera consideração.

Neste termos,

Pedimos os devidos encaminhamentos.

Iguape, 28 de julho de 2011.

Dauro Marcos do Prado

Presidente da UMJ

Contatos: (13) 38491341 / 81456662